



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA (PPGB)

MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

MARCOS PASTANA SANTOS

**ACESSIBILIDADE PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
BIBLIOTECA PÚBLICA: Um Estudo de Caso em Nova Iguaçu**

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

MARCOS PASTANA SANTOS

**ACESSIBILIDADE PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
BIBLIOTECA PÚBLICA: Um Estudo de Caso em Nova Iguaçu**

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em
Biblioteconomia**, no Programa de Pós-
Graduação em Biblioteconomia.

ORIENTADORA: Prof. Dra. CLÁDICE NÓBILE DINIZ

RIO DE JANEIRO

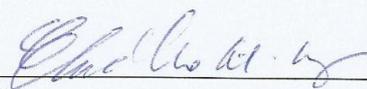
2015

MARCOS PASTANA SANTOS

**ACESSIBILIDADE PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
BIBLIOTECA PÚBLICA: Um Estudo de Caso em Nova Iguaçu**

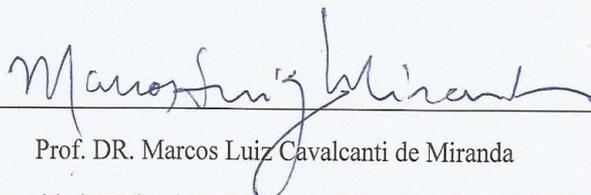
Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em
Biblioteconomia**, no Programa de Pós-
Graduação em Biblioteconomia.

Aprovado em 08 de setembro de 2015.



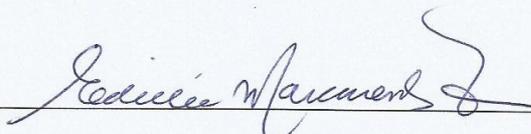
Prof. DRA. Cládice Nóbile Diniz – Orientadora

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO



Prof. DR. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO



Prof. DRA. Ediclea Mascarenhas Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

DEDICATÓRIA

A minha família, em especial, a minha mãe e ao meu irmão pela fé e confiança demonstrada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que iluminou os meus passos durante a minha caminhada. Agradeço também aos meus pais Ernesto Leopoldo Pastana Santos (*in memoriam*) e Sônia Maria Pastana Santos por me apresentar a simplicidade e o gosto pela vida, inculcando valores sem os quais jamais teria me tornado esta pessoa, buscando de fato todos os dias, ser mais humana e sensível às necessidades dos outros.

Ao meu querido irmão Thiago Pastana Santos.

A minha orientadora Prof^a. Dra. Cládice Nóbile Diniz pela aceitação do meu projeto e por me permitir discutir na dissertação um tema que me instigava há algum tempo. Sua orientação segura e competente, seu estímulo constante e testemunho de seriedade, permitiram-me concretizar este estudo. Agradeço também pela compreensão de meus limites e ousadias, auxiliando-me com sua imensa sabedoria de forma imprescindível para a elaboração deste trabalho. Foram valiosas suas contribuições para o meu crescimento intelectual e pessoal.

Ao professor Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, por sua valiosa contribuição ao texto de qualificação desta dissertação quando membro da banca examinadora. A sua correção cuidadosa e intervenções feitas ao longo do texto foram importantes para o desenvolvimento desse meu estudo.

A professora Dr.^a Edicléa Mascarenhas Fernandes, pela gentileza de ter aceitado participar da Defesa desta Dissertação de Mestrado. O seu entusiasmo, profissionalismo e comprometimento com a minha pesquisa servem de inspiração e incentivo para mim.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO, em especial a professora Mrs.^a Ana Virgínia Pinheiro.

A escolha por essa temática de estudo foi motivada pela minha afeição em estudar a acessibilidade nas bibliotecas públicas para as pessoas com deficiência. Sou professor itinerante de educação especial concursado da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu desde 2012 e trabalho na rede de ensino com alunos com deficiência. Aliado ao interesse pela temática da pesquisa e os questionamentos surgidos durante o meu trabalho com pessoas com deficiência, surgiu à urgência de pesquisar o bibliotecário que lida diariamente com esses usuários. Constato o quanto se faz imperativo discutir as políticas de acessibilidade na

biblioteca pública, como também a postura do bibliotecário que atua diretamente com usuários com deficiência. Sendo coerente com a minha formação acadêmica no ano de 2013 prestei exame para ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia - PPGB. A escolha pela linha de pesquisa “Biblioteconomia e Sociedade” foi motivada pelo meu interesse em estudar a temática de acessibilidade em bibliotecas públicas.

Nesta hora de encerramento de uma etapa muito especial, em que a alegria por estar terminando se junta ao cansaço, torna-se difícil lembrar-me de todos os amigos que participaram comigo dessa jornada, mas de uma maneira muito sincera, agradeço a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização dessa dissertação.

A acessibilidade é um dos fatores-chave para uma prestação bem-sucedida de serviços de biblioteca pública. Serviços de alta qualidade não tem qualquer valor para aqueles que são incapazes de utilizar. O acesso aos serviços deve ser estruturado de modo a ser da maior conveniência possível para usuários efetivos ou potenciais.

RESUMO

SANTOS, Marcos Pastana. **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em biblioteca pública**: um estudo de caso em Nova Iguaçu. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2015.

Este trabalho analisa o atendimento aos usuários com deficiência intelectual na biblioteca pública. A investigação foi realizada com profissionais que atuam na biblioteca pública do Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Utilizamos nesta investigação a análise documental, referente à implantação de programas de acessibilidade na biblioteca municipal, e a pesquisa de campo com os funcionários da biblioteca, com tratamento qualitativo. Apoiados nessa metodologia, buscamos em conjunto, pesquisador e profissionais participantes, alternativas de recursos acessíveis, assim como destacar intervenções que possam contribuir para a autonomia dos usuários com deficiência intelectual no acesso e uso da informação. O trabalho de campo se desenvolveu por meio de encontros para entrevistas para levantamento das percepções dos profissionais que atuam na biblioteca a respeito do atendimento as pessoas com deficiência intelectual e a disponibilidade de serviços acessíveis para este público. Discussão sobre os fatos observados, bem como para estudo e aprofundamento teórico. Pertinente às ações biblioteconômicas, buscou-se o entendimento de como as tecnologias assistivas poderiam ser oferecidas aos usuários pelos profissionais a fim de atender-lhes às suas necessidades informacionais e conseqüentemente beneficiar-lhes o desenvolvimento do acesso, a manipulação da informação e a aquisição de conhecimento; procedendo-se da mesma forma, em seguida, com a comunicação alternativa e a audiodescrição. Realizamos a coleta de dados pela aplicação de questionários por entrevistas semiestruturadas. Como referencial teórico, empregamos a perspectiva do teórico Oswaldo Francisco de Almeida Júnior buscando em seus conceitos sobre biblioteca pública, aportes para o andamento da pesquisa e compreensão das especificidades do desenvolvimento desses usuários. Também foram analisadas as questões legais que amparam a acessibilidade às pessoas com deficiência intelectual. Desta investigação emergiram como principais resultados: a) a complexidade do trabalho biblioteconômico com usuários com deficiência intelectual na biblioteca pública; b) a necessidade de se oferecer recursos informacionais acessíveis para esses usuários; c) as possibilidades da utilização de recursos de tecnologias assistivas e da comunicação alternativa, funcionando como instrumentos de facilitação ao acesso a informação; d) a necessidade de investimentos na formação continuada dos profissionais da biblioteca para atuação com usuários com deficiência intelectual na biblioteca pública; e) urgência de maior aproximação das políticas públicas de acessibilidade da realidade dos usuários em questão. Nas Considerações Finais, são apresentadas, entre outras, proposta a respeito do intercâmbio com instituições especializadas com pessoas com deficiência intelectual e proposta de criação de um símbolo internacional de acesso às pessoas com deficiência intelectual.

Palavras – chave: Acessibilidade. Deficiência intelectual. Biblioteca pública.

ABSTRACT

SANTOS, Marcos Pastana. **Accessibility for users with intellectual disabilities in public library**: a case study in Nova Iguaçu. 2015. 125 f. Dissertation (Master's Degree in Library Science), Centre for Humanities and Social Sciences, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2015.

This paper analyzes the service to users with intellectual disabilities in the public library. The investigation was conducted with professionals working in the public library of the city of Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. We use this research to document analysis, regarding accessibility programs at the municipal library and field research with employees of the library, with qualitative treatment. Supported in this methodology, we seek together, researcher and professional participants, resource accessible alternatives, as well as highlighting interventions that contribute to the autonomy of the users with intellectual disabilities in the access and use of information. The field work was developed through meetings to interviews for survey of perceptions of professionals working in the library about the care people with intellectual disabilities and the availability of affordable services to this audience. Discussion on the facts observed, as well as to study and deepening theoretical. Pertinent library shares, to understanding how assistive technologies could be offered to users by the professionals in order to meet them at their informational needs and consequently benefit from the development of access, manipulation of information and the acquisition of knowledge; proceeding the same way then, alternative communication and audio description. We carry out data collection by applying questionnaires for semi-structured interviews. As theoretical framework, we employ the theoretical perspective Oswaldo Francisco de Almeida Júnior seeking in their concepts about public library, contributions to the progress of the research and understanding of the peculiarities of development of these users. Were also analyzed the legal issues that support accessibility for people with intellectual disabilities. This investigation emerged as main results: a) the complexity of work biblioteconômico with users with intellectual disabilities in public library; (b) the need to provide informational resources accessible to these users; c) the possibilities of the use of assistive technologies and alternative communication, working as tools of facilitating access to information; (d) the need for investment in continuing education of library professionals for performance with users with intellectual disabilities in public library; and) urgent need for greater harmonization of public policies for accessibility of the reality of the users in question. In the final considerations are presented, among others, a proposal regarding the Exchange with specialized institutions with people with intellectual disabilities and proposal for the creation of an international symbol of access to people with intellectual disabilities.

Keywords: Accessibility. Intellectual disabilities. Public library.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Virgem e o menino.....	23
Figura 2 – Extração da Pedra da Loucura	23
Figura 3 – Figura humana de cabeça estilizada.....	59
Figura 4 – Figura humana com cabeça, braços e corpo até a cintura.....	60
Figura 5 – Figura humana similar com o símbolo anterior no quesito cabeça, braços e corpo até a cintura, com parte do cérebro comprometida.....	60
Figura 6 – Símbolo da audiodescrição	70
Figura 7 – Picture Communication Symbols - PCS	72
Figura 8 – Figura Pictograma de sinalização na biblioteca.....	74
Figura 9 – Situações que podem ocorrer na biblioteca.....	75
Figura 10 – Comportamentos esperados / comportamentos inesperados.....	76
Figura 11 – Símbolos do cartão.....	76
Figura 12 – Cartão de palavra	77
Figura 13 – Livro com símbolos	78
Figura 14 – Livro e prancha de comunicação temática.....	80
Figura 15 – Mapa da Baixada Fluminense, em destaque o município de Nova Iguaçu (azul).....	84
Figura 16 – Distribuição de bibliotecas públicas por URG. A BPMNIPCB está localizada no ponto (amarelo) no Centro da Cidade	88
Figura 17 – Teclado: reconhecimento das letras	118
Figura 18 – Exercícios.....	118
Figura 19 a 21 – Alimentos: construção da palavra.....	119
Figura 22 a 23 – Bate papo	120

LISTA DE TABELA, QUADROS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Quantidade de pessoas com deficiência intelectual no Brasil	29
Quadro 1 – Classificação do grau de comprometimento do retardo mental	36
Quadro 2 – Marco conceitual do funcionamento humano	38
Quadro 3 – Principais documentos e diretrizes políticas sobre direitos das pessoas com deficiência.....	41
Quadro 4 – Percentual de serviços prestados ao usuário com deficiência nas bibliotecas públicas municipais no Brasil - 2010	65
Quadro 5 – Percentual de serviços prestados ao usuário com deficiência nas bibliotecas públicas municipais na Região Sudeste – 2010.....	66
Quadro 6 – População residente com deficiência mental/intelectual - Município de Nova Iguaçu	85
Quadro 7 – Caracterização dos sujeitos	89
Gráfico 1 – Usuário com deficiência intelectual	93
Gráfico 2 – Identificação do tipo de deficiência intelectual.....	94
Gráfico 3 – Conhecimento sobre as diretrizes da IFLA para usuários com deficiência intelectual.....	94
Gráfico 4 – Aprimoramento da formação profissional.....	95
Gráfico 5 – Funcionamento e serviços da BPMNIPCB no atendimento a usuário com deficiência intelectual	96

LISTA DE SIGLAS

AAIDD – ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO

AAMR – ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RETARDO MENTAL

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

BPMNIPCB – BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU PROFESSOR CIAL DE BRITO

CA – COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

CENESP - CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CNBPM – CENSO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

DI – DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY AND INSTITUTIONS

PMLLB – PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LITERATURA E BIBLIOTECAS

SECADI - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

SEESP - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

SNBP – SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

TA – TECNOLOGIA ASSISTIVA

SUMÁRIO

1 Introdução	15
2 – Deficiência intelectual: contexto histórico	21
2.1. A pessoa com deficiência intelectual e o desenvolvimento educacional e econômico	28
2.2. O conceito de deficiência intelectual: o usuário com essa deficiência.....	34
3 – Políticas públicas de acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual ..	40
3.1. Acessibilidade na biblioteca pública para o usuário com deficiência intelectual....	49
3.2. Tecnologias assistivas.....	57
3.3. Símbolo Internacional de Acesso	59
4 – Serviços da biblioteca para o usuário com deficiência intelectual	61
4.1 Atendimento do bibliotecário aos usuários com deficiência intelectual	62
4.2 Biblioterapia	67
4.3 Audiodescrição	69
4.4 Softwares de comunicação	71
4.5 Comunicação Alternativa e os Símbolos de Comunicação Pictórica.....	71
4.6 Coleções acessíveis.....	77
4.7 Biblioteca itinerante.....	80
5 – A metodologia da pesquisa	83
5.1. A Biblioteca Pública Municipal de Nova Iguaçu Professor Cial de Brito	86
5.2. Os sujeitos participantes da pesquisa	89
5.3. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados	91
6 - A acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual pelos profissionais da biblioteca	93
7 - Considerações finais	99
Referências ..	102

Apêndices	111
Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido	112
Apêndice B - Carta	113
Apêndice C - Questionário	114
Apêndice D - Recursos disponíveis pelo software “Projeto Participar”	118
Apêndice E - Lei municipal nº 4.439 que “Institui o plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca do município de Nova Iguaçu”	121
Glossário	124

1 Introdução

Os profissionais que atuam em bibliotecas públicas têm sido provocados a pensarem criticamente em prol da superação do sucateamento desses espaços no cenário brasileiro, pelo desvelar das contradições presentes na sociedade por autores destacados da Biblioteconomia, que propõem que se ofereça atendimento a todos os usuários e se faça análise dos não usuários¹, como Suaiden (1995) e Almeida Júnior (2013). Deste, há o entendimento de que o atendimento ao usuário é o objetivo da biblioteca.

Segundo o autor (2013), a biblioteca pública é elitista, pois atende a determinado grupo social; havendo a negligência deste espaço, quando as ferramentas e instrumentos utilizados na biblioteca não são adaptados para os usuários que possuem alguma deficiência.

Ainda para Almeida Júnior (2013), é próprio da prática tecnicista da biblioteca pública tradicional, a preocupação constante com a preservação e processamento técnico, ao mesmo tempo em que há despreocupação com a vulnerabilidade social de determinados grupos de usuários minoritários que pouco ou nunca frequentam este espaço.

Remetendo-nos a essas ideias de Almeida Júnior (2013) e considerando a biblioteca pública como espaço democrático para a necessidade da discussão sobre tornar este espaço acessível para as minorias historicamente segregadas dos seus direitos, este estudo elege como seu objeto de debate, o atendimento às pessoas com deficiência intelectual, na perspectiva de torná-la acessível e humana, uma vez que são poucos, na literatura da Biblioteconomia brasileira, estudos que enfoquem uma discussão a respeito da acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual em bibliotecas públicas. De fato, as discussões que se concentram sobre a relação de pessoas com deficiência intelectual e bibliotecas acessíveis ainda são escassas.

Apresentamos neste estudo, para melhor entendimento do tema, uma síntese do pensamento de autores preocupados com o assunto e um levantamento de informações, que nos levem a uma base não exaustiva, mas concreta, sobre os serviços bibliotecários a serem prestados para pessoas com deficiência intelectual terem acesso à biblioteca da mesma forma

¹ No que se refere ao uso da biblioteca os indivíduos são classificados da seguinte maneira: I - Não usuários que não querem ser leitores ativos e tampouco envolver-se em programas culturais com a comunidade, nem com atividades de educação para adultos. A oportunidade dessas pessoas de chegarem a ser usuários dependeria do desenvolvimento de campanhas de divulgação e programas de incentivos por parte da biblioteca que poderiam motivar interesse; II – Usuários Potenciais, que são pessoas até o momento considerado Não usuárias, mas que podem vir a tornarem-se usuárias; III. Usuárias. (SUAIDEN, 1995)

que qualquer usuário, com uma oferta de atividades acessíveis às suas necessidades e expectativas.

Hoje em dia, em nossa sociedade, os bibliotecários lidam com uma crescente gama de usuários potenciais, usuários com diferentes tipos de deficiências - deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física, entre outras – todos eles com uma sucessão de necessidades para serem capazes de usarem uma biblioteca. A biblioteca acessível² não se limita ao aspecto arquitetônico. A acessibilidade vai além da estrutura física da biblioteca, pois a ausência de barreiras físicas é importante, mas também é essencial o preparo dos profissionais que atuam na biblioteca, a formação e o desenvolvimento de coleções acessíveis e uma postura de cooperação e respeito ao usuário com deficiência. Para proporcionar serviços iguais e instalações eficazes para os usuários com deficiência, os bibliotecários devem identificar as limitações que lhes estão impostas às suas necessidades informacionais, especialmente quanto aos entraves que encontram no *layout* da biblioteca e na prestação de serviços.

Com isso, a biblioteca pública pode vir a ser um fator fundamental no processo de contribuição da autonomia do usuário com deficiência.

Visando contribuir nesse sentido, estudamos as políticas públicas de acessibilidade, levando-se em consideração o atendimento prioritário³ às pessoas com deficiência intelectual nos espaços públicos, em especial, na biblioteca pública. Como dito anteriormente, a acessibilidade não se limita ao espaço físico da biblioteca, no haver ou não rampas e/ou elevadores, mas também em existir acervo em formato acessível, sinalização adequada das coleções e disponibilidade de recursos de tecnologias assistivas que permita tornar possível a inclusão do usuário na biblioteca, como também, sobretudo, em o bibliotecário estar preparado para atender e possibilitar a autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

² Biblioteca acessível é oferta de serviços e condições de acesso para os usuários que têm doenças cognitivas, mentais, emocionais ou; pessoas com dificuldade de aprendizagem e/ ou deficiência de desenvolvimento; pessoas cegas com cão guia; pessoas que necessitam de tecnologias assistivas; e, os usuários com deficiência física (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2015, tradução nossa).

³ Art. 6º O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º. Decreto nº5.296 de 02 de dezembro de 2004. § 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto: I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na [Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003](#), a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: a) deficiência física; b) deficiência auditiva; c) deficiência visual; d) deficiência mental; e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

O interesse do pesquisador pelo tema, acessibilidade em bibliotecas públicas, veio de sua parte da reflexão de atendimento e prestação de serviços na formação acadêmica. No decorrer da sua graduação no curso de Biblioteconomia na UNIRIO – Centro de Ciências Humanas e Sociais/CCH – a formação possibilitou-lhe o estudo sobre bibliotecas públicas. Durante o seu curso de bacharelado, a partir da sua atuação como bolsista da Biblioteca Pública Municipal de Nova Iguaçu Professor Cial de Brito (BPMNIPCB), de março de 2005 a abril de 2006, ocorreu sua apresentação à situação dos usuários com deficiência. A partir de então, continuou a observá-la, tendo em maio de 2006, se formado em Bacharel em Biblioteconomia e passando a desempenhar o cargo de assistente de biblioteca na BPMNIPCB até setembro de 2007, após o que prosseguiu, no cargo de Bibliotecário-Documentalista do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, Campus Paracambi. Em 2008, ingressou no curso de Especialização (Lato-sensu) em Biblioteconomia pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá - FIJ.

Três anos depois, conseguiu completar a Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e, durante a realização do curso, percebeu que o campo da Educação Especial poderia auxiliá-lo no entendimento do tema. Em 2012, com a conclusão do curso de Especialização (Lato-sensu) em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Cândido Mendes – UCAM, percebeu que a sua prática biblioteconômica não atendia completamente ao que seria necessário para o desenvolvimento do atendimento dos usuários com deficiência, especialmente no que se refere à organização do pensamento científico necessário no processo de acessibilidade para este público na biblioteca pública, levando-o a este mestrado e, conseqüentemente, a este estudo.

Neste estudo, discutimos a biblioteca pública como conceitualmente importante é. O problema é a que a mesma não oferece serviços acessíveis ao usuário com deficiência intelectual. O usuário para ter acesso à informação tem que se adequar às estruturas físicas, ambientais e comunicacionais da biblioteca. Não faz sentido a biblioteca possuir coleções que não possuem formatos acessíveis, falta de sinalização das obras, profissionais despreparados que não contribuem para atender as demandas do usuário com deficiência intelectual. Sem condições de acesso, o usuário não tem condições de manipular a informação com autonomia.

Sendo assim, consideramos as diretrizes do *International Federation of Library Associations* – IFLA (2013), as quais reforçam a ideia de que é preciso pensar a biblioteca em seu sentido político, como papel essencial de ruptura com as injustiças sociais.

Para tal, o objetivo central dessa dissertação de mestrado foi identificar aspectos da formação do bibliotecário que precisam ser aprimorados para atender as políticas públicas de

acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual na biblioteca pública, considerando-se os serviços e produtos oferecidos, suas ações e intervenções no espaço da biblioteca pública, a BPMNIPCB.

A questão da pesquisa foi: visando à qualidade do serviço de referência ao usuário com deficiência intelectual na BPMNIPCB, em que a formação dos profissionais desta biblioteca precisa ser aprimorada, face às políticas públicas de acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual?

O aporte teórico-metodológico de pesquisa do atendimento aos usuários na biblioteca pública valeu-se do pensamento de Francisco Oswaldo de Almeida Júnior, por entender que é necessário definir o perfil do usuário, a fim de programar serviços diferenciados para o público, como esse autor preconiza (Almeida Júnior, 2013).

A metodologia desta pesquisa envolve uma pesquisa exploratória e estudo de caso.

Segundo Gil (2002, p.41), as pesquisas exploratórias têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso.

De acordo com Selltiz⁴ (1967, apud GIL, 2002) na maioria das situações, essas pesquisas compreendem:

- Levantamento bibliográfico;
- Entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado;
- Análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

O estudo de caso da pesquisa também apoia-se em abordagem interpretativista, por ter como ambiente o local de trabalho dos entrevistados. Como pesquisador, investigou-se a construção dos serviços acessíveis na biblioteca para os usuários com deficiência intelectual. (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

O presente texto está estruturado da seguinte forma: A primeira seção apresenta a história do tratamento dado à pessoa com deficiência intelectual e discutimos o contexto educacional e econômico em que vivem atualmente, sendo que essa análise deveu-se à informação destacada da pesquisa bibliográfica, de que é baixa, a escolaridade deste grupo. Esta situação é um elemento marcante, que pode contribuir para o não acesso a informação, e

⁴ SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

que somada à ação de mecanismos excludentes, impedem a inserção da pessoa na comunidade, a tornando invisível aos seus direitos. E por fim, destacamos o conceito de deficiência intelectual e as características deste usuário da biblioteca.

A segunda seção discute as políticas públicas de acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual. Essa abordagem gira em torno da legislação brasileira e internacional, através de: leis, decretos, portarias e a declaração de Montreal, ao que se refere à acessibilidade das pessoas com deficiência intelectual, tendo a biblioteca com a oferta de acesso ao local e serviços bibliotecários para os usuários com deficiência intelectual. Será comentada a relação histórica da pessoa com deficiência intelectual e a preocupação da biblioteca pública em atender usuários de um determinado grupo social, de modo a não suprimir as pessoas com deficiência dos serviços prestados.

Nessa seção, também conceituamos as tecnologias assistivas como a ferramenta que possibilita a autonomia da pessoa com deficiência. Discutimos a proposta da criação de um símbolo internacional de acesso às pessoas com deficiência intelectual.

Na terceira seção, destacamos o serviço de referência do bibliotecário e os desafios biblioteconômicos para o atendimento as pessoas com deficiência intelectual. Colocamo-nos a debater o desenvolvimento da estrutura legal sobre a biblioteca acessível com o alvo de se ter mais componente para se refletir questões fundamentais, tais como: em que conjuntura histórica se construiu tais leis de acessibilidade? Quais as suas alternativas de realização de serviços dentro da biblioteca no momento em que foram criadas? Realizamos o estudo de aspectos legais que possibilita e estimula a criação de serviços direcionados ao atendimento para o usuário com deficiência intelectual, considerando suas possibilidades na sociedade contemporânea. Contamos com a contribuição teórica do pensamento de Almeida Júnior (2013) e Suaiden (1995), entre outros, as normas da IFLA (2013) para discussão e análise da avaliação de serviços oferecidos pela biblioteca pública, problematizando tais atividades e criando mecanismos para principalmente, conhecer as pessoas que não utilizam essa biblioteca.

Por fim, apresentamos ainda alguns serviços para a biblioteca, como a biblioterapia, a audiodescrição, *softwares* de comunicação, a comunicação alternativa e os símbolos de comunicação pictórica, as coleções acessíveis e a biblioteca itinerante que podem ser oferecidas para os usuários com deficiência intelectual.

Na quarta seção é apresentada a metodologia utilizada que foi exploratória, sobre a identificação de aspectos da formação dos profissionais que trabalham na BPMNIPCB que precisam ser aprimorados para atender as políticas públicas de acessibilidade para as pessoas

com deficiência intelectual. Os sujeitos da pesquisa foram os quatro profissionais que trabalham na BPMNIPCB e que compõem o universo e a amostra da pesquisa.

Apresenta-se também nessa seção, a pesquisa de campo, apoiada em questionário semiestruturado e realizada para entendermos melhor as formações dos sujeitos da pesquisa.

Ainda nessa seção, é analisada a oferta de produtos e serviços acessíveis na BPMNIPCB, a formação dos seus profissionais e as suas ações e intervenções no seu espaço.

Já a quinta seção, trata dos resultados da pesquisa. Apresentamos ações para o serviço de referência às pessoas com deficiência intelectual na BPMNIPCB e tratamos da formação dos funcionários da BPMNIPCB para que sejam oferecidos serviços acessíveis para os usuários considerados, à luz da legislação nacional e municipal de acessibilidade.

Finalmente, são apresentadas as conclusões e recomendações do nosso trabalho, harmonizadas às experiências do município de Nova Iguaçu/RJ, relatadas pelos entrevistados que trabalham nesta biblioteca pública municipal.

2 - Deficiência intelectual: contexto histórico

Em nossa sociedade, é muito recente a preocupação em oferecer acesso à informação na biblioteca direcionada aos usuários com deficiência. Porém carece de pesquisas conduzidas aos usuários com deficiência intelectual.

Deste modo, não podemos direcionar as ações bibliotecárias de serviço de referência sem antes levar em consideração a história e o contexto cultural, econômico e social da pessoa com deficiência intelectual, assim como os diferentes entendimentos que influenciaram desde os primeiros registros arqueológicos sobre a representação da identidade dessas pessoas até as políticas públicas de acessibilidade que têm sido elaboradas nos dias atuais.

Para compreender o papel social da pessoa com deficiência intelectual, é necessário resgatarmos sua história na sociedade.

O primeiro registro sobre o tratamento que era dado às pessoas com deficiência intelectual é de 1.500 a.C. na cultura Olmeca, localizada na América Central. (GUNDIM, 2007).

A essa informação de Gundim, acrescentamos para o debate as assertivas de Fernandes e Orrico (2012, p.21), de que essas pessoas eram respeitadas pelo seu povo, conforme se destaca:

Estudiosos de antropologia descobriram que as estátuas das grandes cabeças olmecas nesta região do México não são uma expressão do tipo olmeca norma, mas possivelmente representam casos excepcionais que chamaram a atenção dos artistas, possivelmente pessoas com síndrome de Down. Os olmecas os julgavam como híbridos, filhos de Deuses com seres humanos.

Como se pode aprender dessas suposições, apesar da pessoa com deficiência intelectual ser na maioria das culturas tratadas em condição desumana, encontram-se algumas que as respeitavam.

Mas infelizmente, a forma com que a pessoa com deficiência intelectual tem sido tratada ao longo da História não foi adequada. Na Antiguidade, o tratamento a todo aquele que apresentava alguma anomalia, era perverso, inconcebível para a dignidade humana, segundo diversos autores como se apresentam a seguir.

No compreender de Pessotti⁵ (1984, apud PLETSCHE, 2014b, p.106) “a sociedade espartana principalmente, por possuir uma cultura de culto ao corpo, reconhecia como

⁵ PESSOTI, Isafas. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984. 204p.

legítimo o extermínio dos deficientes, uma vez que não admitia a sua condição humana.”

Sobre esse tema continua a autora:

Ao se buscar dados sobre o tipo de tratamento dado às pessoas com deficiência na Idade Antiga e na Idade Média, descobre-se que pouco se sabe. A maior parte das informações provém de passagens encontradas na literatura grega e romana, na Bíblia, no Talmud e no Alcorão. Na Antiguidade, até 476 d.C., as sociedades ocidentais fundamentavam-se economicamente em atividades de agricultura, pecuária e artesanato, as quais eram executadas pelo povo que não possuía qualquer poder político, econômico e social. A sociedade contava com apenas dois grupos sociais: a nobreza e os servos. Neste contexto, desenvolveu-se a prática de uma organização sóciopolítica fundamentada no poder absoluto de uma minoria, associada à absoluta exclusão da maioria. Em tal cenário, a pessoa com deficiência, como qualquer outra pessoa do povo, também parecia não ter importância enquanto ser humano, sendo que as crianças deficientes eram deixadas ao relento para que morressem, já que sua exterminação não demonstrava ser problema ético ou moral. (ARANHA⁶, 2001 apud GARGUETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013, p.105).

A pessoa com deficiência intelectual não era tratada como parte integrante da sociedade. A indiferença, o preconceito e a vergonha eram sentimentos marcantes para estas pessoas. Somente com a mudança de paradigma no tratamento a pessoa com deficiência pela Igreja Católica, durante a Idade Média, foi que estas pessoas passaram a ter alguma visibilidade social, ainda que muito limitada, como se pode concluir pela frase seguinte:

Já na Idade Média, de 476 até 1453, com o fortalecimento do cristianismo, a situação modificou-se um pouco, já que todos passaram a ser igualmente considerados filhos de Deus e possuidores de uma alma. A abordagem ao diferente variava conforme o grupo, sendo que alguns eram objetos de caridade, outros eram punidos por serem considerados resultantes de possessão demoníaca e outros, ainda, eram mortos. A pessoa com deficiência era vista como insignificante no contexto da organização social, política e econômica e a pouca atenção recebida associava-se às crenças religiosas. Não se tem evidência de esforços específicos para se providenciar abrigo, proteção, tratamento e/ou capacitação dessas pessoas. (PESSOTTI, 1984; ARANHA, 2001 apud GARGUETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013, p.105).

Segundo Fernandes e Orrico (2012, p.21) no Reino Unido, foi descoberto por arqueólogos um crânio com semelhança dos indivíduos de Síndrome de Down, no século IX, em local onde existia um monastério, fato que os autores sugerem que seja indício de acolhimento cristão aos “menos inválidos”.

Na Idade Média de acordo com Pessotti (1984, apud Pletsch, 2014b, p.106) “permanecia a noção teológica e a ambivalência entre caridade-castigo e segregação-proteção”.

⁶ ARANHA, Maria Saete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, v.11, n.21, p. 160-173, mar. 2001.

Fernandes e Orrico (2012) citam artistas que elucidam as idéias de cada período. Durante o período renascentista, o pintor Andrea Mantegna, retratou no quadro a Virgem e o menino, no século XV, uma criança com síndrome de Down. O pintor tinha um filho com deficiência mental, e a obra é uma forma de incluir na cena a diversidade humana.



Figura 1: A Virgem e o menino
Autor: Andrea Mantegna (1455)

Para compreendermos melhor esse período histórico na Europa, Fernandes e Orrico (2012) citam também a obra do pintor holandês Hieronymus Bosch, realizada entre 1475-1480, a chamada *Extração da Pedra da Loucura*.⁷ (TAVARES; STEIN; NUNES, 2010, p.72).



Figura 2: Homem sentado. Acreditava-se que os loucos tinham pedra na cabeça.
Fonte: Hieronymus Bosch (1475-1480)

⁷ Este quadro retrata uma cena clássica medieval de trepanação. O bisturi encontra-se nas mãos do médico, um sacerdote e uma mulher com o livro sobre a cabeça observam a cena. Há muitas formas de tentativa de interpretação deste quadro, porém sabe-se, ao comparar com desenhos de anatomistas na época, que o pintor retratou uma prática utilizada em seu tempo. Porém, Bosch deixa-nos o paradoxo que as figuras representam: religião e ciência na busca da “cura” para a “loucura”, “insanidade” e “doença mental”. Interessante verificar também na cena, que na realidade não se extrai uma “pedra” da cabeça do “louco”, mas uma substância líquida. (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.19).

Ainda seria necessário esperar por quase quatro séculos depois da obra de Bosch, para o surgimento de uma instituição que compreendesse que a pessoa com deficiência intelectual necessitava de serviços especializados. O dogma cristão de tratamento ameno não era suficiente para atender a pessoa com deficiência intelectual, pois ainda estava privada de aceitação social.

No entender de Mazzotta (2011, p.21) a primeira pessoa que recebe tratamento especializado trata-se de um menino *idiota*, denominado “selvagem de Aveyron⁸” pelo médico Jean Marc Itard, no começo do século XIX.

Mazzotta (2011, p.25) destaca que neste mesmo século, mais precisamente em 1848, em Massachusetts, foi criado o primeiro internato público para deficientes mentais. Aprenderam comportamentos básicos de como se portar socialmente.

No Brasil, a primeira instituição direcionada para atender as pessoas com deficiência mental, surgiu em 1874, o Hospital Juliano Moreira, na Bahia. O atendimento tinha cunho médico e não há dados que comprovem assistência educacional. (MAZZOTTA, 2011, p.30).

Para Fernandes e Orrico (2012, p.48) o hospital foi criado “dentro de um modelo de subsistência, onde não havia distinção entre o que era função de um asilo, de um hospital ou de uma escola especializada”.

O ensino público se inicia no Brasil em 1930. Este ensino é direcionado para as classes proletariadas. Nesta mesma ocasião surge uma discussão, sobre o que fazer com aqueles que não acompanham o processo de aprendizagem. (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.48).

Na Constituição de 1934, o excepcional não é mencionado, segundo Januzzi (2012, p.67), que destaca do seu art. 149 em afirmar que “a educação é direito de todos, que deve ser gratuita e obrigatória e que isto se estenderia progressivamente ao ensino ulterior.”

Apesar dessa idéia, infelizmente, nessa época o cenário educacional para as pessoas com deficiência intelectual era desolador, cabendo à escola manter a marginalidade dessas pessoas, como se pode ler abaixo:

“Nascem os serviços de higiene mental dentro das Secretarias de Educação no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais com objetivo de analisar e diagnosticar a clientela que não aprendia. Neste momento inaugura-se o modelo médico em Educação. Existiam leis que isentavam de matrículas nos grupos escolares os “imbecis”, ou os que por qualquer defeito orgânico fossem incapazes de receber instrução, ficando assim esta parcela distante da preocupação do poder público. [...] É a escola que no prelúdio de sua escolarização apontou e determinou a massa dos excluídos.” (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.48).

⁸ Reconhecido como a primeira pessoa a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes ou retardados mentais, Itard trabalhou durante cinco anos com Vítor, uma criança de doze anos, menino selvagem capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800. (MAZZOTTA, 2011, p.21).

Para Miranda (2008, p.30) ao longo da história, à pessoa com deficiência intelectual perdurou nesta condição precária, “a fase da negligência ou omissão que, pode ser observada em outros países até o século XVII, no Brasil, pode ser estendida até o início da década de 1950”. Continua esse autor, expondo a questão:

Entre os séculos XVIII e XIX, podemos identificar a fase da institucionalização, em outros países do mundo, que foi marcada pela concepção organicista, cujo pressuposto consistia em que a deficiência mental era hereditária com evidências de degenerescência da espécie. Assim, a segregação era considerada a melhor forma de se combater a ameaça representada por essa população. Nesta mesma ocasião, no nosso país, não existia nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, na era da negligência (MENDES⁹, 1995; DECHICHI¹⁰, 2001 apud MIRANDA, 2008, p.31).

No entender de Pletsch (2014a, p.4) depois dos anos 50, a educação para as pessoas com deficiência intelectual, se deveu ao gradativo processo da industrialização e o desenvolvimento econômico do país.

Em 1954, foi inaugurada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, na cidade do Rio de Janeiro. A instituição oferece serviços especializados para as pessoas com deficiência intelectual. (MAZZOTTA, 2011, p.49).

Foi a partir de 1957, que o atendimento educacional aos indivíduos que apresentavam deficiência foi assumido explicitamente pelo governo federal, com campanhas voltadas especificamente para este fim. (MIRANDA, 2008, p.34).

Nos anos 60, é instituído a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME. Tinha a finalidade com a educação, reabilitação e treinamento de deficientes mentais e crianças retardadas, como explica Mazzotta (2011, p.55):

A educação escolar não era considerada prioritária, ou mesmo possível, principalmente para aqueles com deficiência cognitivas, múltiplas ou distúrbios emocionais severos. O trabalho educacional era voltado para a autonomia nas atividades de vida diária (AVD) e relegado a um interminável processo de “prontidão para alfabetização”, sem maiores perspectivas, já que não havia expectativas de que esses indivíduos ingressassem na cultura letrada e informal. Assim, muitos alunos passavam anos consecutivos aprendendo a escovar os dentes, a tomar banho e a comer sozinhos; a enfiar contas em arames e fios, a usar o papel apenas para pintura e recorte/colagem. Sua “escolarização” limitava-se à discriminação de figuras iguais e diferentes das apresentadas e a resolver exercícios de sequência lógica, com o objetivo de “preparar-se” para a aprendizagem da leitura e da escrita. (GLAT, 2009, p.19).

⁹ MENDES, E. G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁰ DECHICHI, C. **Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental**. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

Se antes o atendimento para as pessoas com deficiência intelectual tinha por objetivo o atendimento médico/clínico, nos anos 70, o acesso à escola torna-se preocupação do poder público, com a institucionalização da educação especial. (GLAT, 2009, p.20).

A preocupação do poder público com a escolarização das pessoas com deficiência possibilitou um novo olhar a respeito das possibilidades de autonomia e construção da cidadania e dignidade para estas pessoas. Antes enclausuradas, em clínicas, hospitais e lares, para enfim, terem acesso às escolas especiais, apresenta-se a seguir esse surgimento:

Em 1973, foi criado, no Ministério da Educação, o CENESP – Centro Nacional de Educação Especial (transformado em 1986 na Secretaria de Educação Especial – SEESP¹¹), que introduziu a Educação Especial no planejamento das políticas públicas educacionais. Por iniciativa do CENESP, foram implantados subsistemas de Educação Especial nas diversas redes públicas de ensino através de criação de escolas e classes especiais. [...] Novas metodologias e técnicas de ensino trouxeram a possibilidade de aprendizagem e adaptação escolar desses sujeitos, até então alijados da escolarização formal. “O deficiente pode até aprender”, tornou-se a palavra de ordem, resultando numa mudança de paradigma do modelo médico, predominante até então, para o modelo educacional. A ênfase não era mais na deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim nas condições do meio em proporcionar recursos adequados que promovessem o desenvolvimento e a aprendizagem. (GLAT, 2009, p.20).

Mas as escolas especiais segregavam as pessoas com deficiência mental do restante da comunidade escolar, ao ver alguns estudiosos e ativistas da causa, devido em parte às escolas especiais serem então exclusivamente reservadas para um determinado grupo de indivíduos, com serviços pedagógicos e de auxílio médico especializado.

O que levou no final dos anos 70, e início dos anos 80, no Brasil, a surgir o movimento de normalização/integração com aqueles que tivessem condições de conviver na sociedade, de poderem ser inseridos na escola tradicional. (MAZZOTTA, 2011, p.153).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, uma série de medidas foi estabelecida para favorecer a pessoa com deficiência intelectual. Estes indivíduos passam a ter direito de estudar na escola pública, gratuita e de qualidade. A constituição brasileira confirmou o acordo estatal com o ensino público, assegurando em seus dispositivos a

¹¹ “Sobre as razões da transformação há a explicação: Esse ministério promoveu a extinção da antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP) para introduzir os assuntos de sua competência na estrutura da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), perante o decreto presidencial n. 7.480, de 16 de maio de 2011, que passou a vigorar a partir de 23 de maio de 2011. Posteriormente, esse diploma legal foi revogado pelo decreto n. 7.690, de 2 de março de 2012, que, entretanto, trouxe discretas alterações na composição da recém-criada SECADI, mantendo, em linhas gerais, as mesmas proposições do decreto n. 7.480 no que tange à estrutura e função de tal secretaria. Convém assinalar que esta surgiu, por sua vez, da reestruturação realizada na ex-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), à qual se “acrescenta” o eixo da inclusão”. (BEZERRA; ARAUJO, 2014, p.102).

educação para todos, obrigando-se em aprimorar a qualidade de ensino e combater o analfabetismo¹².

Outra referência marcante para as pessoas com deficiência foi a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que reprimiu a rejeição de matrículas, por parte das escolas regulares, devido às deficiências dos alunos. (MAZZOTTA, 2011, p.143).

Neste período, a educação brasileira permitiu que as pessoas com deficiência mental tivessem acesso ao ensino formal. Em 1994, a Declaração de Salamanca e suas linhas de ação, Espanha/1994 – Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, que indicavam novas diretrizes para a escola inclusiva. Destacou-se dessa declaração, o seguinte trecho:

O princípio que orienta esta Estrutura¹³ é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas [sic], crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva¹⁴. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3).

¹² O conceito de analfabetismo normalmente é diverso nas várias pesquisas realizadas sobre o assunto. Algumas instituições consideram alfabetizado aquele que consegue assinar, ou escrever, seu próprio nome; outras, aqueles que reconhecem e conseguem ler palavras; algumas instituições, por sua vez, entendem alfabetizado a pessoa que consegue ler e compreender uma frase. Essas variações de entendimento do conceito de alfabetizado e, por conseguinte, de analfabeto, levam a mudanças, muitas vezes discrepantes, na quantificação da população alfabetizada. (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.28).

¹³ Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela Conferência Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994.

¹⁴ Escola inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (GLAT, 2009, p.16).

A Declaração de Salamanca possibilitou a adoção de políticas baseadas no ideal democrático, cujo principal escopo era o efetivo incremento de oportunidades para este grupo vulnerável socialmente.

Reforçamos que a inclusão das pessoas com deficiência intelectual deve acontecer de fato nos espaços que frequentam, podendo ser a escola, biblioteca, teatro, cinema, entre outros, desde que suas necessidades especiais sejam atendidas. A inclusão das pessoas com deficiência não se limita apenas ao acesso e à permanência nos equipamentos culturais oferecidos pela sociedade. Para compreender sua condição, identidade e papel na sociedade, consideramos relevante entender sua condição econômica e o impacto que a educação se torna essencial no acesso a informação.

2.1 A pessoa com deficiência intelectual e o desenvolvimento educacional e econômico

Atualmente, quase sempre o pensar em acesso à informação está associado, a escolarização do indivíduo. Entretanto, a deficiência intelectual é uma condição de desenvolvimento interrompido ou incompleto da mente, o que sugere que deva ser trabalhado as potencialidades de conhecimento do indivíduo através do uso de ferramentas de tecnologias assistivas que permitam o acesso à informação e seu aprendizado. A escolaridade precária prejudica a mobilidade social das pessoas com deficiência, que são geralmente pobres, apesar da deficiência intelectual estar presente em todas as classes sociais. Uma das lutas atuais da família com renda social é o acesso à educação escolar. Sobre essa condição limitadora, afirma Sposito (2013, p.32) sobre a necessidade escolar:

[...] como ferramenta essencial para a sobrevivência do indivíduo moderno no mundo (habilidades, conhecimentos e saberes, competência para uma melhor participação na esfera pública e afirmação de sua autonomia como sujeito), produz uma enorme crise das possibilidades de mobilidade social ascendente via escola pela escassa capacidade de absorção no mundo do trabalho dessa população escolarizada. As transformações estruturais nas últimas três décadas provocaram, entre outros efeitos, o desassalariamento e o desemprego.

Os índices educacionais apresentados pelo último Censo de 2010 em relação ao nível de instrução destacaram que 61,1% das pessoas com deficiência não tem instrução e ensino fundamental incompleto. (BRASIL, 2012b, p.16).

De acordo com dados do Censo 2010, as pessoas que possuem deficiência intelectual são as que possuem a menor taxa de alfabetização, comparando com outras deficiências. Podemos verificar essa afirmação na Tabela 1:

Tabela 1 – Quantidade de pessoas com deficiência intelectual no Brasil
PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO,
SEGUNDO O SEXO

	Tipo de deficiência					
	Pelo menos uma		Visual		Auditiva	
	Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas
Total	45.220.745	36.964.660	35.606.169	29.608.907	9.638.276	7.281.134
Homens	19.600.953	15.871.348	14.883.098	12.249.824	4.864.949	3.727.827
Mulheres	25.619.792	21.093.312	20.773.071	17.359.083	4.773.327	3.553.307

	Tipo de deficiência			
	Motora		Mental ou Intelectual	
	Total	Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas
Total	13.124.526	9.407.292	2.546.559	1.346.559
Homens	4.905.091	3.495.479	1.372.438	714.510
Mulheres	8.219.435	5.911.814	1.174.121	632.049

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012, p.18)

De acordo com dados obtidos do censo demográfico, sabendo-se que no Brasil há 2.546.559 pessoas com deficiência intelectual e, deste montante 1.346.559 são alfabetizadas, isto é, 52,5% das pessoas com deficiência intelectual sabem ler e escrever. Se comparar os índices de alfabetização da pessoa com deficiência intelectual com os outros tipos de deficiências, a taxa de alfabetização chega aos seguintes índices: 83% para deficiência visual; 75% para deficiência auditiva; e 71% para deficiência motora.

Em grande medida, esses alunos, assim como os demais que apresentam alguma deficiência, têm baixo nível de escolaridade. De acordo com o último Censo de (2010), mais de 60% da população com deficiência não têm instrução ou tiveram acesso somente ao ensino fundamental. (PLETSCH, 2014a, p.19).

Com esses dados de escolaridade podemos constatar que o desempenho educacional das pessoas com deficiência intelectual está longe do ideal. E que a biblioteca pública pode contribuir, seja oferecendo serviços de acesso à leitura, seja de aprendizagem e até atividades diversas que estimulem o conhecimento.

Uma consequência da pouca escolaridade é o indivíduo ter poucas chances de ser absorvido pelo mercado formal de trabalho, alertando Pletsch (2014a, p.18) sobre a situação da necessidade de se atuar na questão:

Após quarenta anos, a escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil foi e continua sendo marcada por contradições e ambiguidades, que vão desde a omissão do Estado no oferecimento da educação pública, passando pelo período das políticas segregacionistas nos anos setenta, até as atuais políticas de inclusão, alavancados por organismos ligados à defesa dos direitos humanos e da redução da pobreza.

No mundo corporativo, onde somente os mais preparados tem uma oportunidade de emprego, e este preparo não é concedido de forma igualitária para a pessoa com deficiência, há necessidade da intervenção do Estado, que age com legislação protetora como é explicado na lei que dispõe sobre a deficiência:

Somente com a força das cotas nos concursos públicos, que é permitido que a pessoa com deficiência tenha condições de obter um emprego ou nas grandes empresas particulares que possuem mais de 100 empregados são obrigadas por lei a empregar de 2 a 5% da sua força de trabalho com funcionários que possuam deficiência. (BRASIL, 1991, p.36).

Como dado positivo, essas pessoas quando estão empregadas, na qual lhe é dada uma oportunidade de trabalhar, é de entendimento que a convivência laboral possibilita novas experiências de solidariedade e respeito entre os funcionários, como observa Lisboa (2014, p.1):

A relação profissional traz vantagens tanto para contratados quanto para contratantes. Os primeiros se sentem incluídos e passam a ter poder de compra. Para as empresas, os benefícios estão na qualidade dos serviços prestados e na construção de um ambiente colaborativo.

Ainda é baixo o índice de empregabilidade no mercado formal para as pessoas com deficiência intelectual. Para Lisboa (2014) menos de 1% conta com um emprego formal de um universo de 2,6 milhões de pessoas. Citando Antônio José Ferreira, secretário nacional da Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Lisboa (2014) destaca que as cotas ainda não sensibilizaram os empresários, tendo em vista que os empresários não respeitam a legislação vigente.

“Há 700 mil vagas abertas a serem preenchidas para cumprir a lei. No entanto, empresários preferem pagar multa a contratar”, denuncia [Ferreira]. Ferreira acredita que um problema é a confusão com transtornos mentais. “As duas coisas não têm relação: deficiência não é doença. É preciso que haja adaptação no ambiente de trabalho. No caso da pessoa com deficiência intelectual, isso consiste na conscientização de todos. O preconceito no Brasil é camuflado e atrapalha a inserção profissional dessas pessoas”, explica. (LISBOA, 2014, p.1)

O mecanismo de exclusão não é apenas de segmento cultural. O mercado econômico seleciona os profissionais mais preparados para determinado trabalho. Com o crescimento educacional da população, os mais capacitados tem maior oportunidade de empregabilidade. Sobre a problemática da exclusão devido a essa temática, temos a explicação seguinte:

O capitalismo na verdade desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão. [...] o problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a

demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que se encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação. (MARTINS, 1997, p.32)

Como resultado, o perfil das pessoas com deficiência intelectual resulta em ser o de baixa escolaridade, o que culmina na vulnerabilidade social do indivíduo; e, como dito anteriormente, com problemas de comunicação com o meio circundante, limitações para o trabalho, escassez de recursos financeiros, falta de acesso aos recursos de tecnologia da informação e comunicação (internet) e excesso de preconceito devido à marginalização infringida.

O analfabetismo é uma característica comum entre as pessoas com deficiência intelectual. Revelando à comunicação oral ser o método mais empregado pela pessoa com deficiência intelectual para obter informações, sendo destacado por Suaiden (1995, p.58).

[...] a informação mais usada por esta população é a oral, obtida geralmente de vizinhos, amigos e parentes. Enquanto nos níveis socioeconomicamente a informação registrada ou impressa é utilizada para complementar a informação oral, nos níveis mais baixos isso não é possível, devido ao analfabetismo, a falta do hábito da leitura e ao baixo poder aquisitivo. A obtenção da informação é tanto mais difícil e penosa quanto mais baixo o nível socioeconômico do indivíduo que a busca.

No entender de Simeão¹⁵ (2011, apud BERNARDINO; SUAIDEN; CUEVAS-CERVERO, 2013, p.9), a alfabetização informacional “é uma atividade de capacitação permanente e que se fundamenta na essência do trabalho bibliotecário”.

Bernardino, Suaiden e Cuevas-Cervero (2013, p.9) citam à alfabetização informacional, o Manifesto de Paramillo, que destaca quanto a importância da biblioteca neste processo de alfabetização. Nesse Manifesto, lê-se:

[...] orienta que as bibliotecas são espaços sociais idôneos para facilitar e apoiar o desenvolvimento de habilidades informacionais no cidadão e que vem incluir em suas atividades diárias programas que contribuam para a alfabetização informacional dos usuários; entre outros. (MANIFESTO DE PARAMILLO, 2010).

Se quase metade da população brasileira com deficiência intelectual não é letrada, a biblioteca deve se adequar para atendê-las, segunda a IFLA, por exemplo, oferecer audiolivros e livros de leitura fácil para os que não possuem domínio da escrita e da leitura. (IFLA, 2001, p.14).

¹⁵ SIMEÃO, Elmira. et al. Projeto ALFINBRASIL: modelo piloto para a promoção de competências em informação nas oficinas de capacitação dos usuários da Biblioteca Nacional de Brasília. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2011, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em: <http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/v_iew/520>. Acesso em: 12 nov. 2012.

A obtenção desses recursos não é simples e imediata, conforme a vontade do usuário da biblioteca, devido ao custo dos recursos tecnológicos envolvidos, a necessidade de capacitação dos profissionais da biblioteca e o envolvimento do usuário. Requerem políticas públicas adequadas, sensibilização dos gestores para a questão, qualificação dos funcionários, recursos financeiros, entre outros.

Mediante o cenário social desigual para a pessoa com deficiência intelectual na qual não há mecanismos que favoreçam sua real inserção na comunidade e no trabalho, podemos considerar como pertencendo a um grupo social excluído sobre o significado de se pertencer a um tal grupo, destaca-se:

[...] conjunto de marginais constitui-se daqueles que foram retirados a título provisório ou definitivo, da vida social comum, encontrando-se institucionalizados em espaços separados. Nesse caso a tendência é que os serviços médicos e sociais caracterizem essas populações a partir de uma deficiência específica (problema psíquico, deficiência física profunda, invalidez crônica...) estabelecendo uma correspondência com uma proteção social especializada. Eles também são dotados de um estatuto, mas este, estabelecido com base numa deficiência, impõe-lhes um regime especial e um tratamento excepcional nos asilos para velhos indigentes, nos estabelecimentos para menores abandonados ou deficientes, nos hospitais psiquiátricos desde que estes cumpram também a função de último recurso para indivíduos dessocializados que não encontram lugar em outra parte. (CASTEL, 1997, p.29).

Como condição em que se cria no senso comum a idéia que essas pessoas com deficiência intelectual não conseguem se adequar aos serviços prestados pela biblioteca, como são excluídos da sociedade, não possuem “condições” de exercer uma cidadania plena.

O termo exclusão é um conceito que não existe do ponto de vista sociológico. (MARTINS, 1997, p.27). O fato é que as pessoas com deficiência não estão excluídas quando estão na biblioteca, e nem quando não fazem parte dela. Na verdade, estão em processo de vulnerabilidade social em razão dos seus direitos não serem contemplados. Inclusive, para sobre esse assunto, Suaiden (1995, p55-6) afirma:

No Brasil a porcentagem de não-usuários é bastante superior à de usuários. Geralmente, os não usuários vivem em comunidades carentes dos centros urbanos e se defrontam não só com a falta de bibliotecas públicas, mas também com os problemas econômicos, culturais educacionais. São chamadas populações marginalizadas.

A dívida da sociedade e do Poder Público com essas pessoas com deficiência intelectual, é destacada na Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual, que assim se expressa:

Aspirando reconhecer as desvantagens e barreiras históricas que as pessoas com deficiências intelectuais têm enfrentado e, conscientes da necessidade de diminuir o impacto negativo da pobreza nas condições de vida das pessoas com deficiências

intelectuais. (DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, 2004, p.1).

Castel (1997, p.23) trata sobre temas que abordam desde o fenômeno da vulnerabilidade social, da marginalidade à zona de assistência, destacando que a pessoa com deficiência que não conseguiu uma formação para o trabalho, e mesmo assim ainda não trabalha em atividades pecuniárias e só contam com a assistência da família e, muitas das vezes com auxílio financeiro do poder público para sobreviver, tem do tratamento da sociedade diferente daquele que ela dispõe ao vagabundo, conforme expõe:

O tratamento dispensado ao vagabundo difere totalmente daquele dispensado ao inválido que não pode trabalhar, seja por razões físicas (enfermidades, doenças) seja em razão de sua idade (crianças, velhos), seja porque ele se encontra numa situação familiar extrema (viúvas com numerosos filhos). Se o indigente inválido é ao mesmo tempo, conhecido, com residência conhecida, pertencente a uma paróquia, a um bairro, ele terá quase sempre um suporte social. Desta forma, o tratamento dispensado à indigência inválida define uma quarta zona, a zona da assistência. Essa última realiza uma proteção aproximada, fundada no princípio da “casa de caridade. (CASTEL, 1997, p.24).

Provavelmente será ainda este cenário desolador e triste à maioria das pessoas com deficiência. A falta de perspectiva da pessoa com deficiência dificulta o acesso à vida “normal”, ofuscando o seu convívio social, podendo levá-la a se isolar ou conviver apenas com seus familiares.

O convívio em instituições socializadoras, como a escola e a biblioteca, deve ser um espaço de exclusão, que pode servir de modelo aos outros, conforme Suaiden (1995, p.42):

[...] as bibliotecas públicas representam uma condição indispensável para a formação educativa e cultural, assim como para o aperfeiçoamento da qualidade de vida e tomada de decisões em todas as esferas da vida administrativa e econômica.

Portanto, qualquer que seja seu objetivo, seja economicamente rica ou pobre, rural ou urbana, a biblioteca pública terá de ser uma só em sua finalidade e em sua concepção, e tanto mais democrática quanto mais estenda seus serviços a todos seus potenciais usuários. (SUAIDEN, 1995, p.20).

Efetivamente, poderemos dizer que grande parte da população da América Latina não participa das questões públicas por desconhecimento de seus direitos e deveres da sociedade. Para participar é necessário estar informado. A carência de bibliotecas públicas e o analfabetismo impedem que estas populações tenham acesso à informação. (SUAIDEN, 1995, p.18).

Os direitos das pessoas com deficiência ainda estão longe ser cumpridos, apesar das várias conquistas nos últimos anos, estabelece que o canal de comunicação favorável à mudança deste isolamento social surgiu nas últimas duas décadas com o advento da internet. A publicação nas redes sociais de histórias de sucesso, de superação de obstáculos ao longo da vida, de exemplos de pessoas que se tornaram mais sensíveis à natureza frágil do ser

humano, compreendendo seus limites e as suas possibilidades. Foi decisivo as redes sociais à aceitação das pessoas com deficiência permitindo a qualquer pessoa escrever sobre determinado tema, debater qualquer assunto com outros internautas, pois possibilitou o compartilhamento de informações e resultou em novos avanços na inclusão que refletiu nas bibliotecas.

A biblioteca tem seu princípio básico, disponibilizar recursos informacionais para seus usuários.

E para oferecer recursos informacionais para os usuários com deficiência intelectual, o bibliotecário precisa conhecer as singularidades e características do seu usuário. Compreender a deficiência não se limita ao aspecto clínico mais também às limitações e suas potencialidades ofertando serviços bibliotecários que atendam à demanda de informação.

2.2 O conceito de deficiência intelectual: o usuário com essa deficiência

A conceitualização da pessoa com deficiência intelectual historicamente foi identificada através de diferentes definições, algumas sendo posteriormente substituídas ou reforçadas por outras, sem que superassem o estigma da exclusão, que pode ser observado na terminologia adotada ao longo dos tempos, elencam:

Debilidade mental, subnormalidade mental, oligofrenia, deficiência mental, retardo mental, capacidades diferentes, barreiras na aprendizagem; ou as pessoas: idiotas, imbecis, tontos, cretinos, dementes, retardados mentais, inválidos, com necessidades educativas especiais, deficientes intelectuais, estúpidos, amentes, entre outras. (DIAS; LOPES DE OLIVEIRA, 2013, p.171).

Considerando as abordagens da legislação brasileira e da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD, o primeiro passo é o de que o que se entende por deficiência intelectual, porque o conceito está sujeito a múltiplas definições e interpretações, muitas vezes, contraditórias. Destacamos que a AAIDD estabelece o uso do termo deficiência intelectual, enquanto a legislação brasileira denomina a condição por deficiência mental. Essa escolha visa atender às solicitações das sociedades de parentes e amigos das pessoas com deficiência. A deficiência intelectual era historicamente, conhecida como retardo mental¹⁶. Essa definição conceitual foi estabelecida pela AAIDD (2010),

¹⁶ Este conceito passou a ser questionado no Brasil, por enfatizar demasiadamente o sujeito e suas limitações com base em resultados psicométricos sem levar em consideração o contexto social, especialmente pelos teóricos que discutiam a deficiência como uma “construção social”. (PLETSCH, 2014b, p.110)

instituição essa anteriormente conhecida por Associação Americana de Retardo Mental – AAMR (2002).

Sobre a escolha dessa opção de texto legal deveu-se à explicação:

A adoção de nomenclaturas propostas deve vir acompanhada de mudanças conceituais, estruturais, políticas e sociais. E, no caso brasileiro, um caminho para evitar os descompassos propostos entre tendências internacionais, legislação e práticas dos profissionais seria o desenvolvimento de uma melhor articulação entre as decisões do poder público e participação das comunidades escolares nestas decisões. As mudanças não podem simplesmente ser impostas de cima para baixo, sem considerar a realidade dos professores que diretamente vão lidar com elas. No caso específico da definição da deficiência intelectual este fato é ainda mais agravante, levando em consideração que o olhar que temos sobre ela é influenciado pelo contexto social, econômico, político, cultural do qual fazemos parte. (VELTRONE; MENDES, 2011, p. 420).

A deficiência intelectual teve seu conceito modificado ao longo da história. Inicialmente sua concepção foi marcada pela visão médica, clínica e organicista que determinava as práticas de saúde, a seguir pela perspectiva psicológica, com a visão da psicometria que introduz a avaliação do quociente intelectual e os níveis de inteligência. (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.101).

Em 2004, a Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual sinalizou que as organizações internacionais incluíssem a terminologia de deficiência intelectual nos seus programas de assistência¹⁷.

A deficiência intelectual é uma deficiência caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizagem, resolução de problemas) e no comportamento adaptativo¹⁸, que abrange uma gama de habilidades sociais e práticas cotidianas. Esta deficiência origina antes da idade de 18 anos. (AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES, 2010).

Existem diversos fatores que podem causar a deficiência intelectual, destacam-se alterações cromossômicas e gênicas, desordens do desenvolvimento embrionário ou outros distúrbios estruturais e funcionais que reduzem a capacidade do cérebro. (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 2014).

¹⁷ Incluir a "DEFICIÊNCIA INTELECTUAL" nas suas classificações, programas, áreas de trabalho e iniciativas com relação às "pessoas com deficiências intelectuais" e suas famílias a fim de garantir o pleno exercício de seus direitos e determinar os protocolos e as ações desta área. (DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, 2004, p.1).

¹⁸ Comportamento adaptativo representa as habilidades conceituais, sociais e práticas que as pessoas aprenderam a serem capazes para funcionar em suas vidas no cotidiano. Limitações significativas no comportamento adaptativo da vida cotidiana de uma pessoa afeta a capacidade de responder a uma situação particular ou para o ambiente. Limitações no comportamento adaptativo pode ser determinada por meio de testes padronizados. Sobre esta padronização de medidas, limitações significativas no comportamento adaptativo são operacionalmente definido como o desempenho que está em menos 2 desvios-padrão abaixo da média de qualquer um (a) uma das seguintes três tipos de adaptação comportamento: conceitual, social, ou prático, ou (b) uma pontuação global de uma medida padronizada conceitual, social e habilidades práticas (AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES, 2010).

Destaca-se que, a deficiência intelectual não é uma doença, sendo uma condição causada por fatores tangíveis, seja da ordem fisiológica do indivíduo ou da mãe durante a gestação.

No Brasil, as avaliações médicas para diagnosticar se uma pessoa é deficiente intelectual se baseiam em testes psicométricos, pelos quais se classifica o deficiente em: retardo mental leve, moderado, severa, profundo.” (PLETSCH, 2014b, p.110)

Estes testes psicométricos apoiam-se em classificações por grau de quociente de inteligência (QI). O Sistema Único de Saúde – SUS, segundo Pletsch (2014b, p109) a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) segue as normas da Organização Mundial de Saúde – OMS.

No quadro 1, está apresentada a divisão entre o grau de comprometimento do indivíduo, levando em consideração seu QI.

Quadro 1 – Classificação do grau de comprometimento do retardo mental

Classificação	Grau de comprometimento	Inclui
F71.- Retardo mental leve	Amplitude aproximada do QI entre 50 e 69 (em adultos, idade mental de 9 a menos de 12 anos). Provavelmente devem ocorrer dificuldades de aprendizado na escola. Muitos adultos serão capazes de trabalhar e de manter relacionamento social satisfatório e de contribuir para a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • atraso mental leve, • debilidade mental, • fraqueza mental, • oligofrenia leve, • subnormalidade mental leve.
F72.- Retardo mental moderado	Amplitude aproximada do QI entre 35 e 49 (em adultos, idade mental de 6 a menos de 9 anos). Provavelmente devem ocorrer atrasos acentuados do desenvolvimento na infância, mas a maioria dos pacientes aprendem a desempenhar algum grau de independência quanto aos cuidados pessoais e adquirir habilidades adequadas de comunicação e acadêmicas. Os adultos necessitarão de assistência em grau variado para viver e trabalhar na comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> • atraso mental médio, • oligofrenia média, • subnormalidade mental moderada.
F73.- Retardo mental grave	Amplitude aproximada de QI entre 20 e 40 (em adultos, idade mental de 3 a menos de 6 anos). Provavelmente deve ocorrer a necessidade de assistência contínua.	<ul style="list-style-type: none"> • atraso mental grave, • oligofrenia grave, • subnormalidade mental grave.
F73.- Retardo mental profundo	QI abaixo de 20 (em adultos, idade mental abaixo de 3 anos). Devem ocorrer limitações graves quanto aos cuidados pessoais, continência, comunicação e mobilidade.	<ul style="list-style-type: none"> • atraso mental profundo, • oligofrenia profunda, • subnormalidade mental profunda.

Fonte: SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (2015). Retardo mental e suas divisões por QI.

Para Glat (2009, p.82), “embora considerado importante no diagnóstico, um coeficiente de inteligência abaixo da média é visto atualmente como apenas um dos aspectos que definem a deficiência intelectual”.

A deficiência intelectual não é apenas um comprometimento orgânico ou anatômico. O comprometimento orgânico ou anatômico que, num determinado contexto, pode levar a pessoa com deficiência intelectual, a uma situação incapacitante.

Corroborando com o pensamento de Glat (2009), o autor Schalock (2009, p.22) enfatiza a necessidade de nova compreensão a respeito do paradigma da pessoa com deficiência, afirmando:

[...] o modelo de deficiência emergente é uma nova forma de pensar sobre a deficiência que inclui uma perspectiva socioecológica sobre a deficiência intelectual e um modelo multidimensional do funcionamento humano. Simultaneamente, estamos observando na comunidade internacional uma troca significativa das políticas de prestação de serviços e nas práticas centradas da provisão de apoios individualizados as pessoas com deficiência intelectual e o uso de resultados pessoais relacionados com a qualidade de vida. (SCHALOCK, 2009, p.22).

Existem variados tipos de deficiência intelectual, na qual o bibliotecário pode tomar conhecimento, pois é um conjunto de síndromes das mais diversas, cuja relação abaixo se apresenta abaixo: (GONÇALVES; MACHADO, 2012, p.68):

- *Síndrome de Down*
- *Síndrome do X-Frágil*
- *Síndrome do Álcool Fetal*
- *Síndrome Cornélia de Lange*
- *Síndrome de Prader-Willi*
- *Síndrome de Angelman*
- *Esclerose Tuberosa (Doença/Síndrome de Bourneville-Pringle)*
- *Síndrome de Rubinstein-Taybi*
- *Síndrome de Klinefelter*
- *Síndrome de Apert*
- *Síndrome de Sturge Weber (SSW)*

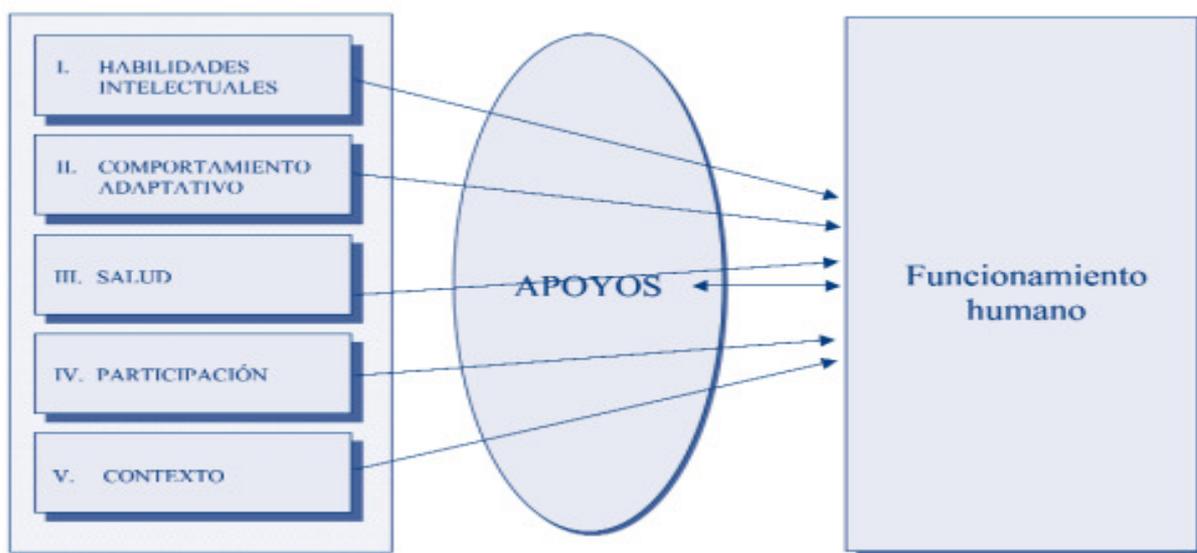
Cada síndrome tem suas peculiaridades¹⁹. Não discutiremos aqui a especificidade de cada uma, pois a síndrome em si não é determinante para condicionar a pessoa à deficiência intelectual e determinar-lhe desvantagens que possam ser infringidas ou direitos sociais que lhe pertençam de fato. A pessoa pode apresentar determinadas limitações de ordem física, cognitiva ou social. Erroneamente, se avaliava se uma pessoa tinha deficiência intelectual, somente pelo seu QI. Um quarto dos diagnósticos de deficiência intelectual é de ordem genética. Três quartos (75%) dos casos, são diagnosticados por fatores ambientais e multifatoriais. Como dito anteriormente pela AAIDD, existem critérios para diagnosticar a

¹⁹ A definição de cada síndrome encontra-se no GLOSSÁRIO desta pesquisa.

pessoa com deficiência intelectual, que são: o comportamento adaptativo, o funcionamento intelectual e a manifestação da deficiência antes dos 18 anos de idade.

Para maior compreensão da deficiência intelectual, no Quadro 2, apresenta-se um marco conceitual do funcionamento humano tendo como causais as habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, saúde, participação e contexto, com intervenção dos apoios.

Quadro 2: Marco conceitual do funcionamento humano



Fonte: SCHALOCK (2009)

A respeito dos dois primeiros componentes que atuam no funcionamento humano, habilidades intelectuais e comportamento adaptativo, temos os comentários de Fontes²⁰ et.al. (2009, apud Glat, 2009, p.82):

- Habilidades intelectuais: são avaliadas por meio de testes de inteligência ou outros não padronizados;
- Comportamento adaptativo: definido como conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas adquiridas pela pessoa para corresponder às demandas da vida cotidiana.

Schalock (2009, p.27, livre tradução) define os outros três fatores causais do funcionamento humano, conforme segue:

- Saúde: é um estado de bem estar social, mental e físico pleno. A saúde é um componente de uma visão integrada do funcionamento humano.
- Participação: se refere aos papéis e interações nas áreas da vida doméstica, o trabalho, a educação, o lazer, a vida espiritual e as atividades culturais.

²⁰ FONTES, Rejane de Souza *et al.* Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. In: GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. Cap.5, p.79-96.

- Contexto: Inclui os fatores do meio ambiente que se formam o ambiente atitudinal, social e físico e os fatores pessoais que consistem em características pessoais que podem desempenhar um papel no funcionamento humano e, por extensão, na deficiência.

Considerando os apoios, temos a observação de Fernandes e Orrico (2012, p.102) “então acessibilidade, suportes e capacidades adaptativas são elementos primordiais na inclusão social da pessoa com deficiência mental”. Compreender o pleno funcionamento humano permite compreender a pessoa com deficiência intelectual em sua interação e participação ativa na comunidade.

A biblioteca, instituição caracterizada como bem cultural e com papel social poderá apoiar ações inclusivas no seu espaço, possibilitando a participação do usuário com deficiência intelectual nos serviços acessíveis as suas demandas.

Touzan (2009, p.50) apresenta características típicas do usuário com deficiência intelectual, que devem ser levadas em conta pelos próprios usuários da biblioteca:

Usuários com deficiência intelectual que encontramos têm dificuldade de concentração, compreensão, memória ("memória imediata"), e localização no espaço e no tempo. Eles raramente dominam a leitura e a escrita. Verbalizar e comunicar também continua a ser um problema. Um ambiente confortável e seguro é necessário. Incentivar relacionamento individual e pessoal parece ser essencial para mim. Eles são, na verdade, um pedido de contato e reconhecimento. O acompanhante deve estar presente como um mediador da relação. Além disso, ele detecta sinais de seu estado interior e fornecer os estados de tensão.

Conhecer o usuário, além de levar em consideração o comportamento adaptativo, alerta Touzan (2009), é tão fundamental como a oferta de suportes informacionais para o acesso à informação.

No próximo capítulo apresentaremos as políticas públicas de acessibilidade e como a legislação brasileira contribui para a discussão dos documentos oficiais e suas recomendações de ações inclusivas, considerando os serviços e recursos inerentes a uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência intelectual, na qual colabora para a acessibilidade da informação e comunicação.

3 - Políticas públicas de acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual

Para compreender as políticas públicas de acessibilidade no Brasil, é necessário conhecer o início da discussão sobre acessibilidade nas edificações em nível internacional. O primeiro padrão de design acessível reconhecido internacionalmente foi do Instituto Nacional Americano de Padronização (*American National Standards Institute - ANSI*), em sua norma A117.1, de 1961. (WBDG, 2014).

Sobre esse instituto temos a apresentação de Cambiaghi (2012, p.67):

O Instituto Nacional Americano de Padronização (*American National Standards Institute – ANSI*) é uma organização privada que desenvolve normas técnicas. A norma Especificações para a construção de edificações e facilidades de acesso e utilização por pessoas com deficiências e mobilidade reduzida (“*Specifications for Making Buildings and Facilities Accessible to and Usable by Physically Handicapped People*”), que determina as especificações técnicas para a construção de edificações com facilidade de acesso e uso para pessoas com deficiência, formou a base técnica para as primeiras leis do governo federal do país em matéria de acessibilidade. Essa norma foi aprovada em 1961 e é revisada a cada cinco anos.

Em 1968, é criada nos Estados Unidos, a lei de barreiras arquitetônicas (ABA), que requer que as instalações concebidas, construídas, alteradas, ou alugadas com certos fundos federais sejam acessíveis às pessoas com deficiência. (WBDG, 2014).

Somente 10 anos após iniciativa do governo americano em injetar recursos federais para a promoção de acessibilidade para as pessoas com deficiência, surgiu no Brasil a primeira iniciativa a nível nacional com preocupação em assegurar melhores condições dos edifícios para estas pessoas, com deficiência, em especial, a motora.

O Brasil tem, nos últimos anos, avançado na promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas que buscam valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades. (BRASIL, 2012a, p.15).

A seguir, apresentamos o Quadro 3 destacando algumas das iniciativas pertinentes a este contexto e que foram se desdobrando ao longo dos anos seguintes.

Quadro 3: Principais documentos e diretrizes políticas sobre direitos das pessoas com deficiência

Documento	Ano	Disposições
Emenda Constitucional nº 12 (BRASIL, 1978)	1978	Assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica.
Lei nº 7405 (BRASIL, 1985)	1985	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências.
Norma Brasileira NBR 9050 (ABNT, 1985)		Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente - Procedimento
Constituição Federal (BRASIL, 1988)	1988	CAPÍTULO VII, Art.227, inciso §1º, alínea II que trata sobre a: Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (<i>Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010</i>)
Norma Brasileira NBR 9050 1ª revisão (ABNT, 1994)	1994	Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos – Procedimento.
Decreto nº 3.298 (BRASIL, 1999)	1999	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Lei nº 10.048 (BRASIL, 2000)	2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000)	2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Norma Brasileira NBR 9050 2ª revisão (ABNT, 2004)	2004	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000	2004	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009)	2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Portaria nº 188 (BRASIL, 2010)	2010	O subitem 3.3 e o item 7 da Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:
Decreto nº 7.612 (BRASIL, 2011)	2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
Lei nº 13.146, de (BRASIL, 2015)	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Fonte: Informações adaptadas com base em BRASIL (2003) e no site do Ministério da Educação

No final dos anos 70, através da Emenda Constitucional nº12, de 1978, o acesso físico aos edifícios e logradouros públicos é assegurado para as pessoas com deficiência. (BRASIL, 1978).

Em 1985, em meio à criação de “normas técnicas em todo o mundo, o Brasil cria a NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que serviu de base para um estudo de adequação dos espaços às pessoas que têm algum tipo de deficiência.” (CAMBIAGHI, 2012, p.61).

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada, em meio ao processo de redemocratização do país. A Magna Carta ratificou o compromisso do Poder Público com a educação pública, certificou em seus dispositivos a educação universal, assumindo o compromisso de combater o analfabetismo e melhorar a qualidade de ensino, além disso, previu a criação de propostas voltadas para as pessoas com deficiências como se pode verificar:

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 227 §1º).

Tal política de acesso aos bens e serviços para pessoas com deficiência semeou no cenário brasileiro condições favoráveis ao acesso democrático da informação, livre de barreiras físicas e atitudinais. Foi um avanço que possibilitou, mais tarde, a adoção de políticas públicas de acesso aos bens públicos.

A Norma Brasileira de Referências – NBR 9050 teve sua primeira revisão lançada em 1994. Esta norma fixava os padrões e critérios para propiciar as pessoas *portadoras de deficiência* condições protegidas de acessibilidade.²¹ (ABNT, 1994).

Outra referência relevante para a pessoa com deficiência foi sobre o Decreto nº3.298, de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que em seu Art. 7, trata em seu inciso I do acesso, ingresso e permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade.

Neste mesmo decreto, no Art. 4, inciso IV, há citação com a conceituação da deficiência mental:

²¹ O termo acessibilidade é citado pela primeira vez nos documentos oficiais no Brasil desde 1994. O primeiro documento é a norma técnica NBR 9050, cujo título: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos: planejamento (ABNT, 1994). Em 2004, o título foi alterado para: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2004).

IV – deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho.

Em 2000, a Lei nº 10.048/2000, trata a respeito dos serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato nas repartições públicas para as pessoas com deficiência. (BRASIL, 2000).

No mesmo ano, a Lei nº 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

Na 2ª revisão da NBR 9050, de 2004, ocorreram várias alterações, com alteração da perspectiva de considerar as pessoas como tendo a deficiência e não como portadora de deficiência, o que muda a ideia sobre a relação das pessoas com deficiência, com o tratamento sendo ampliado para pessoas com necessidades especiais (ABNT, 2004).

Neste mesmo documento há preocupação com o desenho universal²² nas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. (ABNT, 2004, p.3).

Neste cenário, foi regulamentada a acessibilidade para as pessoas com deficiência através do Decreto nº 5.296/ 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, o qual instituiu normas gerais e critérios básicos de acessibilidade (BRASIL, 2004). Desde o surgimento desse decreto é notório que as instituições tem condições de oferecer serviços acessíveis e acesso e permanência para as pessoas com deficiência. Com a criação de vários produtos que permitem maior autonomia, de modo a tornar as pessoas com deficiência menos dependente.

Esse Decreto nº 5.296/2004, destina-se às pessoas com qualquer tipo de deficiência, apesar de se dirigir textualmente apenas às pessoas com deficiência física, visual e auditiva. Não se admite a ideia que a pessoa com deficiência mental não está nessa Lei incorporada na instrumentalização da acessibilidade, segundo critérios técnicos.

²² Desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2004).

A legislação brasileira em matéria de acessibilidade, com o Decreto nº5.296/2004 antecipou uma mudança no conceito de habilidade adaptativa da deficiência mental, quando no seu Artigo 5º, parágrafo § 1, inciso I, alínea d propõe em seu item 4 a “*utilização dos recursos da comunidade.*”

Ainda no Decreto nº5296/2004, no seu Artigo 6º, que trata sobre o atendimento prioritário, podemos considerar relevante o preceito do seu inciso IV “pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas”. E nesse artigo encontra-se a determinação de que o tratamento diferenciado possa ser o atendimento imediato às pessoas de que trata o Artigo 5º. Podemos incluir os profissionais da biblioteca capacitados para atender as pessoas com deficiência intelectual, ao cumprirem a determinação da biblioteca vir a se tornar um espaço inclusivo e democrático no acesso a informação para seus usuários.

Nos incisos I e II do Artigo 8º do mesmo Decreto nº5296/2004, para os fins de acessibilidade, há definição de acessibilidade e barreiras:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e
- d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

Observa-se que a ideia de barreira não se limita ao transporte adaptado, aos aspecto arquitetônico da biblioteca ou às condições acessíveis dos espaços públicos. A pessoa com deficiência intelectual para ter acesso à informação, não pode encontrar obstáculos no processo comunicativo. Muitas pessoas com deficiência intelectual têm dificuldade de se

comunicar, cabendo à biblioteca possibilitar comunicação alternativa para compreender suas necessidades informacionais.

Ainda no Decreto nº5296/2004 no mesmo Artigo 8º, seu inciso V destaca o conceito de ajuda técnica:

V - ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

Ajudas técnicas são também conhecidas por tecnologias assistivas (TA), que se constituem equipamentos especialmente desenhados ou adaptados. (MAZZOTTA²³, 2006, apud FERNANDES; ANTUNES; GLAT, 2009, p.55).

Continuando, nesse mesmo Artigo 8º do Decreto nº5296/2004, há o conceito de desenho universal, já explicado anteriormente. De acordo com Camisão²⁴ (2007, apud FERNANDES; ANTUNES; GLAT, 2009, p.54) o modelo de desenho universal amplia o conceito de acessibilidade.

Melo²⁵ (2006, apud PUPO, 2006, p.18) considera relevante destacar os princípios que o norteiam, tratando-se do desenho universal, apresentando os que seguem:

- **Uso equitativo.** O design é útil e comercializável para pessoas com habilidades diversas.
- **Flexibilidade no uso.** O design acomoda uma ampla variedade de preferências e habilidades individuais.
- **Simples e intuitivo.** O uso do design é fácil de entender, independentemente da experiência, do conhecimento, das habilidades lingüísticas ou do nível de concentração corrente do usuário.
- **Informação perceptível.** O design comunica a informação necessária efetivamente ao usuário, independentemente das condições do ambiente ou das habilidades sensoriais do usuário.
- **Tolerância ao erro.** O design minimiza perigos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais.
- **Baixo esforço físico.** O design pode ser usado eficientemente, confortavelmente e com um mínimo de fadiga.
- **Tamanho e espaço para aproximação e uso.** Tamanho apropriado e espaço são oferecidos para aproximação, alcance, manipulação e uso independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

²³ MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Acessibilidade a indignação por sua falta. **Cadernos de textos da I Conferência Nacional dos Direitos da pessoa com deficiência – “Acessibilidade: você também tem compromisso”**, Brasília, 12 a 15 de maio, 2006, p.41-44.

²⁴ CAMISÃO, V. **Acessibilidade e educação inclusiva**. Disponível em: <www.cnotinfor.pt/inclusiva>. Acesso em: 23 abr. 2007.

²⁵ MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Orgs.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: Unicamp, 2006. Cap. 3, p.17-20.

O desenho universal orienta ações e a criação de soluções para amenizar e até mesmo eliminar os efeitos provocados pela falta de acessibilidade, para Melo (2006 apud PUPO, 2006, p.19), o qual destaca:

Em síntese, promover soluções de acessibilidade numa perspectiva de Design Universal pode potencializar a convivência e a participação na sociedade na igualdade de direitos e deveres, na maior extensão possível, sem discriminação.

Na sua Seção II, o Decreto nº5.296/2004 trata em seu Artigo 16º como devem ser as condições especiais e as características do desenho universal, que são as seguintes:

Art. 16. As características do desenho e a instalação do mobiliário urbano devem garantir a aproximação segura e o uso por pessoa portadora de deficiência visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas portadoras de deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras, atendendo às condições estabelecidas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Em 2009, o Decreto nº 6.949/ 2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York em 30 de março de 2007, reconhecendo que a pessoa com deficiência é um ser que se desenvolve, o que possibilitou uma mudança de paradigma social, fato já esperado segundo se pode aprender no seu Preâmbulo, Letra e, onde se encontra:

e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Apesar de não utilizar a expressão comunicação alternativa, é possível identificar no texto legal em destaque, o Decreto nº6949/2009, a definição de comunicação, que abrange as mesmas características:

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis; (BRASIL, 2009, Art.2º)

Ainda nesse Artigo 2º, é mencionado o conceito de língua, pois muitas das vezes a comunicação com a pessoa com deficiência intelectual, ocorre através de uma comunicação não falada: “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada.” (BRASIL, 2009, Art.2º)

“Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada; (BRASIL, 2009, Art.2º)

O Artigo 21 no mesmo decreto menciona a liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação, destacando a importância de disponibilização de comunicação e informação a todas as pessoas, independente de possuírem ou não algum tipo de deficiência, pois tipos e formatos de comunicação acessíveis permitem à universalização do acesso a informação:

- a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
- c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;
- d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
- e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (BRASIL, 2009, Art.21º)

Por fim, o Artigo 30 do mesmo Decreto nº6949/2009 (BRASIL, 2009, Art.30º) destaca a participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte, o inciso I, apresenta a importância das pessoas com deficiência terem acesso aos bens culturais:

- a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

Ainda nesse mesmo artigo acima referido, a biblioteca é apontada como um bem cultural que a pessoa com deficiência pode se apropriar, de ter acesso a este espaço, na condição de usuário. (BRASIL, 2009)

No ano de 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite reitera o compromisso do exercício pleno das pessoas com deficiência, como prevê o Decreto 7.612/2011, em seu Artigo 3º, nas seguintes diretrizes:

- I. Garantia de um sistema educacional inclusivo;
- II. garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado;
- III. ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional;

IV. ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza;

V. prevenção das causas de deficiência;

VI. ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, em especial os serviços de habilitação e reabilitação;

VII - ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade; e

VIII - promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva. (BRASIL, 2011, Art. 3º)

O Plano Viver sem Limite propôs priorizar matrículas para as pessoas com deficiência, bolsa formação para o ensino médio técnico profissionalizante e oferta de residências adaptadas. (BRASIL, 2013).

A acessibilidade nas edificações deve ser projetada para todas as pessoas com ou sem deficiência, como pode ser observada da proposição de Cambiaghi (2012, p.33):

Acessibilidade aos ambientes construídos e à área urbana surge como atributo imprescindível a uma sociedade que se quer inclusiva, isto é, que planeja que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades. Em outras palavras, para que as ações de inclusão possam verdadeiramente relevantes, devem promover não só a equiparação de oportunidades mas a acessibilidade a todos, sem esquecer os idosos, a população com baixa escolaridade, aqueles que tem impedimentos ou limitações intelectuais ou mentais, físicas, sensoriais, motoras ou apresentam mobilidade reduzida, sejam elas permanentes, sejam temporárias.

No entender de Bonello (2009) a melhoria da acessibilidade não é suficiente para trazer ou manter o público com deficiência. A inclusão da questão da deficiência nos programas culturais da biblioteca é um fator-chave para a sustentabilidade dos esforços em termos de acessibilidade.

Recentemente foi aprovada, em 2015, a Lei nº13.146/2015, que trata sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em seu Artigo 9º inciso V, destaca a importância do acesso a informações para as pessoas com deficiência através da disponibilização de comunicações acessíveis.

Nessa Lei acima citada (2015), o Artigo 68º determina que o poder público deve criar mecanismos produção, edição, difusão, distribuição e comercialização de livros ou outras obras em formatos acessíveis.

Inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. (BRASIL, 2013, Art.68)

Ainda nesse mesmo artigo acima comentado, no seu Inciso I, há uma recomendação de que os órgãos públicos excluam do processo seletivo de compra de livros para as bibliotecas públicas, editoras que não produzem coleções em formatos acessíveis:

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis. (BRASIL, 2013, Art.68º)

A obrigação das editoras produzirem livros em formatos acessíveis pode vir a tornar-se um fator relevante para o crescimento bibliográfico de acervo direcionado para as pessoas com deficiência.

Finalmente, nesse movimento de pensar a acessibilidade na biblioteca pública para o usuário com deficiência intelectual, considera-se a indagação de Pupo (2006, p.60) sobre o atendimento do bibliotecário para o usuário com deficiência intelectual. “Imaginemos que alguns alunos com Síndrome de *Down* programaram uma visita guiada. Você tomaria a iniciativa de orientá-los, mostrando seu acervo, espaços e serviços”? Ensejando a resposta da questão colocada, apresenta-se na próxima seção, o desenvolvimento do tema.

3.1 Acessibilidade na biblioteca pública para o usuário com deficiência intelectual

Depois de analisarmos as políticas públicas de acessibilidade para as pessoas com deficiência, propomos detalhar, o processo histórico da biblioteca pública no atendimento à pessoa com deficiência.

Constatamos que no campo da biblioteconomia, o atendimento à pessoa com deficiência começa a preocupar os bibliotecários nos Estados Unidos, desde o final do século XIX:

[...] chegamos a um reconhecimento geral que a educação é tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para o príncipe, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo, o mudo e o cego, para os defeituosos e os delinquentes, que na antiga concepção eram deixados à margem. (DEWEY,²⁶ 1898 apud MULLER, 1984, p.11).

²⁶ DEWEY, Melvin. The relation of the State to the public library. In: McCRIMMON, Barbara (Ed.). **American library philosophy: an anthology**. Hamnden. Conn., Shoe String, 1975. p.1-9. Originally published: Transactions and proceedings of the 2nd International Library Conference, 1898.

O bibliotecário Melvil Dewey, em 1876, rompe com a tradição milenar da biblioteca em oferecer o acesso à informação a usuários de uma determinada classe social. No seu entender, a educação é fator primordial no combate aos problemas sociais.

Apesar desta preocupação, a biblioteca pública ainda não tinha à época, o objetivo atender de os grupos minoritários e marginalizados pela sociedade.

No Brasil, na década de 30 do século XX, de acordo com Rabello (1987, p.22) a classe média juntamente com as classes mais favorecidas foi clientela fiel da biblioteca. As classes menos favorecidas viviam em condições miseráveis de pobreza e analfabetismo.

Corroborando com Rabello, acrescentamos para o debate as assertivas de Silva (2013, p.27), para quem, a biblioteca não prestava serviço de referência para públicos específicos:

Ponderamos que a biblioteca a partir de uma concepção narrativa e seletiva representa um conceito eminentemente positivista. Primeiramente, pelo fato de constituir uma percepção *ad infinitum* de que a biblioteca deve se ater apenas aos fatos específicos, sem uma concepção mais ampla e integrada da história e uma preocupação mais definida com as causas e origens dos fenômenos e processos da realidade. Em segundo lugar, o ideário narrativo da biblioteca pode primar pelo acesso à informação a grupos específicos, de acordo com conveniências, em detrimento de outros grupos com necessidades de informação mais carentes e latentes. Em terceiro lugar, a biblioteca é vista como um espaço de estaque e imóvel em que cabe à comunidade de usuários a opção de acesso e uso de acervo e dos serviços da biblioteca, sem uma preocupação mais efetiva da biblioteca em buscar adequações às necessidades de informação dos usuários.

Mesmo em períodos populistas, a biblioteca pública nunca foi popular, nem democrática. O sucateamento da biblioteca pública ocorre a partir da década de 70, com o florescimento das bibliotecas especializadas. (RABELLO, 1987)

Paralelamente, a biblioteca pública passa atender um novo grupo de usuários, os estudantes. Com a educação democrática, Suaiden (1995, p.47) apresenta aqueles que a biblioteca pública tem como público leitor:

[...] os estudantes, os grandes usuários das bibliotecas públicas. São as crianças que costumam ir às bibliotecas para fazer as tarefas escolares. Essas bibliotecas raramente são utilizadas pelos adultos. Isso é devido à falta de hábitos de leitura por parte da população adulta, ao que se juntam as más instalações, que não resultam nada atrativas, assim como a grande assistência de crianças às salas de leitura, que, invadindo aqueles espaços reservados aos maiores, produzem uma retração na população adulta. Por outra parte, a atenção que se oferece aos usuários é muito deficiente, devido a que os encarregados de propiciá-la não as pessoas mais qualificadas.

Segundo o mesmo autor (1995), apesar da ampliação de atendimento aos usuários, a pessoa com deficiência não é citada como usuário que frequenta a biblioteca e não há serviços

de acessibilidade para este grupo, muito menos há preocupação da biblioteca em promover adaptações que favorecem o atendimento a usuário para se tornar frequentador deste espaço.

Somente em 1994, a partir do Manifesto da Biblioteca Pública, surge de fato o tratamento igualitário na oferta de serviços e materiais de informação para as pessoas com deficiência, segundo a Fundação Biblioteca Nacional (2000, p.21), que relata:

Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias lingüísticas, pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.21).

Para Almeida Júnior (2013, p.94) os serviços oferecidos pela biblioteca estão aquém do desejado para o acesso a informação, declarando sobre isso:

As bibliotecas públicas oferecem, quase sempre, dois tipos de serviços: o empréstimo e a consulta. O empréstimo é um trabalho meramente burocrático – na sua execução – e normalmente não é desenvolvido por bibliotecários. O atendimento ao usuário – forma mais importante para propiciar a consulta –, por sua vez, apesar de importante, não é, em muitas bibliotecas, a exemplo do empréstimo, exercido por profissionais bibliotecários. A avaliação desse tipo de serviço, como provam os textos da área, é extremamente complexa e difícil de ser implantada. Por esse motivo, as bibliotecas, invariavelmente, se utilizam, quando o fazem, de técnicas e instrumentos inapropriados. Não obtendo uma real avaliação desse tipo de serviço prestado. Isso resulta na manutenção de um atendimento totalmente destoante das necessidades dos usuários.

Certamente a acessibilidade para as pessoas com deficiência, em particular, para as pessoas com deficiência intelectual, na biblioteca pública promove o acesso à informação e a convivência com os demais usuários.

O acesso à informação e os recursos apropriados que incentivem a produção de conhecimento são úteis para as pessoas com deficiência intelectual. Existem bibliotecas, principalmente as universitárias, que promovem ações acessíveis para os usuários com deficiência. Estudos na área, geralmente destacam técnicas e ações que estão voltados para usuários com deficiência auditiva, física e visual. Porém, infelizmente as de ações para usuários com deficiência intelectual não foram encontradas. Não existe, é possível assim comentar-se, uma vez que o indivíduo, muitas vezes, por ter o cognitivo comprometido, não tem o acesso ao ensino superior, apesar de que isso não é uma impossibilidade. De forma geral, pode-se dizer que a pessoa nessa condição de deficiência intelectual, não frequenta a biblioteca.

Para as pessoas com deficiência intelectual, o direito à acessibilidade exige que o Município e outras partes interessadas apliquem as normas contidas na legislação brasileira sobre acessibilidade. A fim de possibilitar o acesso às dependências da biblioteca para as

pessoas com deficiência intelectual, em algumas situações, exige não só que o serviço ou ambiente existente sejam acessíveis por meio de adaptações físicas e de comunicação para o indivíduo, mas também exige que a forma como os serviços e ambientes são organizados para serem adaptados.

Almeida Júnior (2013) convida a conhecermos como era a biblioteca no passado, uma vez que, sob tal perspectiva, seremos capazes de reconhecer e problematizar os entraves que se constituíram ao longo da história da biblioteca, ao contribuir indiretamente para a vulnerabilidade social de grupos minoritários. Remetendo-nos a consideração feita por esse autor (2013), provocamos a reflexão ao afirmarmos que enquanto não nos superarmos com o passado para buscar novas formas de pesquisar a demanda dos usuários, não conseguiremos no presente superar as contradições no atendimento e serviços prestados para este público.

Para discutirmos se a exigência de acessibilidade nos espaços públicos é fundamental para uma sociedade igualitária, cenário ainda longe de ser concretizado, porque, para isso, a biblioteca necessita modificar sua estrutura tradicional de atendimento ao usuário, temos as diretrizes da IFLA, que tem lançado bases sólidas de acessibilidade em bibliotecas para as pessoas com deficiência. O documento com as diretrizes da IFLA (2013, p.38) trouxe de novidade, a preocupação de a biblioteca atender a todas as pessoas, como se pode verificar de seu seguinte trecho:

A biblioteca deve facilitar a todos o acesso aos seus serviços, incluindo àqueles que têm dificuldade em fazê-lo devido às deficiências físicas ou mentais. Os seguintes serviços devem ser tão facilmente acessíveis a usuários quanto possível, através de variados formatos, suportes e pela Internet:

- Empréstimo de livros e outros materiais
- Disponibilização de livros e outros materiais para uso na biblioteca
- Serviços de informação através de meios impressos e eletrônicos
- Serviços de aconselhamento ao leitor incluindo serviços de reserva
- Serviços de informação à comunidade
- Formação de usuários incluindo apoio à programação de literatura
- Programação de atividades e eventos
- Novas ferramentas de comunicação, tais como blogues, SMS e redes sociais, usadas quer para serviço de referência, quer para relações públicas.

No Brasil, não existia até 2013, nenhuma menção à adoção de acessibilidade para as pessoas com deficiência no atendimento na biblioteca²⁷.

É do senso comum do bibliotecário que a pessoa com deficiência intelectual não frequenta a biblioteca. Historicamente este grupo minoritário vive à margem da sociedade,

²⁷ Em 2013, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, através do Ministério da Cultura, lançou editais de acessibilidade nas bibliotecas públicas através do Edital de Chamada Pública DLLLLB/FBN N° 03/2013 – Publicado no Diário Oficial da União em 16/10/2013 (FBN, 2013, p.1).

sem ou com poucos direitos garantidos perante a lei, quanto mais ter acesso ao conhecimento. Por décadas essa indiferença ao outro pertenceu ao triste cenário das bibliotecas públicas brasileiras e que ainda ocorre na esmagadora maioria das bibliotecas, pois sendo a política de acessibilidade, de coleções acessíveis ainda é recente no cenário brasileiro, a pessoa com deficiência intelectual não faz parte dos serviços oferecidos pela biblioteca. Muitos ainda vivem reclusos em seus lares, não se põem não são expostos à sociedade e por não ir à biblioteca acabam perdendo a oportunidade de convivência com os demais usuários.

O olhar de indiferença sobre o outro, sobre a pessoa com deficiência, é um comportamento estigmatizador que não contribui para a inclusão do mesmo no centro de convivência. O bibliotecário, conhecendo o tipo de deficiência de cada pessoa, sinaliza um sinal de respeito às singularidades. Procurando entender suas demandas e necessidades informacionais, enriquece seu conhecimento e fortalece o trabalho em equipe que certamente proporcionará ao seu usuário autonomia na biblioteca e na manipulação da informação, tornando a pessoa com deficiência intelectual tratada até pouco tempo pela sociedade como inválido, improdutivo, num cidadão com direito de coabitar bem um mesmo espaço com os demais.

A acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual nas bibliotecas brasileiras requer a construção de políticas públicas para este importante espaço, especialmente devido à maioria das bibliotecas públicas que sequer cumprem os requisitos mínimos de acessibilidade que o Ministério da Educação recomenda, voltado para as instituições educativas brasileiras, (BRASIL, 2003, p.1), que são:

§ 1º Os requisitos de acessibilidade de que se trata no caput compreenderão no mínimo:

I - com respeito a alunos portadores de deficiência física:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;

b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de fitas sonoras para uso didático;

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

Recentemente, a Fundação Biblioteca Nacional, através do Ministério da Cultura, lançou seu edital de acessibilidade em bibliotecas públicas, que se constituiu como um marco para promoção da acessibilidade, oferecendo recursos para dez instituições adequarem-se para atender pessoas com eficiência, como segue:

O presente edital pretendia selecionar 10 bibliotecas públicas, em nível nacional, para ter equipamentos específicos, livros em formato acessível, recursos humanos e tecnologia em rede para atender as demandas das pessoas com deficiência. Apenas duas instituições atenderam os requisitos mínimos, a saber: a Fundação Dora Nowill e a ONG Mais Diferenças. A primeira instituição tem como público alvo as pessoas com deficiência visual. Em 2014, a ONG Mais Diferenças foi contratada pelo Ministério da Cultura para viabilizar um projeto de acessibilidade em bibliotecas públicas. É fundamental que todos os usuários sejam plenamente atendidos na sua demanda informacional, e o primeiro passo é possibilitar na biblioteca um ambiente acessível. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2013b, p.1).

Ainda no mesmo ano, é lançado o Plano Nacional da Cultura de 2013, que em sua Meta 29, estabelece que todas as bibliotecas atendam aos requisitos legais de acessibilidade e a realização de ações que viabilize e torne viável a promoção da pessoa com deficiência. Dessa meta, também é relevante destacar que as instituições culturais devem respeitar a legislação vigente sobre acessibilidade:

[...] têm de eliminar as barreiras ao acesso físico das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O acesso dessas pessoas aos espaços culturais, seus acervos e atividades deve ser viabilizado de duas maneiras: adaptar o espaço físico para essas pessoas; e oferecer bens e atividades culturais em formatos acessíveis. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013a, p.84).

De uma forma simplificadora, pragmática podemos dizer que a acessibilidade é a eliminação ou redução de obstáculos. Os espaços públicos, incluindo as bibliotecas e os centros de informação, precisam tomar medidas razoáveis a fim de possibilitar a pessoa com deficiência o acesso à informação de maneira rápida e precisa, possibilitar ferramentas e serviços baseados nas tecnologias assistivas de acordo com o grau de deficiência da pessoa e, sobretudo vencer a barreira do diálogo, alcançando a acessibilidade comunicacional, onde todos os indivíduos podem interagir sem nenhum tipo de entrave.

No campo da Biblioteconomia, encontra-se a seguinte definição para acessibilidade:

Possibilidade de o usuário obter, rápida e corretamente a informação que procura. Termo genérico que pode ser empregado em relação a: a) dificuldade ou o não acesso das pessoas aos recursos da internet, da informática ou dos sistemas de telecomunicações; b) capacidade de acessar um recurso independentemente do sistema de acesso a ele. (CUNHA; CAVALACANTI, 2008, p.2).

Na biblioteca francesa, o conceito de acessibilidade para a biblioteca pública, é mais abrangente, pois enfatiza a preocupação das coleções e serviços prestados pela biblioteca serem acessíveis, segundo Bonello (2009, p.34):

O termo genérico “acessibilidade” abrange uma realidade diversa e multifacetada. Se a acessibilidade do ambiente construído das bibliotecas é imperativo em um futuro próximo, a acessibilidade abrange segurança, mas também acesso as coleções e atividades da biblioteca.

Dentro dessa lógica perpetrada pela experiência francesa, para a biblioteca ser acessível não basta apenas o cuidado com o edifício, mas também sendo relevante a acessibilidade nas coleções da biblioteca e as atividades oferecidas para os usuários com deficiência intelectual. A questão da importância do profissional da biblioteca de conhecer as especificidades dos usuários com deficiência intelectual, a fim de investigar ações e recursos que a biblioteca possa beneficiar no acesso a informação de forma igualitária:

Um dos princípios fundamentais da biblioteca pública é o de que os serviços devem estar disponíveis a todos, e não apenas a um grupo em detrimento de outros. Deve assegurar-se que os serviços estão igualmente acessíveis a minorias que, por algum motivo, não podem usar os serviços tradicionais, por exemplo minorias linguísticas, portadores de deficiência física ou sensorial ou residentes em comunidades remotas incapazes de se deslocarem à biblioteca. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 2013, p.18).

O conceito de acessibilidade é mais amplo, tudo além da Biblioteconomia, no espaço do conhecimento que estuda a acessibilidade, alcança outras dimensões. Sasaki²⁸ (2005, apud FONSECA; GOMES; VANZ, 2012, p.3) apresenta seis dimensões que devem ao ver da pesquisa ser consideradas também na Biblioteconomia:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras

²⁸ SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão:** revista da educação especial, Brasília, p.19-23, out. 2005.

tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral.

Acessibilidade atitudinal: através de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Isto é, a acessibilidade dos edifícios somente é significativa, permite-se a todos a utilização máxima dos seus serviços, a acessibilidade em última análise, garante que todos os usuários tenham acesso aos serviços da biblioteca. O ambiente acessível remove obstáculos, permite que todos sejam tratados de forma igualitária e ajuda no cumprimento dos direitos dos cidadãos com deficiência.

Para Bonello (2009, p.37), a melhoria da acessibilidade não se trata apenas do ambiente construído, ou das coleções adequadas ou serviços mistos: é também uma questão de política de recursos e de recrutamento de pessoas com deficiência, bem como da formação de bibliotecários.

O cumprimento das diretrizes, em voga, foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Catálogo²⁹ Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva que visa à busca de produtos de tecnologia assistiva fabricados ou distribuídos no Brasil. (BRASIL, 2015).

Reconhecemos que no campo da Biblioteconomia ainda é recente a mudança de paradigma da biblioteca pública tradicional para a biblioteca pública acessível.

²⁹ O catálogo é um serviço de informação de produtos de Tecnologia Assistiva, possibilita a realização de buscas sobre os produtos distribuídos no Brasil. Há cerca de 90 produtos voltados para as pessoas com deficiência intelectual. Estes produtos são considerados como ajuda técnica.

3.2 Tecnologias Assistivas

Tradicionalmente, os serviços da biblioteca não são oferecidos para usuários com deficiências. Leva que os profissionais da biblioteca a ter que lidar com contingente crescente de usuários com diversas necessidades para as quais não estão capacitadas e obriga aos novos usuários a usarem uma biblioteca que não foi projetada para eles.

As tecnologias assistivas podem facilitar a autonomia do usuário com deficiência. Entende-se como tecnologia assistiva:

Área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007).

A fim de proporcionar serviços iguais e produtos eficazes para as pessoas com deficiência intelectual, os bibliotecários tem que identificá-los, entender suas necessidades, a sua busca de informações e os problemas que encontram no ambiente da biblioteca. É importante a discussão sobre as necessidades dos usuários com deficiência e importância das tecnologias assistivas como ferramenta que aumenta a autonomia do indivíduo.

[...] que faça uso de tecnologias assistivas (TAs) e tecnologias de informação (TIs) para integrar as estratégias de estimulação dos processos cognitivos. As TAs são recursos, equipamentos e serviços utilizados para ampliar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência e promover maior independência e inclusão. O uso de jogos favorece o raciocínio lógico, a função psicomotora, a concentração, o seguimento de regras, o levantamento de hipóteses, a curiosidade, os interesses, a noção temporal e o reforço dos acertos por possibilitar um feedback rápido do próprio desempenho, estimulando à memória, a capacidade perceptiva, a motivação, a solução de problemas, o seguimento do ritmo próprio na execução da atividade, o reconhecimento e o treino da intencionalidade, a consciência da ação etc.; (SANTOS, 2012, p.943).

A Fundação Biblioteca Nacional (2013, p.1) através do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP, oferece dez conjuntos de tecnologias assistivas para melhor atender a pesquisa das pessoas com necessidades especiais para bibliotecas.

Os conjuntos são compostos por, no mínimo, os seguintes itens: (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2013a, p.1):

- a) 4 computadores de mesa
- 1 máquina de datilografia Braille
- 1 impressora braille
- 1 Scanner com sintetizador de voz
- 1 Lupa eletrônica (ampliador)

1 Linha Braille

4 Software sintetizador de voz

b) A composição do kit de tecnologia assistiva deverá levar em conta o resultado do diagnóstico.

É que os usuários com outras deficiências são os que mais frequentam a biblioteca. Atualmente os usuários com deficiência múltipla e intelectual praticamente não existem no cenário da biblioteca e ainda continuam necessitando de ações políticas.

As diretrizes da biblioteca pública citam que os serviços da biblioteca devem ser fornecidos para pessoas com deficiência. O documento da Fundação Biblioteca Nacional (2000, p.21) sinaliza serviços bibliotecários apenas para usuários com deficiência visual.

Suaiden (1995, p.98) considera relevante a divulgação e publicação dos serviços bibliotecários para os usuários potenciais para a comunidade. A divulgação do serviço deve ser acessível aos usuários.

Martínez Usero (2007, p.7) evidencia que o formato dos documentos contidos na biblioteca tem que estar de acordo com o determinado grupo de usuários para quem se dirige. Para usuários com deficiência cognitiva ou intelectual podem ser utilizados:

- documentos de fácil leitura, com linguagem clara e simples;
- documentos gráficos e icônicos;
- documentos audiovisuais.

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO destaca barreiras que podem impedir a pessoa com deficiência intelectual o acesso ao conteúdo de uma página para internet, que são:

- ausência de alternativas para permitir o recebimento das informações, como ausência de texto alternativo que pode ser convertido em áudio, de imagens suplementares ou de legendas para áudio.
- elementos visuais ou de áudio que não podem ser facilmente desligados.
- falta de clareza e consistência na organização das páginas.
- uso de linguagem complexa sem necessidade.
- páginas com tamanhos de fontes absoluta, que não podem ser aumentadas ou reduzidas facilmente.
- uso de imagens trêmulas ou sinais com uma certa frequência de áudio que podem causar desconforto. (SERPRO, 2011, p.3).

A fim de proporcionar serviços iguais e produtos eficazes para os usuários com deficiência intelectual, é necessário que o bibliotecário elabore a partir da necessidade de seus usuários, a busca de informações e solução de problemas que encontra no ambiente da biblioteca, que pode iniciar com soluções simples como o uso de símbolos convencionais de acesso, apresentados na seção a seguir.

3.3 Símbolo Internacional de Acesso

A sinalização adequada pode favorecer ao usuário com deficiência intelectual a compreensão de que o local detém acessibilidade e/ou serviços acessíveis para este público. A obrigação de colocar o “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam a utilização por pessoas com deficiência, ocorre desde 1985, promulgada pela Lei nº7.405/1985 de que nessa lei, em seu Artigo 4º, inciso VI, torna obrigatório às bibliotecas a colocação do símbolo de identificação nos locais que ofereçam condição de acesso. A preocupação, na época, se limitava à acessibilidade motora. (BRASIL, 1985).

Após duas décadas, constatamos que o “Símbolo Internacional de Acesso” utilizado internacionalmente, tem seu uso, atender às pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva. (ABNT, 2004, p.18).

Corroborando com a norma técnica de acessibilidade, é possível compreender que o símbolo deve ser utilizado em todos os locais, equipamentos e produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência. (ABNT, 2004, p.20).

Na biblioteca assim como em outros edifícios públicos é comum haver placas com simbologia para acessibilidade, mas quase sempre a acessibilidade oferecida é para pessoas com deficiência motora, pois refere-se ao espaço adequado ao cadeirante para que tenha acesso ao banheiro, às rampas, ao estacionamento de veículo, a elevadores, entre outros. Acessibilidade que atenda às pessoas com deficiência auditiva e/ou visual também possui símbolo internacional. Porém, a acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual nunca teve um símbolo oficial. Sasaki (2009, p.14) cita ter havido três propostas de simbolização, para a comunicação de haver acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual no ambiente que aqui são apresentados nas Figuras 4,5 e 6:



Figura 3 – Figura humana de cabeça estilizada.
Fonte: SASSAKI (2009, p.14, fig.1)

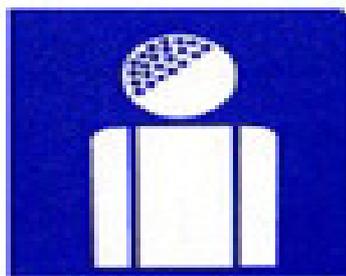


Figura 4 – Figura humana com cabeça, braços e corpo até a cintura.
Fonte: SASSAKI (2009, p.14, fig.2)



Figura 5 – Figura humana similar com o símbolo anterior no quesito cabeça, braços e corpo até a cintura, com parte do cérebro comprometida.
Fonte: SASSAKI (2009, p.14, fig.3)

De acordo com Sasaki (2009, p.14) a Figura 3, indica que há acessibilidade para as pessoas que possuem déficit cognitivo. A Figura 4 volta a simbolizar a acessibilidade para pessoas com deficiência mental e, na Figura 5, a acessibilidade para pessoa com deficiência intelectual.

Como não se encontrar num símbolo internacionalmente aceito, a solução é criar uma identificação que a biblioteca pública é acessível e disponibiliza serviços e atendimento qualificado para as pessoas com deficiência intelectual. Este símbolo deve ser disponibilizado no *hall* de entrada da biblioteca. A representação do símbolo é relevante para a comunicação e compreensão das pessoas que o ambiente da biblioteca oferece serviços acessíveis.

Em síntese, mediante a este sucinto resumo sobre o histórico das políticas públicas de acessibilidade, na qual observamos que a biblioteca pública é parte integrante da sociedade com a compreensão dos profissionais que atuam na biblioteca sobre a importância da acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual.

Neste sentido, nos dedicaremos no próximo capítulo, em conhecer melhor, a sugestão de serviços que a biblioteca pode disponibilizar para seu usuário com deficiência intelectual.

4 - Serviços da biblioteca para o usuário com deficiência intelectual

Tendo em vista a oferta de serviços para usuários com deficiência auditiva e visual, difundida em algumas bibliotecas brasileiras, muito em razão dessas deficiências possuírem um método próprio de comunicação, a língua brasileira de sinais – LIBRAS e o braille respectivamente, surge uma lacuna na oferta de serviços que a biblioteca poderá oferecer para os usuários com deficiência intelectual.

Se não há um método tradicional de comunicação, deverá existir uma comunicação alternativa para se estabelecer o acesso à informação. Trataremos desse assunto mais a frente.

Como dito no capítulo anterior, o nível de alfabetização das pessoas com deficiência intelectual apresenta um quadro desolador. Para a IFLA (2012, p.34, livre tradução) “o pessoal da biblioteca poderia oferecer programas de alfabetização para aqueles que querem aprender a ler ou encaminhá-los a outros serviços de alfabetização”.

Para isso, será essencial a avaliação do seu público alvo, o estudo prévio desses indivíduos possibilita traçar estratégias de ações bibliotecárias acessíveis. Na literatura, os usuários com deficiência intelectual por não frequentarem o espaço da biblioteca, são considerados usuários em potencial, como segue:

O usuário em potencial, embora podendo utilizar a biblioteca, não o faz por vários motivos, deve estar presente nas preocupações da biblioteca de maneira semelhante aos usuários reais. Os estudos de usuários devem considerá-lo, elevando-o à mesma importância dos usuários que participam e usam os serviços oferecidos pela biblioteca. (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.207).

A oferta de serviços para os usuários com deficiência intelectual, envolve a utilização de tecnologia assistiva ou práticas acessíveis. Existem serviços que podem ser oferecidos para os usuários com deficiência. Mas é necessário o estudo prévio das demandas do seu público-alvo, ao ver de Almeida Júnior (2013, p.32):

[...] embasada na literatura, nos contatos com bibliotecários e na observação da atuação das bibliotecas – de que os serviços desenvolvidos pelas bibliotecas públicas não passam de modismos e são meramente aplicados com base na crença de que já foram testados e reconhecidos como importantes e necessários em alguma biblioteca ou são defendidos pela literatura da área.

Delimitando o espaço, sugerimos algumas atividades que podem ser desenvolvidas pelos bibliotecários. Os serviços propostos de serem disponibilizados na biblioteca são: atendimento do bibliotecário aos usuários com deficiência intelectual, biblioterapia, audiodescrição, software de comunicação especializada, Comunicação Alternativa e Símbolos de Comunicação Pictórica, coleções acessíveis e biblioteca itinerante.

4.1 Atendimento do bibliotecário aos usuários com deficiência intelectual

A falta de conhecimento sobre diferentes tipos de deficiências e as necessidades das pessoas com deficiência acabam não produzindo bibliotecários qualificados para atender as necessidades informacionais para este público. É compreensível a falta de conhecimento sobre as pessoas com deficiência intelectual, pois este público não frequenta a biblioteca.

Não conhece as necessidades daqueles que não o fazem ou não podem usar as bibliotecas. É aconselhável que os bibliotecários tenham algum conhecimento da literatura médica, pois a familiarização com as características básicas da deficiência intelectual proporciona ações e serviços direcionados para este público.

Claro, que isso não significa que os bibliotecários devem ter amplo conhecimento médico, mas estar familiarizados com as características básicas das deficiências. O pensamento de Touzan (2009, p.52) destaca o papel do bibliotecário neste processo:

Nós nunca seremos especialistas em deficiência intelectual. No entanto, um pouco de conhecimento é necessário. Por isso, é através de uma estreita parceria com o cuidador (professor, pai), juntamente com o treinamento, podemos esperar que seja o mais relevante possível.

Compreender o outro, entender suas necessidades e limitações, evita o preconceito e a segregação que fazem parte da realidade das pessoas com deficiência intelectual.

A biblioteca que não se prepara para atender a todos, certamente contribui para a vulnerabilidade social de grupos minoritários.

No pensar de Almeida Júnior (2013, p.96-7) é justamente a prática tradicional de serviços que não condizem com a realidade dos usuários, impossibilita o acesso à informação.

Os serviços tradicionalmente oferecidos pelas bibliotecas são selecionados, estruturados, definidos e determinados pelos bibliotecários, fundamentados em exemplos e experiências desenvolvidos por outras bibliotecas ou, até em modismos e supostas “técnicas milagrosas” que resolveriam todos os problemas existentes nas bibliotecas, em especial, a falta ou a pequena quantidade de usuários que se utilizam da biblioteca. Como por exemplo, dessas “técnicas milagrosas”, basta lembrar o planejamento bibliotecário, a aquisição planejada (que aumentaria os acervos das bibliotecas), o marketing, a automação, a ação cultural etc. Bastaria à aplicação dessas técnicas para resolver todos os problemas das bibliotecas. A situação atual das bibliotecas evidencia o erro dessa avaliação.

A formação do bibliotecário sendo continuada, precisa acompanhar as mudanças das práticas do serviço de referência, seja pelo novo olhar do trabalho do bibliotecário, seja uso de produtos e ferramentas que possibilitem a autonomia dos usuários, entre os quais, o usuário com deficiência intelectual. A indiferença com que as pessoas com deficiência ainda sofrem

nas ruas, de serem tratadas com preconceito, é visível nos olhares da sociedade, havendo notório desconforto ao lidar com a pessoa com pouco ou nenhuma acuidade visual, pessoas com deficiência auditiva na questão da comunicação, mas é, principalmente, o constrangimento em se conviver com as pessoas com deficiência intelectual, que podem ter reações imprevisíveis, e as pessoas acabam não sabendo o que fazer diante de uma situação adversa, o que causa uma busca de afastamento delas.

De acordo com o Ministério da Educação, Política Social e Esporte (2008, p.74), na Espanha orienta-se aos bibliotecários a terem a seguinte postura com usuários com deficiência intelectual:

- mostrar-se tranquilo,
- ter uma atitude normal,
- ser propenso a escutar o diálogo,
- facilitar o seu pedido de livro,
- acompanhar a mesa de leitura,
- falar normalmente,
- perguntar quando não o compreendemos,
- repetir claramente as indicações caso eles não compreendam.

Corroborando o pensamento do Ministério da Educação, Política Social e Esporte, a *Association Library American* – ALA (2014, p.1, livre tradução) divulga aos bibliotecários, dicas de como atender o usuário com deficiência intelectual na biblioteca:

- Trate as pessoas com problemas de saúde mental, com o mesmo respeito e consideração que é com outros clientes;
- Evite fazer suposições baseadas em comportamento;
- Lembre-se que a doença mental não é o mesmo que incomum, desviante, ou comportamento criminoso ou uma deficiência cognitiva;
- Permita tempo suficiente para atender às necessidades de clientes com problemas de orientação;
- Esteja ciente da ampla gama de comportamentos associados a problemas de saúde mental;
- Ajude a aumentar a conscientização da comunidade sobre a doença mental com displays, programas, livros e outros materiais;
- Tenha sinalização suficiente para permitir que os clientes sejam independentes;
- Selecione e recomende títulos sobre questões de saúde com base nas necessidades da comunidade e pedidos;
- Não compartilhe suas histórias anedóticas para demonstrar que você entende; isto pode transmitir a mensagem errada;
- Formar parcerias com agências, profissionais e auto defensores para avaliar e satisfazer as necessidades das pessoas com doença mental;
- Tome o cuidado de corrigir os estereótipos negativos;
- Definir e fazer cumprir as normas de tolerância que refletem bem na biblioteca e servem como um modelo para as crianças e adolescentes em sua comunidade;
- Estenda a mão para casas de grupo, as instituições do Estado, clínicas de saúde mental, e instalações. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, /s.d./, p.1-2, tradução nossa)

Como dito anteriormente, a pessoa com deficiência intelectual na maioria dos casos, apresenta uma dificuldade acentuada de aprendizagem ou não tem nenhum domínio da escrita

e da leitura, esta realidade que o bibliotecário pode se deparar, como recomenda Almeida Júnior (2013,p.26-7):

O atendimento ao analfabeto ou ao semi-analfabeto, e por conseguinte, a ampliação do público das bibliotecas, só pode se concretizar através da informação. A preocupação com a comunidade, presente na ideia das bibliotecas alternativas, vai refletir-se não só no trabalho conjunto, independente do espaço formal da biblioteca, mas também, e prioritariamente, na participação efetiva da comunidade nas decisões da política, dos objetivos e dos rumos da biblioteca que deve prestar seus serviços a partir das necessidades e interesses determinados pela comunidade. Os profissionais que atuam nessas bibliotecas serão os intermediários entre as necessidades e sua satisfação, no âmbito da informação, mas cientes da importância da participação da comunidade; do conhecimento que devem ter dessa comunidade – conseguido através de um relacionamento e de uma convivência mais próxima e constante com ela – e cientes ainda de que seus conhecimentos técnicos e especializados em Biblioteconomia e Documentação devem estar a serviço daquela comunidade em que estão atuando, não descartado, evidentemente, a possibilidade da interferência no processo de disseminação da informação, disseminação essa que se contrapõe à ideia de preservação presente nas bibliotecas públicas tradicionais. O que distingue as bibliotecas alternativas, efetivamente, é o objetivo, a postura, a forma como atua. A distinção está na forma como se dá a ação dessa biblioteca e quais são seus compromissos.

Outro ponto a ser considerado é o dos usuários que não frequentam a biblioteca. A causa que realmente os leva a não frequentar este espaço, deve ser questionada. Para Grandi³⁰ (1982, apud Almeida Júnior 2013, p.167), que indica pistas que nos levam a refletir a prática biblioteconômica:

Por sua vez, os usuários potenciais, aqueles que não fazem uso da biblioteca mas podem fazê-lo, são de interesse dos estudos apenas na tentativa de esclarecer os motivos que os levam ao desinteresse e a não procura dos serviços bibliotecários. Afirma a autora que nos estudos realizados, buscando identificar esses motivos, constatou-se que os usuários em potencial não utilizam os serviços de referência da biblioteca.” “[...] pelos mais diversos motivos, como desconhecimento das atividades de Referência, experiências negativas anteriores, hesitação e receio em aborrecer o bibliotecário ou receio em formular as questões por considerá-las muito simples ou improcedentes.” (GRANDI, 1982, p.14). Entre os motivos apresentados, dois têm como origem e responsabilidade a biblioteca. Um, desconhecimento das atividades de referência, aponta para a falta de divulgação, por parte dos bibliotecários, dos serviços oferecidos. A solução para ele passa tão somente pela organização de um trabalho de promoção desses serviços. O segundo motivo, experiências negativas anteriores, não explicita se o problema ocorreu por erro ou falha da biblioteca, por um atendimento inadequado ou se o usuário foi à causa da experiência negativa. Mesmo quando é insinuado um possível erro da biblioteca e do bibliotecário, expressa-se tal possibilidade de maneira amena, atenuando-a através da dúvida sobre o verdadeiro culpado pelo problema. Insiste-se em isentar a biblioteca e o bibliotecário de referência de qualquer responsabilidade, no caso de uma questão não ser adequadamente satisfeita.

Os avanços neste setor, principalmente as que se referem ao acesso à informação, ainda são bastante embrionárias com usuários com deficiência intelectual. Para Almeida

³⁰ GRANDI, Márcia E. C. de. Avaliação do serviço de referência: revisão e tendências. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.15, n.1/2, p.7-19, jan./jun. 1982.

Júnior (2013, p.78), a biblioteca pública tradicional não procura conhecer seu usuário, exigindo que ele se adapte aos instrumentos e ferramentas utilizadas pela biblioteca, para ter acesso à informação. A necessidade de adaptação do usuário aos serviços tradicionais reitera o caráter ainda segregativo da biblioteca pública.

Dados recentes levantados pelo Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais – CNBPM (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p.119) destacam a omissão das bibliotecas públicas para a prestação de serviços para os usuários com deficiência. No Quadro 4, é possível verificar os serviços que são prestados às pessoas com outras deficiências, excetuando a deficiência visual, que possui indicadores específicos, nas bibliotecas públicas municipais.

Quadro 4 – Percentual de serviços prestados ao usuário com deficiência nas bibliotecas públicas municipais no Brasil – 2010

SERVIÇOS PRESTADOS (%)

**A biblioteca oferece ou não serviços para pessoas com outras deficiência?
(RU / Espontânea)**

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Oferece serviços	6	7	8	4	4	4
Não oferece serviços	94	93	92	96	96	96
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (2010, p.119)

No Quadro 4, de acordo com os dados do CNBPM, havia no Brasil em 2010, 4.763 bibliotecas públicas municipais e apenas 6% deles oferecem serviços acessíveis, que mostra a distribuição de bibliotecas públicas municipais de acordo com as regiões do Brasil. A região Sudeste é a que apresenta o maior índice de oferta de serviços, com o percentual de 8%. Enquanto as regiões Centro, Norte e Nordeste apresentam os piores índices, com 4% das bibliotecas que apresentam serviços para usuários com deficiência.

Nesse processo de transição da biblioteca tradicional para a biblioteca acessível, as políticas públicas de acessibilidade exercem um papel relevante ao criar mecanismos de acesso nos espaços públicos.

Verificamos desses dados que a acessibilidade é uma realidade distante da grande maioria das bibliotecas públicas municipais. Há uma necessidade urgente de recursos públicos

direcionados para aquisição de produtos de tecnologia assistiva e formação de profissionais qualificados para o atendimento ao usuário com deficiência.

O Quadro 5, nos permite uma melhor compreensão, no que se refere aos índices expostos nesta tabela em relação ao quantitativo de serviços de acessibilidade oferecidos nas bibliotecas públicas municipais da Região Sudeste, lembrando que os indicadores não incluem o usuário com deficiência visual.

Quadro 5 – Percentual de serviços prestados ao usuário com deficiência nas bibliotecas públicas municipais na Região Sudeste – 2010

SERVIÇOS PRESTADOS (%)

A biblioteca oferece ou não serviços para pessoas com outras deficiência? (RU / Espontânea)

	Total %	Região Sudeste			
		RJ	ES	MG	SP
Oferece serviços	8	4	8	1	18
Não oferece serviços	92	96	92	99	83
BASE	(1719)	(138)	(76)	(831)	(674)

Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (2010, p.121)

O número absoluto de bibliotecas em 2010, na Região Sudeste, era de 1.719, sendo que aproximadamente 138 deste contingente, ou seja 8%, possuíam algum tipo de acessibilidade. No Estado de São Paulo, 18% das bibliotecas apresentam serviço acessível. Já no Estado de Minas Gerais, somente 1% das bibliotecas possuem acessibilidade. O Estado do Rio de Janeiro, na qual a biblioteca pública municipal desta pesquisa está inserida, o percentual de bibliotecas com alguma acessibilidade está em torno de 4%, ou, 6 bibliotecas de um contingente de 138 bibliotecas. Considerando outro modo de olhar, temos que do montante de 1719 bibliotecas públicas municipais da Região Sudeste, é verificarmos que 1581, ou seja, 92% destas bibliotecas não possuem recursos de acessibilidade.

O IFLA (2013, p.38) nos alerta que “a biblioteca deve facilitar para todos o acesso aos seus serviços, incluindo àqueles que têm dificuldade em fazê-lo devido a deficiências físicas ou mentais”. Nesse processo considerando que as tecnologias assistivas apoiam a acessibilidade das bibliotecas, passamos a discutir e levantar alguns serviços para usuários com deficiência intelectual.

4.2 Biblioterapia

Existe um recurso que pode ser benéfico para as pessoas com deficiência intelectual, como a biblioterapia “para auxiliar pessoas a melhorar a qualidade de vida, fazendo-as enfrentar seus medos, anseios, problemas e situações difíceis”. (GUEDES; BAPTISTA, 2013, p.231).

Para melhor compreensão do conceito, Caldin (2001, p.36) definiu a biblioterapia como:

[...] leitura dirigida e discussão em grupo, que favorece a interação entre as pessoas, levando-as a expressarem seus sentimentos: os receios, as angústias e os anseios. Dessa forma, o homem não está mais solitário para resolver seus problemas; ele os partilha com seus semelhantes, em uma troca de experiências e valores. Direcionando a biblioterapia para a infância, apresentou como objetivos básicos da função terapêutica da leitura, o proporcionar uma forma de as crianças comunicarem-se, de perderem a timidez, de exporem seus problemas emocionais e quiçá físicos. Entendeu a biblioterapia como catarse, que vale-se da identificação (pela projeção e pela introjeção), da introspecção e do humor. Verificou, na recepção do texto literário para a infância, a validade de tal texto oferecer moderação das emoções às crianças.

A biblioterapia não está conectada somente com leitura, preocupa-se também em possibilitar estratégias para resolução de problemas e aplicá-lo aos títulos literários. Permite a autonomia e independência do usuário perante a coleção da biblioteca. Segundo Ouaknin³¹ (1996, apud GUEDES; BAPTISTA, 2013), “a biblioterapia é, antes de tudo, uma filosofia existencial, sendo também uma filosofia sobre a leitura, segundo a qual o homem constrói uma relação com o livro”.

Os usuários sem deficiência podem se apropriar da literatura infantil sobre deficiência e se tornar uma ferramenta instrucional eficaz para ajudá-los a desenvolver a empatia, aceitação e compreender as diferenças individuais.

A biblioterapia se divide entre clínica e institucional. A primeira é aplicada em hospitais. A segunda é uma instituição que presta auxílio individual ou em grupo. Ambos os casos o atendimento é para pessoas com problemas mentais. (FERREIRA, 2003, p.38).

A biblioterapia deve ter a participação do bibliotecário e de outros profissionais da área médica na elaboração de um programa que favorece ao desenvolvimento cognitivo dos usuários. (FERREIRA, 2003, p.43).

³¹ OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. São Paulo: Loyola, 1996.

É importante salientar que as medidas de implantação do programa devem ser sempre acompanhadas, desde a elaboração do projeto, passando pela seleção de livros que serão utilizados na biblioterapia e análise dos resultados alcançados.

Para o autor, o bibliotecário, juntamente com os demais profissionais responsáveis pelo programa devem ficar atentos aos seguintes objetivos:

- a) ele deve escolher um local adequado para a realização das reuniões do grupo;
- b) deve ter tido um treinamento adequado e estar capacitado para conduzir as discussões do grupo;
- c) deve formar grupos homogêneos para leitura e discussão de temas previamente escolhidos;
- d) deve preparar listas de material bibliográfico adequadas às necessidades de cada grupo, e escolher outros materiais (filmes, músicas), de acordo com a idade e necessidades a nível cultural e social dos participantes;
- e) mesmo que não haja aplicação de terapia ou psicoterapia, como em alguns casos de biblioterapia estabelecer uma situação de ajuda entre o bibliotecário e o usuário, a partir daí será possível elaborar um programa estruturado;
- f) o bibliotecário ou biblioterapeuta, deve usar de preferência materiais com os quais esteja familiarizado;
- g) deve selecionar materiais que contenham situações familiares aos participantes do grupo, mas que não precisam necessariamente conter situações idênticas às vividas pelas pessoas envolvidas no processo;
- h) deve selecionar materiais que traduzam de forma precisa os sentimentos e os pensamentos das pessoas envolvidas sobre os assuntos e temas abordados, com exceção de materiais que contenham uma conotação muito negativa do problema, como poesias sobre suicídios, por exemplo;
- i) deve selecionar materiais que estejam de acordo com a idade cronológica e emocional da pessoa, sua capacidade individual de leitura e suas preferências culturais e individuais e,
- j) deve selecionar material impresso e não impresso na mesma medida (FERREIRA, 2003, p.43):

Essas medidas são essenciais para o bibliotecário ter conhecimento do processo e dos grupos que serão atendidos pela biblioterapia. O caminho percorrido pela biblioterapia no Brasil ainda é tímido nas bibliotecas. No ano de 2002, em Florianópolis, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE realizou uma experiência com alunos com deficiência mental através da biblioterapia. (SILVA; FACHIN, 2002, p.148).

Desta experiência, pode se observar que as atividades foram desenvolvidas por alunos com deficiência intelectual da educação infantil e do ensino fundamental.

As atividades foram realizadas em etapas, conforme a seguir, apresentamos:

- a) Leitura de livros, textos pedagógicos, revistas e jornais - verificou-se que os alunos na sua maioria conseguiam identificar as notícias atuais.
- b) Leitura de livros associada à utilização de fantoches - verificou-se que assim como no Ensino Fundamental o interesse pela leitura aumentou consideravelmente, mas afluíu em demasia o lado infantil.
- c) Leitura de textos históricos - verificou-se que os alunos associavam os textos históricos ao conteúdo abordado pela professora. (SILVA; FACHIN, 2002, p.153).

O resultado desse trabalho evidenciou a autonomia e interação dos alunos com deficiência intelectual com os livros. No imaginário infantil, a presença de figuras nos livros, desperta interesse das crianças.

4.3 Audiodescrição

Audiodescrição é um serviço que a biblioteca poderá oferecer para o usuário com deficiência intelectual.

Como atividade técnica e profissional, a audiodescrição nasceu em 1975, nos Estados Unidos, a partir das ideias de Gregory Frazier. Porém, somente em 1981, novamente nos Estados Unidos, a audiodescrição passou a ser trabalhada não só no âmbito da teoria, mas também no da prática. Naquele ano, o gerente do Arena Stage Theater em Washington, Wayne White, reuniu um grupo de estudiosos para assessorá-lo sobre questões referentes à acessibilidade. Margaret Rockwell e Cody Pfanstiehl estavam entre esses estudiosos e lá fizeram a primeira audiodescrição de uma peça teatral – a *Major Barbara*. (AUDIO DESCRIPTION COALITION³², 2007, apud MAYER, 2012, p.24).

Inicialmente este recurso de acessibilidade era destinado para as pessoas com deficiência visual. (BRASIL, 2006). No Brasil, a audiodescrição foi utilizada pela primeira vez em público durante o festival temático Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência, em 2003. (MAYER, 2012, p. 27).

O conceito de audiodescrição é ampliado pelo Art. 1º, subitem 3.3 da Norma Complementar no 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pelo Ministério das Comunicações, pela Portaria nº 188, de 24 de março de 2010, passando a vigorar com a seguinte definição:

"3.3. Audiodescrição: é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual." (NR)

Concordando com este preceito, Motta (2011, p.30) enfatiza os benefícios que a audiodescrição pode trazer para a pessoa com deficiência:

A audiodescrição transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão social, cultural e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, esse recurso amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e com dislexia. Para

³² AUDIO DESCRIPTION COALITION. **Standards for áudio description and code of Professional conduct for describers**: based on the training and experience of áudio describers and trainers from across the United States. [S.L]: Audio Description Coalition, 2007.

isso, são usados os mesmos equipamentos de tradução simultânea, fones de ouvido e receptores. A informação sonora é transmitida pelos audiodescritores de dentro de uma cabine, com um roteiro previamente preparado, estudo sobre o tema e terminologia, inserida preferencialmente entre as falas dos personagens.

Na Figura 6 é apresentado o símbolo de identificação da audiodescrição utilizado para identificação da prestação deste serviço por uma instituição.



Figura 6 – Símbolo da audiodescrição.
Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora (2011)

Apesar dessa conquista servir às pessoas com deficiência intelectual, para atender às suas necessidades informacionais, ainda há um longo caminho a percorrer, pois este serviço ainda é prestado somente para as pessoas com deficiência visual.

Recentemente, a Prefeitura do Rio de Janeiro, divulgou edital do Projeto Cinema Acessível, que visa a destinação de recursos de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para produção de filmes acessíveis com recurso da audiodescrição para deficientes visuais (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2014, p.1).

Neste edital, observa-se desconhecimento por parte de autoridades públicas em relação à legislação vigente. Oferecer acessibilidade com os recursos de audiodescrição para deficientes visuais e não mencionar o acesso a este serviço para os deficientes intelectuais, esta em desacordo com a legislação federal, e indica desatualização em relação ao conceito de audiodescrição, que há quatro anos, foi modificado, ampliando o atendimento para pessoas com deficiência intelectual.

4.4 Softwares de comunicação

Pesquisas no Brasil têm sido realizadas para o desenvolvimento de programas computacionais que tornem a vida da pessoa com deficiência intelectual mais fácil. Por exemplo, o Projeto Participar 2, foi desenvolvido por estudiosos da Universidade de Brasília - UNB. Este software consiste em possibilitar autonomia do usuário na navegação da Internet. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015).

Algumas demonstrações do programa podem ser conferidas no Apêndice D. É possível aprender o alfabeto e descobrir os alimentos. Também existe um simulador de bate-papo. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015).

Essas ferramentas possibilitam o bibliotecário ser um agente colaborativo do processo de aprendizagem e conhecimento. As informações oferecidas pelo computador são essenciais na construção do processo educacional. A linguagem simples, a presença de objetos icônicos, a presença do interlocutor, que também é deficiente intelectual, contribui para assimilação do conteúdo. O desenvolvimento de programas computacionais específicos pode possibilitar a melhoria da qualidade de comunicação destes usuários.

As pessoas com deficiência intelectual que apresentam dificuldade de leitura podem usufruir do *software* de multimídia acessível *DAISY* que permite a leitura fácil de materiais informativos em diversos tipos de formatos acessíveis. (IFLA, 2012, p.27).

Outro *software* bastante conhecido é o *Boardmaker*³³ que oferece serviço de comunicação alternativa para as pessoas com deficiência intelectual que não falam ou não escrevem. (SARTORETTO; BERSCH, 2015).

Este software será bastante discutido logo a seguir, pois apresenta um sistema de comunicação alternativa bastante difundida para as pessoas com deficiência intelectual.

4.5 Comunicação Alternativa e Símbolos de Comunicação Pictórica

Uma sinalização adequada pode identificar e localizar o acervo da biblioteca, orientar os usuários para o acesso e uso pleno da biblioteca, melhorar a acessibilidade, identificar recursos, áreas de serviços, acomodações, e notificarem mudanças ou condições temporárias.

³³ **Board** significa "prancha" e **maker** significa "produtor". O Boardmaker é um programa de computador que foi desenvolvido especificamente para criação de pranchas de comunicação alternativa. Ele possui em si a biblioteca de símbolos PCS e várias ferramentas que permitem a construção de recursos de comunicação personalizados.

Nem todas as pessoas com deficiência intelectual se comunicam com seus pares tradicionalmente através da fala e da escrita.

De acordo com Sartoretto e Bersch (2014), “comunicação alternativa destina-se a pessoas sem fala ou sem escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade de falar e/ou escrever”.

Flauzino et al. (2008, p.3) considera a comunicação alternativa essencial em três casos, a saber:

O primeiro se refere às pessoas que necessitam a longo prazo de um meio alternativo de comunicação, entretanto mantém preservada a capacidade de compreensão da linguagem. O segundo se refere às pessoas que necessitam temporariamente de um recurso que auxilie a comunicação, pois há expectativa de aquisição ou retomada da fala no futuro. O terceiro caso compreende pessoas que necessitam de um sistema de comunicação alternativa para aquisição da linguagem.

O uso de pictogramas, disponibilizados pelo software *Boardmaker*, através de vários exemplos de atividades que poderão ser trabalhados com o usuário, a fim de possibilitar assimilação de informação através de imagens.

Através deste programa computacional poderemos conhecer o sistema de comunicação através de pictogramas³⁴.

O sistema de símbolos mais conhecido é o Picture Communication Symbols (PCS) – que se pode traduzir livremente por pictogramas de comunicação, criado em 1981, por Mayer Johnson. No Brasil, foi traduzido por Símbolos de Comunicação Pictórica. (SARTORETTO; BRESCH, 2014).

Na Figura 7, apresentamos alguns exemplos de pictogramas:

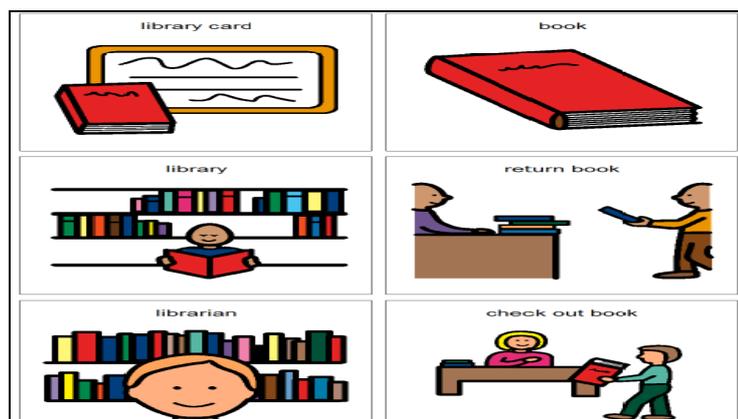


Figura 7: Pictogramas de comunicação (Picture Communication Symbols - PCS)
Fonte: Mayer-Johnson (2010)

³⁴ Pictograma é um símbolo que representa um objeto ou conceito por meio de desenhos figurativos. É a forma de escrita, pela qual ideias e objetivos são transmitidos através de desenhos. Suas origens na Antiguidade são a escrita cuneiforme e dos hieróglifos, mas a sua principal origem na modernidade foi o sistema de representação pictórica. (WIKIPÉDIA, 2015).

No entender de Flauzino *et al.* (2008, p.3) a comunicação alternativa “é indicado para crianças, adolescentes ou indivíduos que apresentam problemas na fala ou uma fala não funcional. Possibilita estruturar frases curtas e simples”.

Para o IFLA (2012, p.23), um pictograma é um símbolo que representa um conceito ou um objeto mediante uma ilustração. Os materiais de fácil leitura com pictogramas ajudam as pessoas com deficiências intelectuais a compreender o conteúdo.

Fernandes e Orrico (2012, p.103) destacam a importância da linguagem pictórica como acessibilidade comunicacional para as pessoas com deficiência mental.

[...] é importante que estejamos atentos à acessibilidade comunicacional através da preocupação de identificação de símbolos e pictografias nos logradouros públicos. Grande parte das pessoas com deficiência mental não consolidam seus processos de alfabetização, sendo, portanto, a linguagem pictórica e por símbolos fundamental para identificações nos espaços urbanos e prédios públicos: identificação de banheiros, espaços comerciais, cardápios, postos de saúde, acesso a ônibus. Comunicação em linguagem direta e objetiva com auxílio de fotografias e desenhos beneficia a acessibilidade ao mundo social.

Exemplo de acessibilidade comunicacional, o projeto Pictomédia é um sistema francês de comunicação visual com base no uso de pictogramas. Traduz-se em imagens, situações da vida profissional e social da pessoa com deficiência intelectual. (MUZUMDAR, 2009, p.53).

Lançado em 2009, este programa permite que os usuários da biblioteca tenham autonomia, pois a informação é obtida de forma mais fácil através da transformação de ideias em objetos. Por ser um banco de dados comercial em linha que oferece acesso a uma ampla escolha de pictogramas para capacitar as pessoas com deficiência intelectual e, também pessoas com dificuldades de leitura.

A criação de um sistema de identidade visual proporcionaria maior autonomia do usuário com deficiência intelectual. O símbolo identifica um objeto, este objeto é compreendido pelo grupo social.

Von Tetzchner e Martinsen³⁵ (2000, apud FERREIRA-DONATI; DELIBERATO, 2013, p.182-3) enfatizam a importância do pictograma no sistema comunicativo, explicando sobre ele:

[...] apresentaram definição semelhante para o termo “iconicidade” e teceram definições a respeito de conceitos relacionados à medida da iconicidade – ou definição de seu grau –, considerando as diferentes modalidades de signos existentes. Vale citar, neste contexto, o conceito de “transparência”, definido pelos autores como a facilidade com que o significado do signo consegue ser captado pelas pessoas que não o conhecem. Esta característica do signo é a que apresenta maior relação com a iconicidade. Os signos que apresentam uma semelhança

³⁵ VON TETZCHNER, S.; MARTINSEN, H. **Introdução à comunicação aumentativa e alternativa**. Lisboa: Porto Editora, 2000, 287p.

figurativa com aquilo que representam chamam-se pictográficos. Se considerarmos que a iconicidade é dependente da capacidade de simbolização do indivíduo – entre outras questões –, então poderemos assumir que quanto mais expressivas forem suas dificuldades cognitivas e linguísticas, maior deverá ser a perícia do profissional na seleção dos símbolos do sistema de comunicação. Este pressuposto faz despertar significativa preocupação com a seleção de sistemas e símbolos para apoiar a comunicação de indivíduos com déficit intelectual. (VON TETZCHNER; MARTINSEN, 2000 apud FERREIRA-DONATI; DELIBERATO, 2013, p.182-3).

Na Figura 8, apresentam-se alguns pictogramas para bibliotecas, onde o pictograma facilita a sinalização e identificação dos objetos e personagens pelos usuários com deficiência intelectual.



Figura 8: Pictograma de sinalização na biblioteca

Fonte: SHUTTERSTOCK (2015)

O ícone de um livro, de uma pessoa, de um computador, de uma estante, pode ser compreendido pelo usuário, ao invés de expressar verbalmente o que deseja, este objeto é sinalizado, com as partes extremas do corpo, lábios, olhos ou emissão de um ruído.

A utilização de um sistema de comunicação baseado em pensamentos representados não pela escrita, mas pela representação imagética, favorece a compreensão dos objetos, pois são conceitos comuns à biblioteca e que auxiliam na autonomia do indivíduo. A vantagem do uso de pictogramas é comentada por Muzumdar (2009, p.59):

A utilização de pictogramas na base de dados do software da biblioteca pode ser adaptada [sic] para procurar informações, o que permitiria que as pessoas com deficiência intelectual navegasse pelos catálogos de bibliotecas em busca de livros. A questão fascinante surge também sobre a sintaxe. Para quantas pessoas com deficiência intelectual será adequado este software, podemos ver o surgimento de uma nova sintaxe?

Pessoas com deficiência intelectual, como já foi dito anteriormente, podem apresentar dificuldade de comunicação.

A biblioteca que recebe uma parcela considerável de estudantes para realização de pesquisa bibliográfica, pode considerar a escola como sua aliada na tarefa de proporcionar

atividades para usuários que tem dificuldade de se comunicar e compreender os serviços que a biblioteca pode oferecer.

A visita dos alunos com deficiência intelectual poderá proceder de um trabalho escolar prévio com esses alunos sobre a dinâmica da biblioteca, diferente do ambiente escolar onde existem regras estabelecidas de convivência.

Através do software *Boardmaker*, para auxiliar aos docentes a preparem previamente os alunos com deficiência intelectual a conhecerem a biblioteca e os serviços prestados, a realização de uma tarefa escolar poderá ser suficiente para esta compreensão. Este programa é pago, existe a versão em português mas somente tivemos acesso a versão em inglês, disponibilizada na internet, mediante o pagamento de taxa. Para ilustrar o exemplo, de uso desse software apresentamos na Figura 9 uma série de atividades que podem ser trabalhadas com o usuário.



Figura 9: Situações que podem ocorrer na biblioteca

Fonte: Mayer-Johnson (2010, p.25)

Os pictogramas sobre as situações que podem ocorrer na biblioteca, caso não haja uma preparação prévia. Essas atividades justamente proporcionam ao usuário a clareza das atividades bibliotecárias e o comportamento desejado no ambiente.

Outro exemplo de atividade para ser desenvolvida com o aluno, futuro usuário da biblioteca é apresentado na Figura 10, sobre a compreensão da expectativa que os outros usuários terão do seu comportamento. Há um cartão na qual o aluno recorta uma tira e cola no espaço quadrado que identifica a expectativa esperada dele.

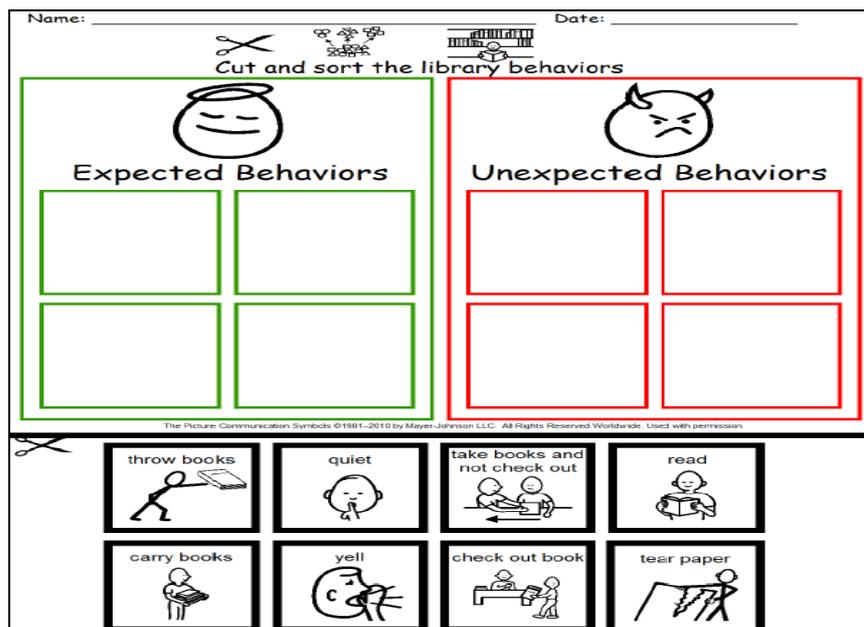


Figura 10: Comportamentos esperados / comportamentos inesperados

Fonte: Mayer-Johnson (2010, p.21)

Sinais de agressividade, distúrbios, depressão e comportamento atípico são frequentes nas pessoas com deficiência intelectual. O trabalho prévio com este aluno poderá ajudá-lo a compreender e analisar seu comportamento.

O trabalho com o aluno, desenvolvendo atividades que possibilitem a memorização, favorece a aprendizagem e fixação do conteúdo. Conhecer seus profissionais, serviços e os materiais acessíveis da biblioteca, contribuem para este usuário, o acesso democrático da informação. Na figura 11 apresentamos os símbolos de cartão identificam os objetos da biblioteca e na figura 12, o cartão de palavra, que é utilizado para colagem das tiras correspondentes a cada significado.

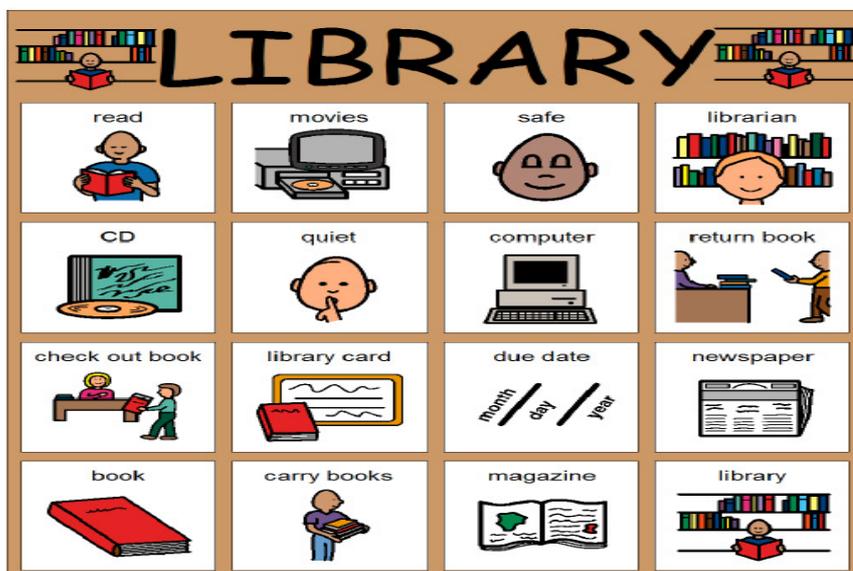


Figura 11: Símbolos de cartão

Fonte: Mayer-Johnson (2010, p.12)

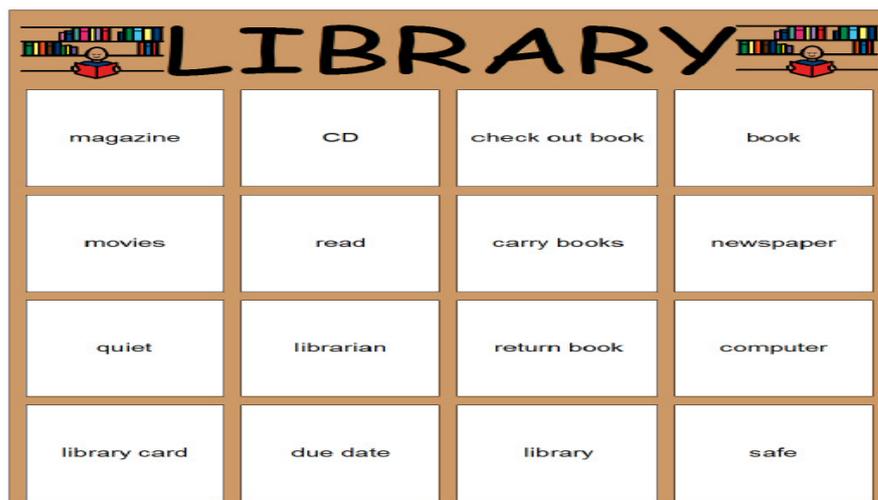


Figura 12: Cartão de palavra
 Fonte: Mayer-Johnson (2010, p.13)

Acreditamos que a troca de experiências acoplado, a realização de atividades pela escola e a biblioteca, que orientem e facilite o acesso à informação das pessoas com deficiência intelectual, permite também sua inserção social, podendo transitar, consumir informação, fazer amizades, construir conhecimento, entre outros espaços que lhe são de direito.

4.6 Coleções acessíveis

A falta de ações de práticas acessíveis perdura no cenário das bibliotecas. Quando se estende para o uso de coleções acessíveis, é perceptível o descaso com o usuário com deficiência intelectual.

Na compreensão da Fundação Biblioteca Nacional (2013, p.1) são considerados coleções acessíveis:

[...] documentos bibliográficos convertidos por meio de técnicas especializadas de adaptação, que proporcionem descrição, ou narração das possíveis representações gráficas presentes na obra, nos formatos Daisy, Braille, livro falado (voz humana ou sintetizada), ou outro formato que permita o acesso de pessoas com deficiência visual e/ou auditiva ao seu conteúdo. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2013, p.1).

Temos que recorrer à literatura estrangeira para obtenção de informações que nos levem a uma maior compreensão da utilização de livros adaptados para usuários com deficiência intelectual.

As coleções acessíveis promovem um acesso mais amplo e democrático a leitura e a informação. De acordo com as Diretrizes Canadenses de Biblioteca e Serviços de Informação

para Pessoas com Deficiência - *Canadian Library Association* (1997) destacam que as coleções acessíveis devem refletir:

- a) As políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas devem cogitar as necessidades e prioridades das pessoas com deficiência.
- b) As bibliotecas devem estabelecer uma política de desenvolvimento de recolhimento de materiais para pessoas com deficiência utilizando a entrada de consumidores e especialistas na área.
- c) As ferramentas utilizadas no processo de aquisições deve incluir diretórios de formatos alternativos, como vídeos, letras grandes, fitas, livros falados, Braille, etc.
- d) Coleções em formatos alternativos deve apelar para uma variedade de interesses e necessidades (recreação, educação, emprego e aprendizagem ao longo da vida).
- e) Vídeos com legendas fechadas ou abertas devem estar disponíveis para as pessoas com deficiência auditiva.
- f) Vídeos com voz descritivo para os indivíduos devem estar disponíveis para indivíduos que são cegos ou deficientes visuais.

Coleções acessíveis significam materiais em formatos acessíveis. Para Frigeiro (2007, p.59) livros de letra grande são frequentemente associados com a demanda de idosos ou deficientes visuais. No entanto, eles também são adequados particularmente aqueles com dificuldades de leitura devido a uma deficiência, como por exemplo, as deficiências intelectuais ou de aprendizagem.

O ideal para essa expectativa, é que todas as bibliotecas oferecessem livros em letras grandes. Livros acessíveis para as pessoas com deficiência intelectual são adaptados para sua fácil compreensão do conteúdo e assimilação da informação.

De acordo com Sartoretto e Bersch (2014), o software *Boardmaker* possibilita a leitura de livros através de símbolos, como pode ser visto na Figura 13.



Figura 13: Livro com símbolos
Fonte: Mayer-Johnson (2010, p.6)

A leitura fácil recomendada pelo IFLA para as pessoas com deficiência intelectual na biblioteca, os fazem compreender a percepção do espaço e ações do sujeito através da comunicação simbólica.

O IFLA (2012, p.19) em relação à linguagem e conteúdo de publicações de fácil assimilação tem uma série de recomendações para usuários que apresentam dificuldade acentuada de leitura e escrita, podendo ser o deficiente intelectual, a saber:

- Escrita de forma correta. Evite a linguagem abstrata.
- Seja lógico. A ação deverá devida seguir um único caminho com uma continuidade lógica.
- A ação deverá ser direta e simples, sem uma introdução grande e sem implicar em muitos personagens.
- Utilize a linguagem simbólica (metáfora) de forma moderada. Alguns leitores podem não compreendê-los.
- Seja conciso. Evite várias ações em uma única ação. Organize as palavras em uma oração simples, dentro de uma linha, se possível,
- Evite palavras difíceis, porém use um linguajar que seja adulto e dignificante. As palavras pouco comuns deveria se explicar através de pistas contextuais.
- Explique ou descreva relações complicadas em uma forma concreta e lógica, aonde os eventos tenham lugar em um marco lógico e cronológico.
- Anime os escritores e ilustradores a conhecer seu público alvo e que se informem sobre o que significa ter dificuldades de leitura. Permita lhes encontrar em seus leitores e escutá-los sobre suas experiências e a vida diária.
- Avalie o material com grupos, os objetivos reais antes de enviar para impressão.

O diálogo entre os profissionais da biblioteca e os seus usuários poderá traçar metas e objetivos a serem alcançados para elaboração de material impresso e de conteúdo digital que possam favorecer o acesso à informação através da leitura fácil de documentos produzidos para este fim, conforme destaca Suaiden (1995, p.45):

Através de um acervo compatível com as necessidades da comunidade, por meio de pessoal qualificado e da comunicação direta com a comunidade. O papel do profissional bibliotecário, neste caso, é de grande importância na seleção dos livros que deverão de constituir os acervos da biblioteca e na identificação das necessidades de leitura da comunidade.

Livros em formatos acessíveis permitem maior assimilação de conhecimento para as pessoas com deficiência intelectual, conforme se tem na Figura 14, onde é apresentado um livro e uma prancha de comunicação temática, em que o livro é de história e fala sobre temas de ecologia, acompanhado de uma prancha temática, com a qual o usuário da comunicação alternativa poderá apontar ações positivas e negativas relativas à preservação do meio ambiente.

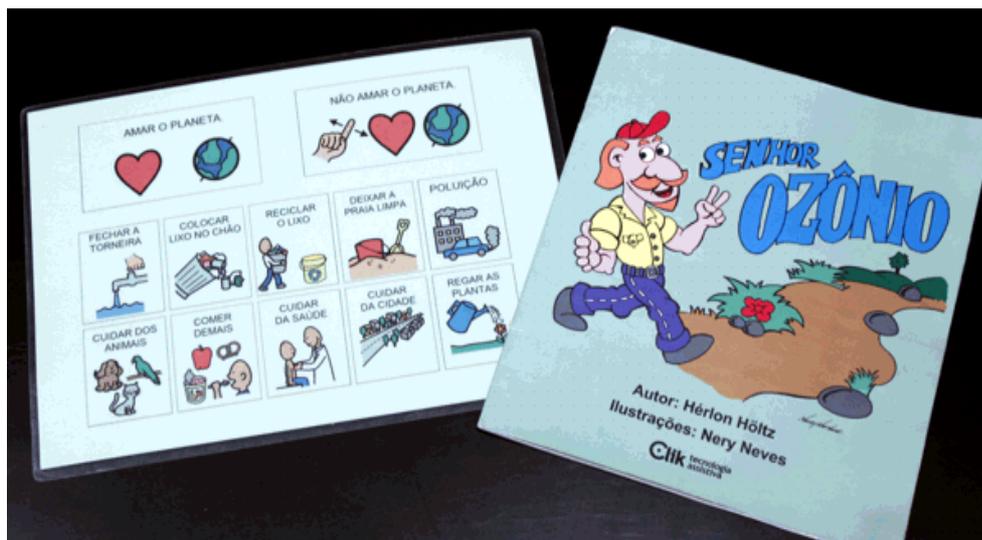


Figura 14: Livro e prancha de comunicação temática.
 Fonte: Mayer-Johnson (2010, p.8)

Para Sartoretto e Bersch, (2014) “as pranchas de comunicação temáticas poderão ser construídas para que o usuário da comunicação alternativa possa participar de atividades de interpretação de histórias”.

No compreender do IFLA (2012, p.22), o contexto dos materiais de leitura fácil, as ilustrações tem um papel frequentemente mais importante que em outro tipo de publicações. Uma imagem que representa o que se escreve no texto, melhora a compreensão da mensagem.

4.7 Biblioteca itinerante

Partindo do princípio que a biblioteca pública tem por objetivo o atendimento às todos os cidadãos. O IFLA (2013, p.31) tem destacado que a biblioteca tem os seguintes grupos de usuários potenciais que são indivíduos e grupos de necessidades especiais:

- pessoas de diferentes culturas e grupos étnicos, incluindo populações indígenas;
- portadores de deficiências, por exemplo, motoras, visuais ou auditivas;
- pessoas confinadas em seu domicílio;
- pessoas confinadas a instituições, por exemplo, hospitais e prisões;
- pessoas desconhecedoras dos serviços da biblioteca.

A biblioteca pública pode oferecer serviços de extensão para seus usuários. A oferta deste serviço possibilita atender aqueles que não podem frequentar a biblioteca durante seu horário de funcionamento ou não tem condições físicas ou financeiras de se deslocar da sua residência até a biblioteca, conforme explica o IFLA (2014, p.12):

Existem serviços especializados para proporcionar serviços bibliotecários a pessoas que estão mais ou menos confinadas às suas casas, para os muito idosos ou para pessoas portadoras de deficiência.

De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p.49) o conceito de biblioteca itinerante nos traz a seguinte definição:

- 1 – Biblioteca, ou serviço de uma biblioteca pública, que usa veículos equipados com a finalidade de por documentos à disposição de usuários que, por razões diversas, não tem acesso às próprias bibliotecas.
- 2 – Caixas onde são colocados livros que circulam em residências ou bairros; biblioteca circulante, biblioteca itinerante, biblioteca volante, carro-biblioteca, ônibus biblioteca.

Podem existir pessoas com deficiência intelectual, principalmente nas condições graves de saúde e de locomoção que tem dificuldade de se deslocarem sozinhas de seus lares até a biblioteca. Muitas vezes, a biblioteca itinerante é o único serviço que permite o contato com o livro e a leitura. Mas, o material de leitura fácil pode não fazer parte da coleção dessa biblioteca:

Os brinquedos podem ser o único recurso que a biblioteca disponibiliza a crianças portadoras de deficiências físicas ou intelectuais. As crianças devem encontrar recursos noutras línguas. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY AND ASSOCIATIONS, 2014, p.74).

De acordo com Almeida Júnior (2013, p.38) a biblioteca itinerante carrega os mesmos vícios da biblioteca pública em ofertar os serviços tradicionais: consulta ao acervo e empréstimo.

A biblioteca pública oferecendo serviço de extensão poderá ampliar seu público leitor que por razões diversas não frequentam a biblioteca física.

[...] a biblioteca pública deverá assegurar o desenvolvimento da atividade de extensão de caráter permanente, contribuindo a proporcionar aos membros da comunidade seu aperfeiçoamento contínuo, possibilitando-lhes levar a cabo a transformação social sem ser marginalizados, representando assim um forte fator de mobilização para os programas pedagógicos. (SUADEIN, 1995, p.49).

Para Tabosa e Pereira (2014, p.3) a biblioteca itinerante não se limita a atender aos dois tipos de serviços tradicionais, o de empréstimo domiciliar e o de pesquisa local.

A biblioteca volante, além do empréstimo domiciliar e da pesquisa local, desenvolve outras atividades culturais, que servem para atrair usuários potenciais, que ao serem incentivados, passam a frequentar com regularidade conforme a programação de visitas às comunidades. Entre as atividades desenvolvidas que a biblioteca volante pode desenvolver, tem-se o teatro de fantoches, apresentações musicais e folclóricas, exposições de livros, lançamentos de publicações, palestras, reuniões, conferências, concursos literários (*poesias, contos, estórias infantis*), etc. (TABOSA; PEREIRA, 2014, p.3).

No pensamento de Dumont³⁶ (1995, apud TABOSA; PEREIRA, 2014, p.3), “um dos maiores méritos das bibliotecas itinerantes é servir de ponte de mão dupla entre a biblioteca central e um grupo de usuários potenciais”.

Ofertando parte ou na sua totalidade estes serviços para os usuários com deficiência intelectual, podem fazer parte dos recursos que a biblioteca disponibilizará para o acesso a informação.

Após apresentarmos um panorama geral dos serviços oferecidos para os usuários com deficiência intelectual na biblioteca pública, descrevemos no capítulo a seguir: a história do local de estudo, os procedimentos metodológicos e o instrumento de coleta de dados para a pesquisa. Em continuidade, passaremos a dialogar com as narrativas dos profissionais da biblioteca e as políticas públicas de acessibilidade com vistas ao atendimento do usuário com deficiência intelectual.

³⁶ DUMONT, L. G. M. A ação do carro biblioteca ou, o desafio de incentivar o gosto pela leitura em comunidades de baixa renda. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, v. 19, n. 1, p. 24-38, mar. 1990.

5 - A metodologia da pesquisa

Esta pesquisa apoia-se em questões de acessibilidade na biblioteca pública que permitam apontar os caminhos para a oferta de serviços para as pessoas com deficiência intelectual. A metodologia exploratória considera as melhorias para acessibilidade das pessoas com deficiência intelectual em bibliotecas públicas e estudo de caso da BPMNIPCB.

O objetivo da entrevista é compreender a participação desses sujeitos para construção de serviços da biblioteca pública ser acessível.

Para Ludke e André (apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p.276) no estudo de caso, algumas características são fundamentais, como:

- Visa a descoberta;
- Enfatizar a interpretação do contexto;
- Retratar a realidade de forma ampla;
- Valer-se de fontes diversas de informações;
- Permitir substituições;
- Representar diferentes pontos de vista em dada situação;
- Usar linguagem simples.

Optamos por destacar em nossas análises as narrativas dos profissionais que atuam na biblioteca pública do município de Nova Iguaçu/RJ. A análise das informações destes profissionais se fundamentou no pensamento de Almeida Júnior (2013), em que o questionário aplicado ao entrevistado no campo de pesquisa foi semiestruturada, “que combina perguntas abertas e fechadas”, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada e do arcabouço teórico de Almeida Júnior (2013), Suaiden (2005), as diretrizes da IFLA, as políticas públicas de acessibilidade e, outros autores, que contribuíram para problematização de questões referentes à acessibilidade na biblioteca pública; formação dos profissionais da biblioteca; o atendimento às pessoas com deficiência; e a biblioteca, com suas limitações e possibilidades.

O município de Nova Iguaçu/RJ faz parte do Estado do Rio de Janeiro, integrando as 12 cidades da Região da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A cidade foi fundada no ano de 1833 às margens do rio Iguassú. Ao longo de sua história a cidade “viu seu território fragmentar-se em outros sete municípios”. (RODRIGUES, 2006, p. 160). Em 2014, a cidade possuía população estimada de 806.177 habitantes. Na figura 15, encontra-se o mapa da região da Baixada Fluminense, onde está localizado o Município de Nova Iguaçu:



Figura 15 - Mapa da Baixada Fluminense, em destaque o município de Nova Iguaçu (azul)

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (2015)

O município de Nova Iguaçu/RJ tem 67 bairros e é dividido em nove Unidades Regionais de Governo (URGs), a saber:

URG 1 – Centro: Centro, Califórnia, Vila Nova, Caonze, Bairro da Luz, Santa Eugênia, Jardim Iguaçu, Chacrinha, Moquetá, Viga, Rancho Novo, Vila Operária, Engenho Pequeno, Jardim Tropical e Prata.

URG 2 – Posse: Posse, Cerâmica, Ponto Chic, Ambaí, Nova América, Carmari, Três Corações, Kennedy (Caioaba), Parque Flora e Botafogo.

URG 3 – Comendador Soares: Comendador Soares, Ouro Verde, Jardim Alvorada, Danon, Jardim Palmares, Rosas dos Ventos, Jardim Pernambuco e Nova Era.

URG 4 – Cabuçu: Cabuçu, Palhada, Valverde, Marapicu, Lagoinha, Campo Alegre e Ipiranga.

URG 5 – KM-32: Paraíso, Jardim Guandú e Prados Verdes.

URG 6 – Austin: Austin, Riachão, Inconfidência, Carlos Sampaio, Tinguazinho, Cacuia, Rodilândia e Vila Guimarães.

URG 7 – Vila de Cava: Vila de Cava, Santa Rita, Rancho Novo, Figueiras, Iguaçu Velho e Corumbá.

URG 8 – Miguel Couto: Miguel Couto, Boa Esperança, Parque Ambaí, Grama e Geneciano.

URG 9 – Tinguá: Tinguá, Montevidéu, Adrianópolis, Rio D'Ouro e Jaceruba (NOVA IGUAÇU, 2003).

As URGs permitem a Secretaria Municipal de Cultura traçar como objetivo a implantação de uma biblioteca pública para cada unidade regional. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, 2014). A implantação de bibliotecas públicas em bairros

distantes do centro da cidade possibilita a facilidade de deslocamento das pessoas, principalmente dos usuários com mobilidade reduzida e com deficiência intelectual.

De acordo com os indicadores oficiais (CENSO, 2010), o município tem 9.163 pessoas com deficiência intelectual, ou equivalente, a 1,1 % da população total. A relação completa das pessoas com deficiência intelectual é classificada por sexo e área de residência conforme descrito no Quadro 6.

**Quadro 6 – População residente com deficiência mental/intelectual -
Município de Nova Iguaçu**

<i>Sexo</i>	<i>Área</i>	<i>Quantidade</i>
Feminino	Rural	92
Feminino	Urbana	4.180
Masculina	Rural	63
Masculina	Urbana	4.828
Total	-----	9.163

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010)

A partir dos dados expostos no quadro 7, podemos observar que as pessoas com deficiência intelectual concentram-se prioritariamente na área urbana da cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Os indivíduos do sexo masculino pertencem ao grupo majoritário na área urbana, em detrimento na área rural, na qual o sexo feminino predomina as estatísticas de pessoas com deficiência intelectual.

De acordo com os dados do quadro 6, são exatamente essas pessoas que podem ser potenciais usuários da biblioteca, se elas tiverem condições adequadas de acessibilidade. A pessoa com deficiência intelectual pode se beneficiar dos serviços acessíveis que a biblioteca poderá oferecer.

Existe no município de Nova Iguaçu/RJ, apenas uma biblioteca pública. Após exibirmos um quadro geral dos indicadores do município e do quantitativo de pessoas com deficiência intelectual no município de Nova Iguaçu/RJ, analisou-se a Biblioteca Pública Municipal de Nova Iguaçu Prof. Cial de Brito, onde atuam os sujeitos da pesquisa e os procedimentos e instrumentos utilizados na coleta de dados.

5.1 A Biblioteca Pública Municipal de Nova Iguaçu Prof. Cial de Brito

Segundo os dados levantados de acordo com análise documental³⁷ sobre a Biblioteca Pública de Nova Iguaçu, ela foi criada em 31 de março de 1976, sob o Decreto Municipal nº 1511/76, inicialmente estava subordinada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Anos depois passou a ser regida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, recebendo o nome de Biblioteca Pública Municipal de Nova Iguaçu Professor Cial de Brito (BPMNIPCB), sendo seu primeiro endereço na Avenida Amaral Peixoto, nº 236 no Centro de Nova Iguaçu. Atualmente está subordinada a Secretaria de Cultura. No início de 2004, houve transferência para o atual endereço na Rua Getúlio Vargas, nº 51, localizada também no Centro da cidade.

De acordo os dados recolhidos no arquivo da BPMNIPCB, o Professor Cial de Brito, nome que dá a BPMNIPCB, foi uma das grandes personalidades de Nova Iguaçu no período de 1940 a 1970. Ele nasceu na cidade de Campos do Goytacazes em 2 de setembro de 1920, em 1941, transferiu-se para Nova Iguaçu.

Formou-se em Ciências Jurídicas na Universidade Gama Filho e exerceu a função de chefe do Gabinete da Gerência da Carteira de Crédito Geral do Município em 1961. Um ano após, foi Inspetor do Banco do Brasil na primeira filial de Nova Iguaçu. Por ser estudioso, adquiria grande erudição e, a par das atividades citadas, exerceu o magistério em escolas particulares locais como professor de Francês, Inglês, Português e Contabilidade. Também foi cronista do Jornal Correio da Lavoura e em 20 de dezembro de 1959, foi membro da Arcádia Iguaçuana de Letras. Veio a falecer em 6 de novembro de 1976. Sendo assim, no ano seguinte, a BPMNIPCB, em sua homenagem, passou a designar-se de Biblioteca Pública Municipal Professor Cial de Brito.

O horário de atendimento para o público é de segunda a sexta-feira de 08 às 17h30min. Seu acervo é processado manualmente através de fichas catalográficas. A biblioteca não é automatizada. A recuperação da informação ocorre através do catálogo impresso de autor, título ou assunto. A coleção da biblioteca está em torno de 8.000 (oito mil volumes). Os assuntos mais encontrados nas estantes são literatura, história, livros de literatura infanto-juvenil, educação e livros didáticos. Atende diariamente em média 70 usuários.

³⁷ Pesquisa realizada em manuscritos localizados na BPMNIPCB que destacam a historicidade deste espaço e a biografia do Prof. Cial de Brito, no qual é homenageado pelo poder público municipal no nome da biblioteca pública.

Há apenas uma biblioteca pública municipal para oferecer atendimento para toda população da cidade, que como vimos, é superior a 800 mil habitantes. O município é considerado bastante extenso, muitas vezes, é inviável para moradores de URGs distantes se deslocarem para a biblioteca.

A criação de bibliotecas públicas setoriais atenderia a demanda de usuários potenciais. A localização da biblioteca pode ser uma barreira para as pessoas menos favorecidas.

Nos Estados Unidos, a biblioteca pública de Nova York, através do diagrama de Voronoi³⁸, examinou o uso da biblioteca pública dentro de um bairro e investiga a relação entre seu público e a sua localização. (CLARIZA, 2006, p.1).

Utilizar como argumento, que a frequência do usuário a biblioteca, pode estar atrelado a sua escolaridade, as características demográficas, diversidade racial e classe social estão baseadas nestes indicadores, não explica a falta de uso da biblioteca pública. (CLARIZA, 2006, p.1).

A localização da biblioteca atrelada à interação social da pessoa com deficiência intelectual com a sua comunidade favorece o seu pertencimento naquele espaço. As pessoas que moram distante do Centro, é razoável que se escolha uma biblioteca mais próxima da sua residência, que é favorável por diversos motivos, como ganho de tempo no caso de deslocamento, custo do transporte ou até gastos com alimentação.

Para atender a demanda da população, pretende-se criar em médio prazo, o Sistema Municipal de Bibliotecas de Nova Iguaçu (SMBNI) que ficará responsável pelo gerenciamento de cada biblioteca pública criada por URG. (NOVA IGUAÇU, 2014).

No Decreto Municipal nº4.439, de 2014, (NOVA IGUAÇU, 2014), no Artigo 6º, que estabelece como metas de longo prazo do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca do Município de Nova Iguaçu – PMLLLB, inciso I, que destaca:

I – A implantação de no mínimo uma biblioteca pública em cada URG.

Aplicando o diagrama de Voronoi, ilustramos a distribuição de cada biblioteca pública por URG, na Figura 16.

³⁸ O princípio do Polígono de Voronoi ou de Thiessen é de que, considerando um território, há pontos que estão mais próximos de uma fonte geradora do que de outra fonte, e o resultado é um polígono cujas distâncias entre fonte e ponto são as menores possíveis. Os polígonos resultantes podem ir além da simples divisão de áreas, e serem deformados por características ambientais, que são o atrito e a influência das massas de seus pontos geradores, que devem ter poder de organizar o espaço e definir a área de influência do ponto. Na situação aqui proposta será utilizado o modelo de Voronoi com massa, definida pelo número de vagas nas escolas, fator determinante na conformação de suas áreas de influência (MOURA, 2003 apud MOURA, 2009, p.7).

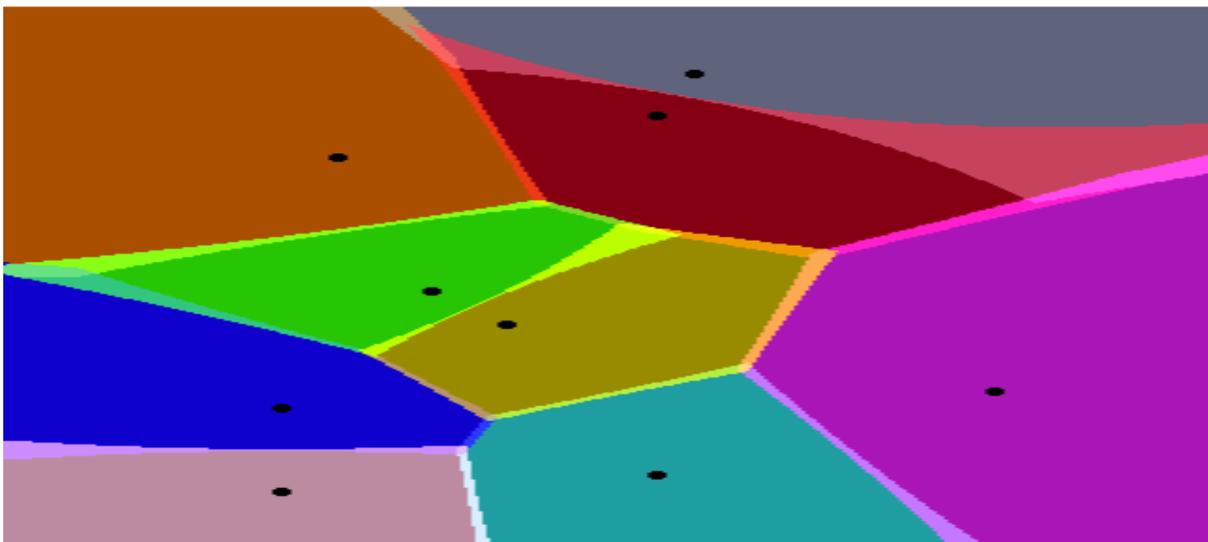


Figura 16: Distribuição de bibliotecas públicas por URG. A BPMNIPCB está localizada no ponto (amarelo) no Centro da Cidade

Fonte: Diagrama de Voronoi

Perceba que o diagrama determina qual a área de cobertura de uma biblioteca em cada ponto, sendo assim, ele trabalha na subdivisão desse plano em cada URGs formada pelas bibliotecas públicas em cada um desses pontos. Como há 9 URGs, a lei municipal pretende em longo prazo que outras bibliotecas sejam implantadas na região, a fim de diminuir a distância entre os leitores e a biblioteca, principalmente daqueles que moram distante do Centro.

No mesmo artigo 6º, inciso II, a previsão de longo prazo, sobre acessibilidade nas bibliotecas do SMBNI.

II – A implantação de programas de acessibilidade nas bibliotecas do SMBNI.

A BPMNIPCB oferece serviços acessíveis para usuários com deficiência visual. A biblioteca conta com um acervo de 950 audiobooks. Nesta coleção constam assuntos como religião, literatura e ciência humanas. Há rádio gravador para serem utilizados como instrumento de audição. Também existe material em braile para usuários com deficiência visual.

Outro serviço disponibilizado para usuários com deficiência visual é o cecograma. De acordo com a Lei nº6.538 de 1978, trata-se de objeto de correspondência impresso em relevo ou impresso para uso dos cegos.

Apesar das dificuldades, algumas bibliotecas – entre as poucas que existem, possuem um mínimo de estrutura e contam com profissionais bibliotecários – conseguem oferecer, com dificuldades, alguns serviços diferenciados dos dois tradicionais (empréstimo e consulta). (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.91).

A biblioteca disponibiliza serviços somente para apenas um tipo de deficiência. A biblioteca fica localizada no segundo piso. O acesso ao ambiente pode ser por escadas ou elevador, em que permite o acesso as pessoas com deficiência física e dificuldade de locomoção.

5.2 Os sujeitos da pesquisa

Os profissionais da biblioteca são elementos fundamentais neste processo de identificação do atendimento ao usuário com deficiência intelectual, sendo os sujeitos de pesquisa, sobre cuja importância comenta Minayo (2009, p.48):

Uma pergunta importante neste item é: quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A boa seleção dos sujeitos ou casos a serem incluídos no estudo é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Os sujeitos deste estudo são quatro profissionais que atuam na biblioteca pública municipal de Nova Iguaçu. Os participantes desse estudo encontram-se identificados por pseudônimos. Estes dados foram extraídos das perguntas 11, 12 e 13 do questionário aplicado na BPMNIPCB.

Quadro 7: Caracterização dos sujeitos

Pseudônimo	Idade	Área de Atuação	Tempo de permanência na função (horas)	Tempo de experiência na biblioteca (anos)	Formação (Nível médio)	Formação (Graduação)
Vanessa*	33	Funcionário da Biblioteca	40	2 anos	Sim	—
Juliana*	37	Funcionário da Biblioteca	40	3 anos	—	Licenciatura em História (andamento)
Rodrigo*	20	Funcionário da Biblioteca	40	8 meses	—	Bacharelado em Biblioteconomia (andamento)
Patrícia*	33	Funcionária da Biblioteca	40	6 anos	—	Bacharel em Biblioteconomia

*Nomes fictícios

A atual formação dos profissionais da BPMNIPCB, o seu quadro funcional conta com apenas um profissional bibliotecário e um estudante de biblioteconomia, o que confere a observação de Almeida Júnior (2013, p.288):

Na grande maioria dos casos, o atendimento ao estudante nas bibliotecas públicas brasileiras não é realizado por bibliotecários, mas por funcionários despreparados, sem formação adequada e sem que haja um treinamento prévio, mesmo considerando que esse treinamento é apenas paliativo.

A existência de 1 bibliotecário para uma população de 800 mil habitantes, sinaliza a precarização dos profissionais que atuam na biblioteca, sendo o cenário desolador quanto a haver um serviço de referência a desejar para os usuários:

O funcionário que tem a incumbência do atendimento dos usuários deve possuir, dentro do senso comum dos profissionais da área, uma intuição aguçada, o bom senso desenvolvido, a facilidade no trato com o público, um espírito altruísta e persistente, o perfil para trabalhar sob pressão, uma disposição para lidar com temas e pessoas diversos e a capacidade para administrar conflitos. Quando muito, junta-se a essas características um treinamento rápido e quase sempre ministrado por outro funcionário que exerce a mesma atividade. Esse treinamento não passa da mera observação do “fazer”, do realizar o trabalho durante algum tempo. Ao funcionário que está sendo treinado, não se informa o porquê das tarefas que desenvolverá, quais suas relações com o trabalho realizado no setor onde atua, na biblioteca e na instituição. O conhecimento dos objetivos tanto da instituição como da biblioteca não está incluído no treinamento, nem é considerado como importante. (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.182-3).

Há uma série de recomendações para o setor de recursos humanos da biblioteca pública se qualificar para atender os usuários com deficiência de acordo com as Diretrizes Canadenses de Biblioteca e Serviços de Informação para Pessoas com Deficiência - *Canadian Library Association* (1997).

- a) Um programa de formação contínua devem estar no local para administradores de bibliotecas, pessoal existente, os novos funcionários, voluntários e membros da diretoria da biblioteca para aumentar a consciência e sensibilidade, fornecer informações sobre os direitos e necessidades das pessoas com deficiência, e ajudar a desenvolver atitudes positivas e adequadas.
- b) As pessoas com deficiência e representantes dos grupos de deficiência devem participar em sessões de treinamento de pessoal.
- c) Políticas e procedimentos de formação devem incluir orientações em matéria de confidencialidade, serviço equitativo e igualdade de acesso para pessoas com deficiência.
- d) O programa de treinamento deve incluir diretrizes para o comportamento adequado, e estes devem ser aplicados pelas autoridades de supervisão, gestão e avaliações do pessoal.
- e) Bibliotecas maiores devem ter alguém proficiente em língua de sinais de plantão, e/ou dispor de pessoal selecionado treinado em língua de sinais. Da mesma forma,

deve haver um funcionário ou voluntário que pode usar Braille. Bibliotecas menores podem compartilhar "flutuante" funcionários ou voluntários.

f) A biblioteca deve compilar uma lista de pessoas e organizações com conhecimentos específicos sobre as várias formas de deficiência

g) A biblioteca deve fazer todos os esforços para contratar funcionários remunerados e voluntários com deficiência.

h) Oportunidades para a equipe da biblioteca se encontrar e se envolver com grupos de deficiência da comunidade deve ser perseverado.

i) Um membro da equipe deve ser designado como pessoa responsável dos recursos para o programa de deficiência da biblioteca: fornecer informações para os funcionários e o público; para coordenar as atividades e serviços; para manter-se informado dos desenvolvimentos e tendências; para atuar como elo com grupos de deficiência da comunidade; e para servir como coordenador interno dentro da biblioteca.

Em Paris, a biblioteca da comunidade de Gonfreville-Orcher, atende usuários com deficiência intelectual desde 2005, oferecendo acesso a todos de acordo com a política cultural municipal. (TOUZAN, 2009, p.49).

Compreendendo que a formação dos profissionais da biblioteca contribui para um serviço de qualidade aos usuários com deficiência intelectual, cabe analisar os procedimentos e instrumentos de coleta de dados desta pesquisa.

5.3 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Inicialmente, examinamos a leitura da literatura especializada sobre o tema e a conjuntura da pesquisa: a acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual e os serviços oferecidos pela biblioteca. A leitura deste tema colaborou justamente para a formulação do problema de pesquisa, bem como para a triagem metodológica para o progresso da mesma. Ainda no decorrer desta etapa, começaram surgir às primeiras indagações e a descrição dos procedimentos iniciais que seria desenvolvido durante o trabalho de campo. Os primeiros contatos formais com a BPMNIPCB foram realizados com a Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu, e o que seria coletado de dados começou a ser definidos no decorrer dessa fase. Vale destacar que como ex-funcionário da BPMNIPCB, e atualmente trabalhando como docente na área da Educação Especial na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, e aproximadamente com o local de estudo.

Utilizamos como procedimentos metodológicos nesta pesquisa a análise documental, referente à implantação de programas de acessibilidade na BPMNIPCB e a realização das entrevistas com os funcionários da biblioteca, com a realizada de entrevista qualitativa.

Delineamos os procedimentos que foram empregados nesta pesquisa e sua adequação diante das possibilidades de observações que se produziram a partir das informações coletadas:

Análise documental: Analisamos nesta etapa os documentos oficiais que servem de alusão para a elaboração dos programas de acessibilidade a serem desenvolvidos pelo Sistema Municipal de Bibliotecas de Nova Iguaçu (SMBNI) através da Lei Municipal n.º 4.439, de 2014. Os critérios gerais de acessibilidade, de acordo com o Decreto n.º 5.296, de 2004. O propósito dessa análise é definir as políticas de acessibilidade que se referem aos usuários com deficiência intelectual.

Entrevistas: As entrevistas são semiestruturadas. O estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados. O mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social. (GIL, 2002, p.141). Como método de coleta de dados, realizamos as entrevistas em julho do ano de 2015, na perspectiva das respostas dos funcionários da biblioteca do município de Nova Iguaçu/RJ, no que se refere à formação destes profissionais e ao atendimento as pessoas com deficiência intelectual na biblioteca pública. As entrevistas ocorreram por mediação da Secretaria Municipal de Cultura, com aplicação de questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, que permitem apontar e analisar a participação desses sujeitos na organização e elaboração da política municipal para a realização de programas de acessibilidade para o acesso à informação para pessoas com deficiência intelectual.

Elaboramos para esta pesquisa, o questionário que se encontra no Apêndice C. Foi pensando para um grupo de funcionários da biblioteca, destacando que as análises das perguntas foram individuais, do mesmo modo que as mesmas perguntas realizadas para o grupo de funcionários da biblioteca, às respostas foram variadas.

Os dados são analisados conforme os objetivos específicos, com abordagem dos seguintes tópicos: a) Caracterização dos sujeitos da pesquisa; b) Atendimento a usuário com deficiência intelectual; c) Conhecimento sobre as diretrizes do IFLA para os usuários com deficiência; d) Formação profissional da equipe da biblioteca; e e) Serviços e produtos oferecidos pela BPMNIPCB para atender o usuário com deficiência intelectual.

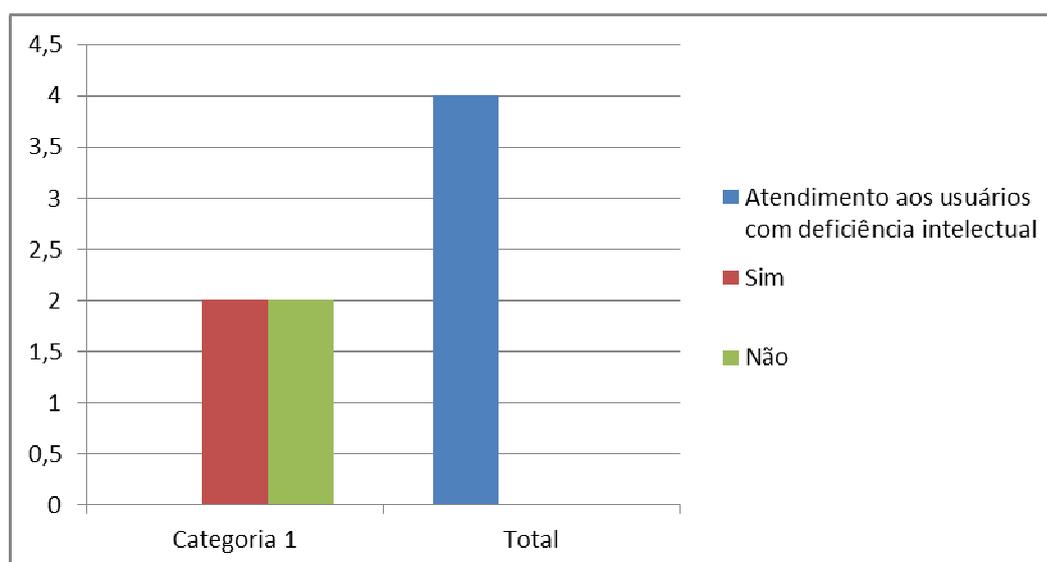
O resultado desta pesquisa teve sua análise de dados apresentados em forma de tabelas. As questões qualitativas são analisadas de forma interpretativa.

6 - A acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual pelos profissionais da biblioteca

O questionário aplicado, tem por objetivo, discutir, os serviços e atendimento aos usuários com deficiência intelectual na BPMNIPCB. Para isso, foram levantados, os dados dos 4 profissionais que atuam na biblioteca. Esta pesquisa inicia com o questionamento se algum profissional da biblioteca já tinha atendido um usuário com deficiência intelectual apresentado na pergunta 1. Apurou-se que todos os profissionais (100%) já tinham atendido usuário com deficiência intelectual na BPMNIPCB.

No Gráfico 1, perguntado se houve dúvidas em relação ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual, houve divergência nas respostas. Para 50% dos entrevistados tinham dúvidas se todas as pessoas que atenderam realmente na biblioteca poderia ter deficiência intelectual.

Gráfico 1 – Usuário com deficiência intelectual

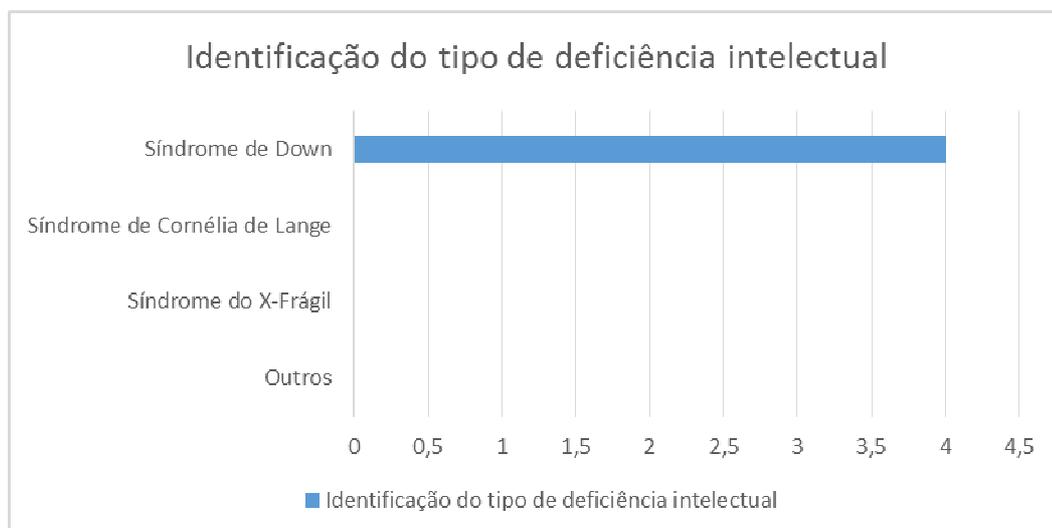


FONTE: Pesquisa - Pergunta 2 – Em algum atendimento, teve dúvidas de que se tratava de usuário com deficiência intelectual.

Existem vários tipos de deficiência intelectual. Perguntou-se qual deficiência conseguiram identificar no atendimento a pessoa com deficiência. Houve uma série de escolhas para o respondente, mas predominou a síndrome de Down, em 100% dos casos (pergunta 3).

Este fato ocorre pela fácil identificação das características da pessoa com *Síndrome de Down* amplamente difundida nos meios de comunicação e informação. Conforme descrito no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Identificação do tipo de deficiência intelectual

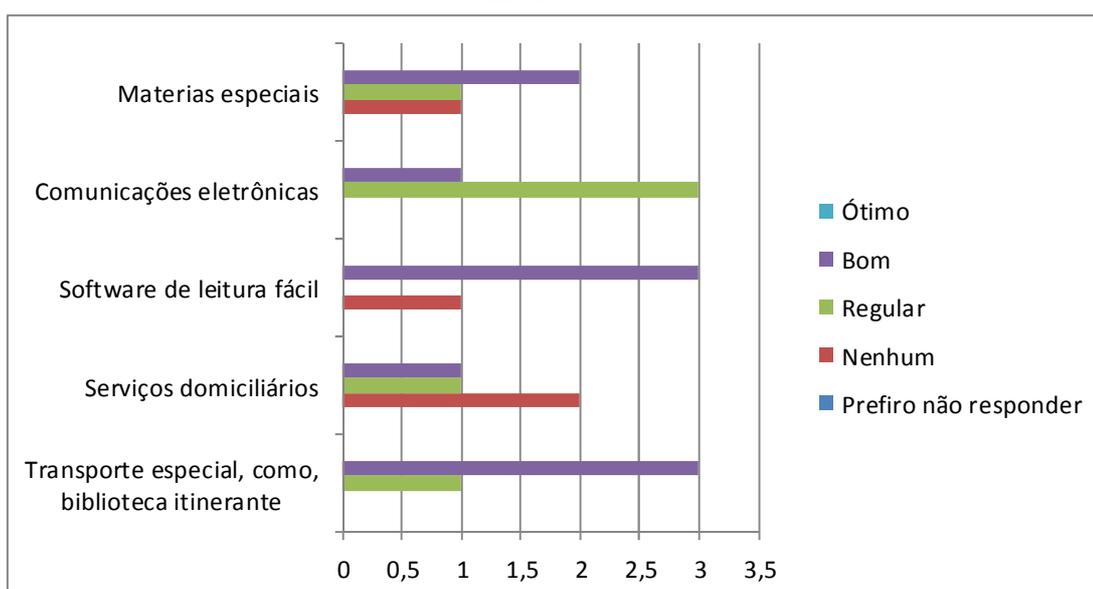


FONTE: Pesquisa - Pergunta 3 – Em casos de atendimento a pessoa com deficiência intelectual, você conseguiria identificar o tipo de deficiência?

Na pergunta 4, indagou-se ao funcionário da biblioteca se ele tem ou não a obrigação de atender o usuário com deficiência intelectual. Todos concordaram (100%) que a biblioteca tem a missão de atender a todos os usuários. Os funcionários da biblioteca tem compreensão da missão da biblioteca que é atender a todos, pois é a premissa da biblioteca pública.

Sobre a questão dos conhecimentos das diretrizes da IFLA para os usuários com deficiência intelectual, procurou-se identificar o conhecimento destes profissionais a respeito de produtos e serviços para este público-alvo, de acordo com o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Conhecimento sobre as diretrizes da IFLA para os usuários com deficiência intelectual

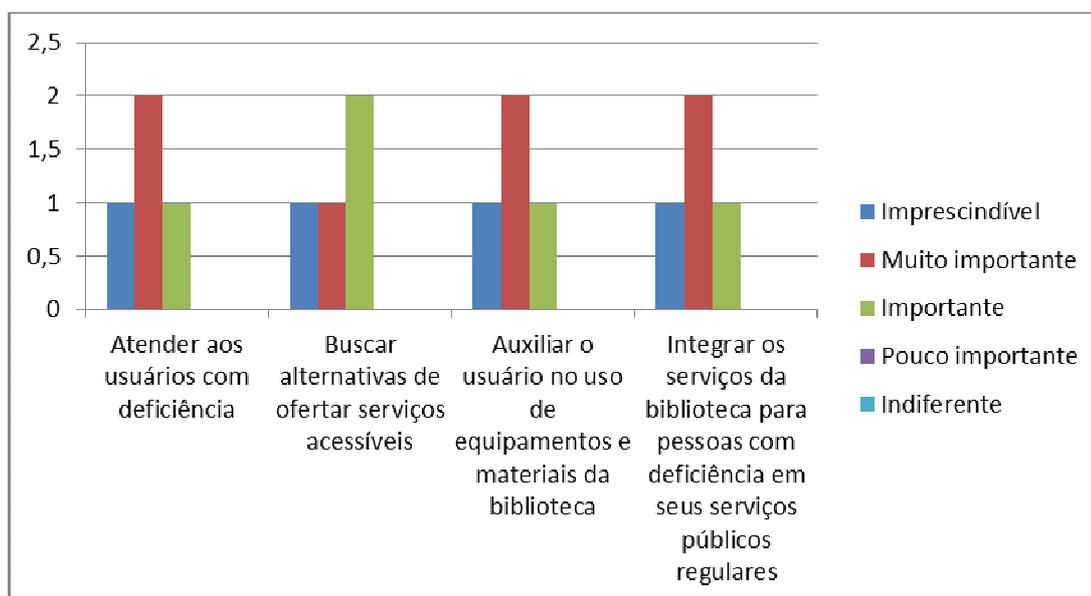


FONTE: Pesquisa - Pergunta 5 – O que você acha do seu conhecimento das diretrizes da IFLA para os usuários com deficiência?

Analisando o gráfico acima, comprova-se que nenhum profissional da biblioteca considera ótimo seu conhecimento sobre as diretrizes da IFLA para oferta de serviços e produtos para as pessoas com deficiência intelectual. No item, *materiais especiais para as pessoas com deficiência*, a maioria dos entrevistados considerou bom, o acervo disponibilizado para o usuário. Já no item, *comunicações eletrônicas*, os profissionais da biblioteca consideram regular, a disponibilização de internet para seus usuários. Outro fato relevante diz respeito ao conhecimento sobre *software de leitura fácil*, a maioria demonstrou conhecimento sobre programas computacionais. Em relação ao *transporte especial*, em especial, as bibliotecas itinerantes, também foi demonstrado bom conhecimento a respeito do tema. Sobre os *serviços domiciliares* às pessoas impossibilitadas de sair de casa, metade dos profissionais da biblioteca, demonstrou nenhum conhecimento a respeito das recomendações do IFLA.

No item 6 do questionário, foi perguntado o seguinte enunciado “*O que você acha sobre aprimorar na sua formação profissional?*”. Pretendeu-se verificar o grau de importância do atendimento as demandas do usuário com deficiência intelectual pela equipe da biblioteca, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Aprimoramento da formação profissional



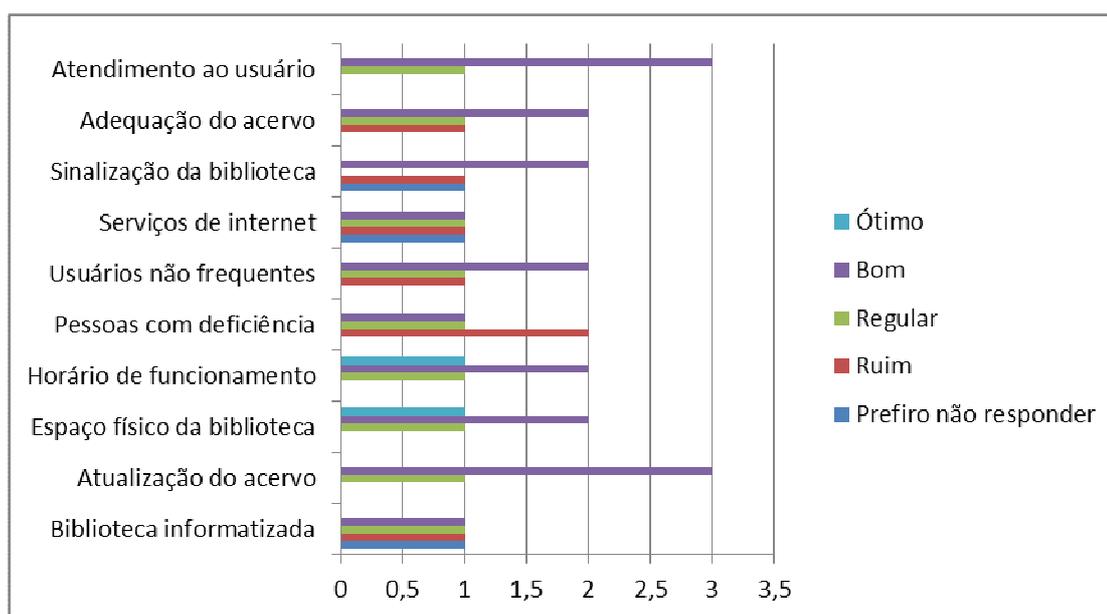
FONTE: Pesquisa - Pergunta 6 – O que você acha sobre aprimorar a sua formação profissional?

Neste gráfico podemos atentar a preocupação de aprimoramento dos profissionais da biblioteca em se qualificarem para atender as pessoas com deficiência. Nenhum entrevistado sinalizou que o conhecimento necessário para melhoria de atendimento fosse *pouco importante ou indiferente*.

No quesito, *atender aos usuários com deficiência*, 50% dos entrevistados considerou muito importante este serviço. Em relação ao item, *buscar alternativas de ofertar serviços acessíveis*, 50% dos entrevistados consideraram como importante, o serviço que a biblioteca poderia oferecer ao usuário com deficiência intelectual. Já na parte, *auxiliar o usuário no uso de equipamentos e materiais da biblioteca*, os profissionais julgam como serviço muito importante. Por fim, no quesito, *integrar os serviços da biblioteca para pessoas com deficiência em seus serviços públicos regulares*, os profissionais creem como importante a oferta deste serviço.

Analisamos a seguir, o quadro opinativo dos profissionais da biblioteca sobre o funcionamento e serviços da BPMNIPCB no atendimento ao usuário com deficiência intelectual? Esta questão visa o posicionamento do entrevistado frente às demandas no atendimento a pessoa com deficiência intelectual e é apresentada as respostas no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Funcionamento e serviços da BPMNIPCB no atendimento a usuário com deficiência intelectual



FONTE: Pesquisa - Pergunta 7 – Qual sua opinião sobre o funcionamento e serviços da BPMNIPCB no atendimento a usuário com deficiência?

No gráfico, é possível identificar que os profissionais da biblioteca classificam os itens de acordo com o serviço a ser oferecido para o usuário com deficiência.

No primeiro item, da pergunta 7, *ao atendimento ao usuário que frequenta a biblioteca*, a maioria dos entrevistados considera bom, a prestação deste serviço. Em relação ao quesito, *à adequação do acervo*, também para a maioria dos entrevistados, considera que estejam em boas condições as coleções da biblioteca para as pessoas com deficiência

intelectual. No item 3, desta pergunta, à *sinalização adequada na biblioteca*, também foi considerada *boa* para 50% dos entrevistados. Em relação, *aos serviços disponibilizados pela internet*, não houve uma sinalização clara do nível de atendimento deste serviço, oscilou entre os conceitos, bom, regular, ruim e houve que não preferisse responder. No item, *ao atendimento as pessoas que não podem frequentar a biblioteca (reclusas, doentes, condição financeira)*, os entrevistados em sua maioria consideraram bom à oferta deste serviço aos usuários. Já na questão referente, *à participação de pessoas com deficiência no treinamento dos funcionários da biblioteca*, a maioria dos profissionais considerou ruim que as pessoas com deficiência participassem do treinamento dos funcionários da biblioteca. Em relação ao quesito, *ao horário de funcionamento*, os profissionais consideram bom, o horário de funcionamento da BPMNIPCB para atendimento aos usuários da biblioteca. Em relação, *ao espaço físico da biblioteca*, a maioria dos entrevistados considerou bom, o espaço oferecido aos seus usuários. Para estes profissionais não há necessidade de ampliação do ambiente físico da biblioteca. Na parte referente, *à atualização do acervo*, os profissionais consideraram bom, a atualização das coleções existentes. Por fim, o quesito, *à biblioteca informatizada (pesquisa on-line, renovação e reserva de livros via internet)*, os profissionais oscilaram nas opiniões, variando os conceitos de bom, regular, ruim e houve que não preferisse responder.

Na pergunta 8, do questionário, *you know any service that the library can provide for the user with intellectual disability*, houve consenso entre os entrevistados de que nenhum dos profissionais da biblioteca (100%) conhecia algum serviço específico para os usuários com deficiência intelectual.

A desatualização dos profissionais da biblioteca, em relação a vários segmentos da sua área de atuação, também pode ser considerada como um dos fatores de manutenção do modelo arcaico da biblioteca pública tradicional.

Já na pergunta 9, *you would provide any service to BPMNIPCB for the user with disability*, as opiniões foram divididas, 50% disse que proporcionaria serviço para seu usuário, enquanto outros 50% não iriam propor nenhum serviço. Para aqueles que iriam propor serviço ao usuário com deficiência, foi sugerido que respondesse qual serviço poderia disponibilizar ao seu usuário. Um dos entrevistados não sinalizou qual seria o serviço a ser oferecido. O outro profissional da biblioteca comentou que proporia o serviço somente para o deficiente visual, pois a biblioteca dispõe de livros em braile e audiolivros.

De acordo com os resultados, pode-se dizer que os entrevistados tiveram dificuldades de apontar serviços específicos que atendesse a demanda do usuário com deficiência

intelectual. Não houve nenhuma sugestão de serviço da biblioteca que fosse direcionado para este público.

Na pergunta 10, *você proporia alguma formação para aprimorar os seus conhecimentos para o atendimento para seu usuário*, também houve divisão nas opiniões, 50% dos entrevistados proporia alguma formação para aprimorar seus conhecimentos, enquanto os outros 50% dos profissionais não consideraram a necessidade da realização de uma formação complementar para atendimento aos usuários com deficiência intelectual. Nesta pergunta teve um campo para sugestões, as respostas levaram em consideração, a relevância de oferecer cursos de educação continuada para melhorar a formação do profissional da biblioteca em atender um público cada vez mais heterogêneo e também, a busca de informações na internet a respeito das singularidades das pessoas com deficiência a fim de conhecer melhor as demandas deste público que frequenta a biblioteca pública.

As perguntas 11, 12 e 13 referem-se à identificação dos sujeitos da pesquisa, que consta no item 4.2 desta pesquisa.

Por fim, na pergunta 14, *há algo que gostaria de nos informar a respeito*, não houve nenhum registro a ser mencionado pelos profissionais da biblioteca.

Através desta pergunta constatou-se que os profissionais da biblioteca preferiram não responder esta pergunta, pois faz parte do processo de análise da pesquisa, afetando o desenvolvimento pleno deste estudo.

Pelos indicadores obtidos nesta pesquisa, nota-se que a maioria dos participantes possui conhecimentos, atitudes e condutas que demonstram respeitar as pessoas com deficiência, de um modo geral. Somente com conhecimentos a respeito dos serviços e produtos a serem ofertados para os usuários com deficiência intelectual, os profissionais da biblioteca, através da mediação do bibliotecário, poderão possuir condições de atender as demandas informacionais dos usuários com deficiência e respeitarem e conviverem com as diferenças.

7 - Considerações finais

Nossa proposta de estudo centrou-se na oferta de serviços para usuários com deficiência intelectual na biblioteca pública. Analisamos as políticas públicas de acessibilidade, o cenário econômico social em que vivem as pessoas com deficiência intelectual e, a literatura biblioteconômica a respeito do serviço de referência dos profissionais da biblioteca e dos recursos de informação que podem ser acessíveis. Analisamos também, a literatura de educação especial e as contribuições específicas desta área para corroborar esta pesquisa.

Tendo em vista o histórico apresentado sobre o desenvolvimento da biblioteca pública acessível, podemos considerar que o atendimento das pessoas com deficiência intelectual, sobretudo por apresentarem necessidades especiais, é um fato relativamente recente na biblioteconomia. Neste sentido, há consenso teórico de que a biblioteca pública não atende pessoas com deficiência intelectual no Brasil, e apresenta uma grande lacuna no serviço de referência. Após uma busca exaustiva nas plataformas de pesquisa como a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI, Portal de Dissertações e Teses da USP, Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBD e o Encontro Nacional de Pesquisa em Pós Graduação em Ciência da Informação - ENANCIB, não foram encontrados registros na literatura biblioteconômica de serviços ofertados para usuários com deficiência intelectual.

Na análise da literatura biblioteconômica deste estudo, a nível nacional, praticamente não foi encontrado estudos a respeito da acessibilidade para usuários com deficiência intelectual na biblioteca pública. Nem mesmo em outros tipos de biblioteca (universitária, escolar, popular, nacional, comunitária, privada) há estudos que citem a pessoa com deficiência intelectual. Não há estudos na área sobre o assunto, visto que a acessibilidade em biblioteca pública é algo novo, e está sendo discutido em âmbito nacional. Este debate visa preparar a biblioteca e seus profissionais para o atendimento pleno para as pessoas com deficiência visual, auditiva e física. E os usuários com deficiência intelectual? A falta de material sobre o assunto poderia denotar o desinteresse pelo tema. A busca de informações e conhecimento que respondessem esta lacuna foi encontrada na literatura biblioteconômica estrangeira.

Para realização deste estudo foi necessário recorrer à literatura estrangeira. Nos Estados Unidos e na França, existe legislação pertinente a acessibilidade para usuários com deficiência intelectual na biblioteca, inclusive a disponibilização de serviços para este público. Há uma série de recomendações para o bibliotecário no atendimento a este público. Estas recomendações são diversas, desde o serviço de referência, já no balcão de atendimento, como a disponibilização de recursos acessíveis e a autonomia do usuário no acesso a informação.

É necessário que se reafirme um posicionamento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP à cerca de serviços e produtos que sejam disponibilizados aos usuários com deficiência intelectual. Neste momento não há nenhuma política inclusiva para atender a demanda destes usuários.

Além disso, este usuário, não é compreendido como o fim último das ações da biblioteca pública. Se idealizado, espera-se dele, comportamento e posturas padronizadas advindas de um perfil geral e único para todo o usuário. As especificidades e características dos usuários, que determinam perfis diferenciados de serviço de referência, são esquecidas, levando-se em conta a integração dos serviços oferecidos pela biblioteca para todos. Perfis diferenciados que são no atendimento as pessoas com deficiência, e o conhecimento prévio do bibliotecário em atender suas demandas de acordo com as singularidades do seu usuário.

Pensamos que as discussões aqui propostas para acessibilidade na biblioteca pública para usuários com deficiência intelectual, presentes ao longo da dissertação, podem contribuir para a afirmação da acessibilidade na biblioteca pública de Nova Iguaçu/RJ. Sugerimos a BPMNIPCB a desenvolver alianças com instituições educativas que oferecem serviços às pessoas com deficiência intelectual.

A BPMNIPCB com o intuito de desenvolver serviços para estes usuários pode trocar experiências com outras instituições que atuam no município com atendimento as pessoas com deficiência. O intercâmbio de experiências poderá possibilitar a construção de atividades direcionadas para os usuários com deficiência intelectual.

A proposta deste intercâmbio poderá prever a realização de atividades dos alunos dessas instituições educativas na biblioteca. O contato com os usuários da biblioteca poderá fortalecer sua autoestima e socialização.

No município de Nova Iguaçu há instituições especializadas no cuidado com pessoas com deficiência. Exemplificando, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Iguaçu – APAE/NI. Esta instituição atende aproximadamente 100 pessoas (1% do total) da população com deficiência intelectual no município.

Pode se estabelecer interação entre biblioteca-comunidade. Há instituições que atuam no município que oferecem serviços para as pessoas com deficiência, a saber: AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente; ACENI – Associação das Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu; CAIESP – Centro Integrado de Educação Especial Castorina Faria Lima; Centro Municipal de Educação Especial Paul Harris; COMUDE – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; GADEFI – Grupo de Apoio ao Deficiente e ao Idoso; SEMASPV – Secretaria Municipal de Assistência Social e Prevenção à Violência; SEMDPDEF – Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a SEMED – Secretaria Municipal de Educação (Educação Especial). Propomos políticas de transversalidade da pessoa com deficiência. A transversalidade das ações como radicalidade dos direitos humanos.

O contato com essas instituições, tomando conhecimento das ações desenvolvidas por elas, tem o preceito de criar parcerias para o desenvolvimento de atividades educativas na biblioteca com o auxílio de profissionais especializados.

Essas parcerias podem contribuir para autoestima da pessoa, possibilita a inclusão na sociedade. O fato da pessoa com deficiência intelectual residir na Baixada Fluminense, não pode ser motivo de vergonha, de sentir inferiorizado socialmente perante aqueles que moram em outras regiões do Estado do Rio de Janeiro. A mobilização da sociedade na conscientização dos direitos da pessoa com deficiência, que respeite e valorize a diversidade humana, pode modificar o quadro atual.

Nossa reflexão não encerrou aqui. Uma consideração importante, entre outros aqui presentes, é que há carência de pesquisas resultantes das experiências destes usuários com deficiência intelectual no atendimento das suas demandas pela biblioteca pública.

Nossa expectativa com esse estudo é, dentre outras coisas, fomentar o debate sobre a biblioteca pública acessível, pois só assim, será possível fixar alternativas históricas tendo como base o atendimento de qualidade para as pessoas com deficiência intelectual no sentido de se tornarem sujeitos verdadeiramente incluídos.

Portanto, pensamos que nosso esforço empreendido neste estudo, foi na direção de se contrapor à alienação e à subordinação imposta pela sociedade de classe, dentro do sistema neoliberal. Acreditamos que a conscientização do bibliotecário e do poder público, a adoção de ações e serviços acessíveis e a dotação de recursos financeiros poderão fortalecer as pessoas com deficiência, na sua vida, reconhecidos em sua humanidade, livre de preconceitos e condicionantes. Nossa intenção foi trazer uma nova visão, um novo olhar para um tema pouco comentado, mas que se reveste de relevância para a área da Biblioteconomia.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013.

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. **What is intellectual disability?** 2010. Disponível em: <<http://aaidd.org/intellectual-disability/definition/faqs-on-intellectual-disability#.VcFZ8flViko>>. Acesso em: 17 out. 2014.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Library accessibility: what need to know**. 2015. Disponível em: <<http://www.ala.org/ascla/asclaprotocols/accessibilitytipsheets>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. **People with mental health issues: what you need to know library accessibility tip sheet 7**. 2014. Disponível em: <http://www.ala.org/ascla/sites/ala.org.ascla/files/content/asclaprotocols/accessibilitytipsheets/ipsheets/7-Mental_Illness.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050**. Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente – Procedimento (Cancelada). 1985. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=79916>>. Acesso em: 23 set. 2014.

_____. **NBR 9050**. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos - Procedimento. Rio de Janeiro (Cancelada). 1994. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=57960>>. Acesso em: 30 set. 2014.

_____. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2014.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA IGUAÇU - APAE. **Deficiência intelectual e deficiência múltipla**. 2014. Disponível em: <<http://apaenovaiguacu.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. A biblioteca pública e sua função educativa na sociedade da informação. **RACIn**, João Pessoa, v.1, n.1, p.5-20, jul./dez. 2013.

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. Novas (re) configurações no Ministério da Educação: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, jan./mar. 2014

BONELLO, Claire. Accessibilité et handicap em bibliothèque. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v.54, n.5, 2009. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2009-05-0053-012>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

BRASIL. Avanço das políticas públicas para as pessoas com deficiência: uma análise a partir das Conferências Nacionais. Brasília, DF: SDH, 2012a.

_____. **Cartilha do Censo 2010:** pessoas com deficiência. Brasília: SDH-PR/SNDP, 2012b.

_____. **Catálogo Nacional de Produto de Tecnologia Assistiva.** 2015. Disponível em: <<http://assistiva.mct.gov.br/sobre-o-catalogo>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Comitê de Ajudas Técnicas.** ATA V. 2007. Disponível em: <www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/comite_at.asp>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. **Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.

_____. **Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

_____. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009.

_____. **Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF, 2011.

_____. **Emenda Constitucional n.º 12, de 17 de outubro de 1978.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Lei n.º 6.538, de 22 de junho de 1978.** Dispõe sobre os Serviços Postais. Brasília, DF, 1978.

_____. **Lei n.º 7.405, de 12 de novembro de 1985.** Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília, DF, 1985.

_____. **Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991.

_____. **Lei n.º 10.048, de 08 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

_____. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

_____. **Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

_____. **Legislação comentada para pessoas portadoras de deficiência e sociedade civil organizada.** Brasília, DF: Federação Nacional das APAEs, 2003.

_____. Ministério da Cultura. As metas do Plano Nacional da Cultura. In: _____. **Meta 29:** 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. 2.ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10877/666696/2a+edi%C3%A7%C3%A3o+das+Metas+do+Plano+Nacional+de+Cultura+-+segunda+parte/b6db2e8d-5e15-4991-b4ae-2966e08f7281?version=1.1>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. **Norma Complementar nº1 de 2006.** Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/normas/26752-norma-complementar-n-01-2006>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. **Portaria nº188, de 24 de março de 2010.** Disponível em: <http://www.mc.gov.br/portarias/26611-portaria-n-188-de-24-de-marco-de-2010>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. **Viver sem Limite:** Plano Nacional da Pessoa com Deficiência. SDH-PR/SNPD, 2013. (Cartilha).

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura com função terapêutica: biblioterapia. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.12, p. 32-44, 2001.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal:** métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3.ed.rev. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION. **Canadian Guidelines on Library and Information Services for People with Disabilities.** Fev. 1997. Disponível em: <http://www.cla.ca/Content/NavigationMenu/Resources/PositionStatements/Canadian_Guidelines_1.htm>. Acesso em: 14 fev. 2015.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEC, M. C. (Orgs.) **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997. p. 15-48.

CLARIZA, Elena. Public Library use in New York City. **Research Critique Paper,** 2006. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/amiga2/clariza/PDFonline-critique.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da Cunha; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. 2004. Disponível em: <
<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/cartilhasdeficiente/declaracaodemontreal.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

DIAS, Sueli de Souza; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.19, n.2, p.169-182, abr./jun. 2013.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Helio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Deescribra, 2012.

FERREIRA, Danielle Thiago. Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.4, n.2, p 35-47, jun. 2003.

FERREIRA-DONATI, Grace Cristina; DELIBERATO, Débora. Processo de simbolização gradual com a utilização de embalagens, rótulos, imagens fotográficas e pictogramas com deficientes intelectuais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., 2013, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2013. p. 181-192.

FLAUZINO, Ramon Orlando de Souza *et al.* **Prática de construção de livros virtuais com uso de símbolos Picture Communication Symbols – PCS**. Disponível em: <
http://www.ufrgs.br/niece/eventos/RIBIE/2008/pdf/practica_contrucion_livros.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2015.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Gicele Farias; VANZ, Samile Andréa de Souza. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, 17 a 21 set. 2012, Gramado, Rio Grande do Sul.

FRIGERIO, Eric. Personnes handicapées mentales et bibliothèques publiques. **École Nationale Supérieure des Sciences de l'information et des Bibliothèques**, n.15, jan. 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Ministério da Cultura. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: FBN, 2000.

_____. Ministério da Cultura. **Censo Nacional das bibliotecas públicas municipais**. São Paulo: FGV, 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Edital de acessibilidade em bibliotecas públicas**. 2013a. Disponível em: <
<http://snbp.culturadigital.br/wp-content/arquivos/2013/10/Edital-Acessibilidade-BPs-2013.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Ministério da Cultura. **Edital de acessibilidade em bibliotecas públicas: resultado final**. 2013b. Disponível em: <
<http://snbp.culturadigital.br/wp->

content/arquivos/2013/12/resultado-final-edital-acessibilidade-publica%C3%A7%C3%A3o-DOU.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, Florianópolis, n.10, p.101-116, jul. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GONÇALVES, Ângela; MACHADO, Ândrea Carla. A importância das causas na deficiência intelectual para o entendimento das dificuldades escolares. IN: ALMEIDA, Maria Amélia (Org.). **Deficiência intelectual: realidade e ação**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2012. p.65-83.

GUEDES, Mariana Giuberti; BAPTISTA, Sofia Galvão. Biblioterapia na ciência da informação: comunicação e mediação. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 231-253, jan./abr., 2013.

GUNDIM, Shirley Macedo. **A inclusão de alunos com síndrome de Down em escolas de Goiânia**. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS – IFLA. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2.ed. Lisboa: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, 2013.

_____. **Diretrizes para materiales de lectura facil**. Netherlands: IFLA Headquarters, 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/120-es.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

_____. **Diretrizes para los servicios bibliotecarios dirigidos a personas con dislexia**. La Haya: IFLA Headquarters, 2001. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/76.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

_____. **Diretrizes para bibliotecas itinerantes**. The Hague: IFLA Headquarters, 2014. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/123-pt.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LISBOA, Ana Paula. Profissionais com deficiência intelectual apresentam bom desempenho nas empresas. **Correio Brasiliense**. Disponível em: <http://correiobrasiliense.admitese.com.br/app/noticias/carreira/2014/02/24/interna_carreira,8692/profissionais-com-deficiencia-intelectual-apresentam-bom-desempenho-nas-empresas.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2014.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M., E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MANIFESTO de Paramillo. 2010. Disponível em: <https://docs.google.com/a/cariri.ufc.br/file/d/0B8nzryP1iqFIMGQ3N2I5YmYtNDYwNi00MjdjLWFmMjEtOWNiZmU2ZGQ0OGMz/edit?hl=en_US> . Acesso em: 13 nov. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTÍNEZ USERO, José Angel. La accesibilidad a la información en las bibliotecas públicas: directrices para garantizar la integración. **Facultat de Biblioteconomia i Documentación**, Barcelona, n.18, jun. 2007. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/18marti2.htm>>. Acesso em: 31 out. 2014.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAYER, Flávia Affonso. **Imagem como símbolo acústico: a semiótica aplicada à prática da audiodescrição** . 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Interações Midiáticas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MAYER-JOHNSON, Roxanna. **Guia de símbolos de comunicação pictórica**. Porto Alegre: Clik, 2010. 64p. il.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. Ed. São Paulo: Vozes, 2009.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, POLÍTICA SOCIAL Y DEPORTE. **Bibliotecas accesibles para todos: pautas para acercar las bibliotecas a las personas con discapacidad y a las personas mayores**. Madrid: ARTEGRAF, 2008.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da educação**, Uberlândia, n.7, jan./dez. 2008.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo. **Inclusão escolar e audiodescrição: orientação aos educadores**. 2011. Disponível em: <<http://www.vercompalavras.com.br/pdf/artigo-ciranda-da-inclusao.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

MOURA, Ana Clara Mourão. Discussões metodológicas para aplicação do modelo de Polígonos de Voronoi em estudos de áreas de influência de fenômenos em ocupações urbanas – estudo de caso em Ouro Preto – MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS. 7; 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/33.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

MUZUMDAR, Girish. Pour l'autonomie des personnes handicapées mentales: le projet Pictoméda. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v.54, n.5, 2009. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2009-05-0053-012>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

PLETSCH, Marcia Denise. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Estados Unidos, v.22, n.81, ago. 2014a. Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem.

_____. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. **Decreto nº 6.629, de 17 de fevereiro de 2003**. Atualiza o anexo do Decreto nº6.083, 12 de janeiro de 1999, que define os limites dos bairros da Cidade de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, 2003.

_____. **Lei n.º 4.439, de 19 de novembro de 2014**. Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca do Município Nova Iguaçu, 2014. Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/web2/img/diario_oficial/PMNI_200.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. **Mapa dos municípios da Baixada Fluminense**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Baixada_Fluminense#/media/File:Baixada.png>. Acesso em: 23 mar. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Cinema Acessível RIOFILME**. 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4760583/4122372/Edital_Cinema_Acessivel.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

RABELLO, Odilia Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.19-42, mar. 1987.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90s)**: economia e território em processo. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, out./dez. 2012.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Assistiva**: tecnologia e educação. 2014. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/ca.html>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Símbolos para deficiências na trajetória inclusiva. **Reação**, São Paulo, v. 12, n.66, p.11-17, jan./fev. 2009.

SCHALOCK, Robert L. La nueva definición de discapacidad intelectual, apoyos individuales y resultados personales. **Revista Española sobre Discapacidad Intelectual**, Salamanca, v.40 (1), n. 229, p. 22-39, 2009.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS –SERPRO. Acessibilidade e design universal. 2011. Disponível em: <<http://www.serpro.gov.br/acessibilidade/duniversal.php>>. Acesso em: 25 out. 2014.

SHUTTERSTOCK. **Pictograma de imagens de Biblioteca, Bibliotecário, Livraria, Pessoas**. 2015. Disponível em: <<http://www.shutterstock.com/pt/pic-129167264/stock-vector-pictograma-de-imagens-de-biblioteca-bibliotec-rio-livraria-pessoas-estudante-em-stick-figure.html>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A multitemporalidade da biblioteca. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v.36, n.1, p. 25-34, jan./abr. 2013.

SILVA, Maria Emília da; FACHIN, Gleisy Regina Bóris. Leitura para portadores de deficiência com necessidades especiais: relato de uma experiência. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2002.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Retardo mental e suas divisões**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f70_f79.htm>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, São Paulo, n.57, p.210-226, mar./maio, 2003.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PEREIRA, Fábio de Oliveira. Biblioteca itinerante: quando o cidadão não vai à biblioteca, ela vai até o cidadão. **DataGramaZero - Revista de Informação**, Rio de Janeiro, v.13 n.4. ago. 2012.

TAVARES, Eda Estevanell; STEIN, Maria Lúcia Muller; NUNES, Otávio Augusto Winck. Estruturas clínicas: questões preliminares. **Rev. Assoc. Psicanal.** Porto Alegre, Porto Alegre, n. 38, p. 70-78, jan./jun. 2010.

TOUZAN, Stéphanie. Les usagers déficients intellectuales em bibliothèque. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v.54, n.5, 2009. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2009-05-0049-011>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Participar 2**. 2015. Disponível em: <<http://www.projetoparticipar.unb.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. **Universidade certifica aprendizes em parceria com a APAE**: novos profissionais estão qualificados para higienizar e fazer pequenas restaurações em acervos de biblioteca.

2014. Disponível em: < <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=8931>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Inscrições para curso de audiodescrição para professores são prorrogadas**. 2011. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/proex/2011/08/24/inscricoes-para-curso-de-audiodescricao-para-professores-vao-ate-esta-quinta-25/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Descrição das propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual. **Paidéia**, Ribeirão Preto, SP. v. 21, n. 50, 2011.

WIKIPÉDIA. **Pictogramas**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pictograma>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

WHOLE BULDING DESIGN GUIDE – WBDG. **History of accessible facility design**. Disponível em: <http://www.wbdg.org/design/accessible_history.php>. Acesso em: 25 nov. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB

PESQUISA: **ACESSIBILIDADE PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM BIBLIOTECA PÚBLICA: um estudo de caso em Nova Iguaçu**

MESTRANDO: Marcos Pastana Santos

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Cládice Nóbile Diniz

Meu nome é **Marcos Pastana Santos** e estou desenvolvendo a pesquisa **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em biblioteca pública: um estudo de caso em Nova Iguaçu** para o Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Estou propondo este questionário com o objetivo de conhecer **o serviço de referência para usuários com deficiência intelectual da Biblioteca Pública Municipal de Nova Iguaçu Professor Cial de Brito**. Se você concordar em participar, informo que a sua identidade não será divulgada e que as informações fornecidas são confidenciais e serão tratadas de forma a não individualizar cada respondente, com o conteúdo incorporando-se aos depoimentos dos demais entrevistados, apresentando-se um resultado de conjunto. Se você tiver alguma dúvida, poderá perguntar, e se quiser desistir de participar da pesquisa, poderá fazer isso a qualquer momento.

Pesquisador: _____

Orientadora: _____

Eu, _____, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em biblioteca pública: um estudo de caso em Nova Iguaçu** e concordo que o conteúdo de minha entrevista seja utilizado para a realização deste estudo.

Data: _____, ____/____/2015.

Assinatura: _____ RG: _____

APÊNDICE B

CARTA

Prezado(a) profissional da biblioteca,

Meu nome é Marcos Pastana Santos, e estou desenvolvendo a pesquisa **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em biblioteca pública: um estudo de caso em Nova Iguaçu**, com o objetivo de conhecer **o serviço de referência para usuários com deficiência intelectual**. Esta pesquisa tem como propósito a produção de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A coleta de dados será feita através de questionário a serem respondidos pessoalmente. Se você concordar em participar, lhe garanto que as informações fornecidas serão confidenciais, e sua identidade não será divulgada. O conteúdo de seu questionário será estudado no conjunto das respostas dos demais profissionais. Se você concordar em participar, responda ao questionário anexo. Agradeço antecipadamente sua atenção, destaco que a instituição à qual você está vinculado foi informada e aceitou participar da pesquisa. De outro lado, me comprometo em divulgar os resultados da pesquisa e esclarecer quaisquer dúvidas antes, durante ou após sua realização.

Atenciosamente,

Marcos Pastana Santos

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB

PESQUISA: **ACESSIBILIDADE PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM BIBLIOTECA PÚBLICA: um estudo de caso em Nova Iguaçu**

MESTRANDO: Marcos Pastana Santos

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Cládice Nóbile Diniz

Apresentação

Caro respondente:

Este questionário é de pesquisa do Mestrado Profissional de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, que tem por finalidade conhecer sobre a acessibilidade aos usuários com deficiência intelectual na Biblioteca Pública Municipal de Nova Iguaçu Professor Cial de Brito (BPMNIPCB).

Marque a resposta mais adequada para você:

1. Na BPMNIPCB, já se deparou com algum usuário com deficiência intelectual?
¹ Sim ² Não (Neste caso vá para o item 3)
2. Em algum atendimento, teve dúvidas de que se tratava de usuário com deficiência intelectual?
¹ Sim ² Não
3. Em casos de atendimento a pessoa com deficiência intelectual, você conseguiria identificar o tipo de deficiência?
¹ Não, não saberia identificar nenhum tipo.
² Sim, se ela for ^{2a} Síndrome de Down ^{2b} Síndrome de Cornélia de Lange
^{2c} Síndrome do X-Frágil ^{2d} Outros: _____
4. Qual das duas frases é a que melhor corresponde à Lei?
¹ Os funcionários da biblioteca têm obrigação de atender o usuário com deficiência intelectual.
² Os funcionários da biblioteca não têm obrigação de atender o usuário com deficiência intelectual.

5. O que você acha de seu conhecimento das diretrizes da IFLA para os usuários com deficiência?

Quanto a ...	<i>Ótimo</i>	<i>Bom</i>	<i>Regular</i>	<i>Nenhum</i>	<i>Prefiro não responder</i>
^{5.a} Materiais especiais para pessoas com deficiência intelectual, como, por exemplo, materiais de fácil leitura e multimídia					
^{5.b} Comunicações eletrônicas, como, por exemplo, Internet, bases de dados eletrônicas e outros recursos <i>online</i>					
^{5.c} Software de leitura para pessoas com deficiência intelectual					
^{5.d} Serviços domiciliários a pessoas impossibilitadas de sair de casa					
^{5.e} Transporte especial, como, por exemplo, bibliotecas itinerantes, ou outros meios de transporte para servir pessoas que vivem em áreas isoladas					

6. O que acha sobre aprimorar a sua formação profissional:

1 – Imprescindível / 2 – Muito importante / 3 – Importante / 4 – Pouco importante / 5 - indiferente

Para ...	1	2	3	4	5
^{6.a} Atender aos usuários com deficiência?					
^{6.b} Buscar alternativas de ofertar serviços acessíveis?					
^{6.c} Estar à disposição para ajudar os usuários com deficiência no uso de equipamentos e materiais da biblioteca?					
^{6.d} Integrar os serviços da biblioteca para pessoas com deficiência em seus serviços públicos regulares?					

7. Qual sua opinião sobre o funcionamento e serviços da BPMNIPCB no atendimento a usuário com deficiência intelectual?

Quanto ...	<i>Ótimo</i>	<i>Bom</i>	<i>Regular</i>	<i>Ruim</i>	<i>Prefiro não responder</i>
Ao atendimento ao usuário que frequenta a biblioteca					
À adequação do acervo					
À sinalização adequada na biblioteca					
Aos serviços disponibilizados pela internet					
Ao atendimento as pessoas que não podem frequentar a biblioteca (reclusas, doentes, condição financeira)					
À participação de pessoas com deficiência no treinamento dos funcionários da biblioteca					
Ao horário de funcionamento					
Ao espaço físico da biblioteca					
À atualização do acervo					
À biblioteca informatizada (pesquisa on-line, renovação e reserva de livros via internet)					

8. Você conhece algum serviço que a biblioteca pode disponibilizar para o usuário com deficiência intelectual?

¹ Não ² Sim: _____

9. Você proporcionaria algum serviço à BPMNIPCB para ser desenvolvido para o usuário?

¹ Não ² Sim: _____

10. Você proporia alguma formação para aprimorar os seus conhecimentos para o atendimento para seu usuário?

¹ Não ² Sim: _____

11. Qual sua idade? _____

12. Qual sua formação? _____

13. Qual o seu tempo de serviço em biblioteca? _____

14. Há algo mais que gostaria de nos informar a respeito?

Nome (opcional): _____

APÊNDICE D

Recursos disponíveis pelo software “Projeto Participar”

Figura 17 – Teclado: reconhecimento das letras (Projeto Participar 2)

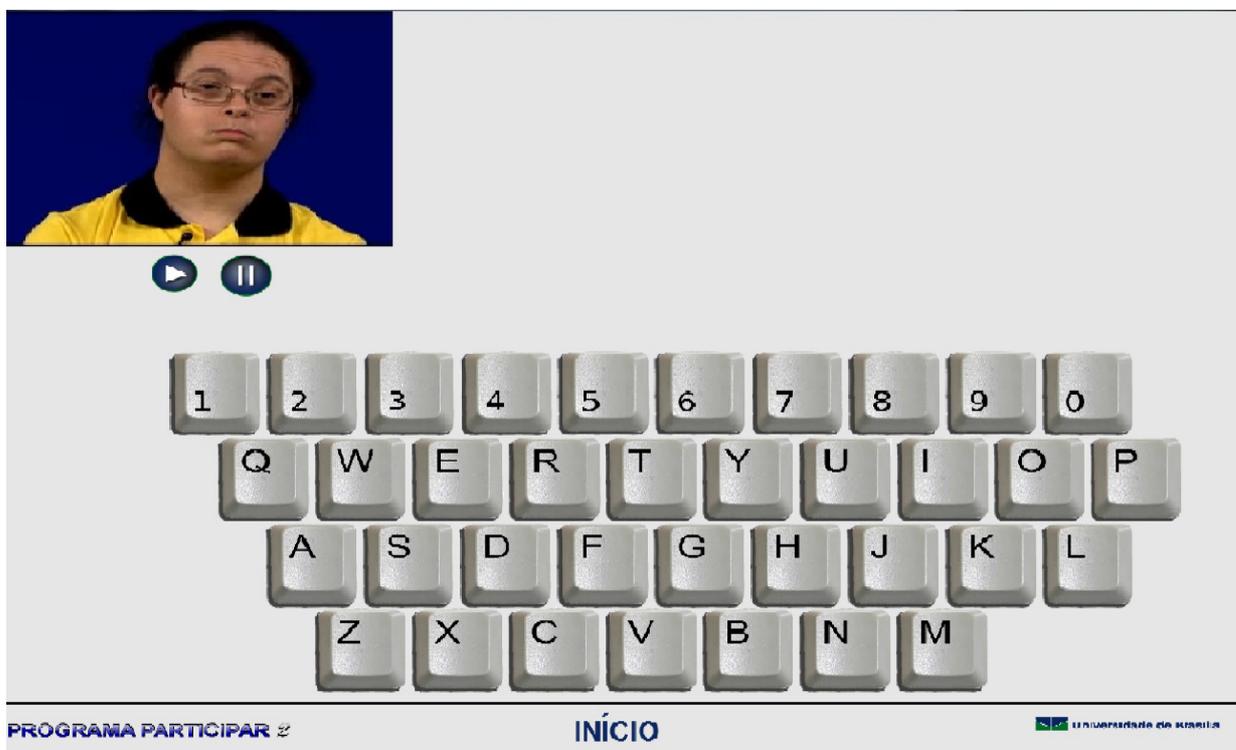


Figura 18 - Exercícios (Projeto Participar 2)



Figura 19 a 21 – Alimentos: construção da palavra (Projeto Participar 2)

Formação da palavra – para cada letra correta da palavra há uma mensagem visual de felicitação.



Formação da palavra – para cada erro, o interlocutor comunica ao usuário que ele não ouviu com clareza o enunciado da palavra. Solicita que tente novamente. Há o recurso labial para repetir a pronúncia da palavra.



Após a realização do exercício, o interlocutor comemora o resultado alcançado. Parabeniza o usuário pela realização correta do exercício.



Figuras 22 e 23 – Bate papo (Projeto Participar 2)

SIMULADOR DE BATE-PAPO



TONICO: OI, MEU NOME É TONICO. QUAL É O SEU NOME?
NANDINHA : FERNANDA.
TONICO: EM QUE CIDADE VOCÊ MORA?

▶ ||

LETRAS MINÚSCULAS

SALVAR CONVERSA



NOVA IGUAÇU - RIO DE JANEIRO

PROGRAMA PARTICIPAR 2 **INÍCIO** Universidade de Brasília

SIMULADOR DE BATE-PAPO



NANDINHA : 8 ANOS
TONICO: VOCÊ ESTUDA?
NANDINHA : SIM.
TONICO: QUAL O NOME DA PROFESSORA QUE VOCÊ MAIS GOSTA?
NANDINHA : DENISE
TONICO: QUE HORAS VOCÊ VAI DORMIR?
NANDINHA : OITO HORAS DA NOITE.
TONICO: QUE HORAS VOCÊ TOMA CAFÉ DA MANHÃ?
NANDINHA : 6 HORAS DA MANHÃ.
TONICO: QUAL PROGRAMA DE TELEVISÃO VOCÊ GOSTA DE VER?

▶ ||

LETRAS MINÚSCULAS

SALVAR CONVERSA



DISCOVERY KIDS

PROGRAMA PARTICIPAR 2 **INÍCIO** Universidade de Brasília

APÊNDICE E

Lei municipal n° 4.439 que “Institui o plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca do município de Nova Iguaçu”

LEI N° 4.439 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU”.

Autor: **Prefeito Municipal**

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de Nova Iguaçu, com o fim de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a população.

Art. 2º O PMLLLB tem como princípios fundamentais:

I – Priorizar ações de sucesso em andamento das bibliotecas e ações de leitura;

II - Qualificar as bibliotecas institucionais, com a nomeação de bibliotecários concursados;

III - Ampliar os horários de atendimento ao público, e garantir instalações condizentes com o uso a que os espaços voltados à leitura se destinam, bem como a manutenção e renovação de seus acervos e equipamentos;

IV - Construir uma imagem de cidade criativa da leitura e da literatura, partindo de um perfil que já apresenta;

V - Aparelhar Nova Iguaçu para que seja uma cidade realmente leitora, com políticas concretas e equipamentos condizentes, descentralizados em todas as regiões;

VI - Formar permanentemente os mediadores de leitura para o enfrentamento ao analfabetismo funcional para melhoria significativa dos índices de competência leitora;

VII - Promover ações de formação de professores leitores, de mediadores de leitura e de famílias leitoras;

VIII – Incentivar a produção editorial local;

IX – Dar acessibilidade às pessoas com deficiência aos equipamentos das bibliotecas e aos programas de leitura;

X - Assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a população iguaçuana;

XI - Fazer de Nova Iguaçu uma cidade de leitores e de produção literária compatíveis com aqueles preconizados e mensurados por parâmetros internacionais.

Art. 3º O PMLLLB tem como objetivos específicos:

I - Ampliar o acesso ao livro e à leitura na Cidade de Nova Iguaçu conforme diretrizes do PNLL;

II - Descentralizar ações de promoção da leitura e criação literária;

III - Contribuir para formação de famílias leitoras;

IV - Sensibilizar as escolas para que elas sejam centros de formação de leitores culturais e científicos por excelência;

V - Formar leitores, buscando de maneira continuada o aumento do índice municipal de leitura em todas as faixas etárias;

VI - Implantar novas bibliotecas, qualificar as existentes públicas e comunitárias e expandir o número de salas e ambientes diversificados voltados à leitura;

VII - Garantir a formação e a atuação de mediadores de leitura;

VIII - Incentivar a produção literária local: autoral e editorial;

IX - Fomentar núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas de leitura e do livro, por meio da parceria com Universidades locais, associações, entidades ligadas à área da leitura;

X - Identificar e cadastrar continuamente os agentes envolvidos na leitura existentes no Município, tais como: livreiros, distribuidores, editores, escritores, pontos de leitura, bibliotecas, coletivos de poesia, professores, bibliotecários, contadores de história e mediadores de leitura.

Art. 4º O PMLLLB tem como metas de curto prazo:

I – A modernização da Biblioteca Pública Municipal;

II - A contratação de profissionais relativos à área;

III – A ampliação da parceria com o Sistema Estadual de Bibliotecas;

IV – A descentralização das ações literárias das bibliotecas Públicas e Comunitárias;

V – A criação de um calendário permanente de atividades públicas literárias;

VI – A realização de Festivais Literários;

VII – A criação de um Sistema de Identificação dos Pontos Culturais da cidade nas vias públicas;

VIII – A valorização dos programas de distribuição de livros;

IX – O lançamento de Editais;

X – A criação do setorial do PMLLLB no Conselho Municipal de Cultura;

XI – O apoio à publicação de autores.

Art. 5ª O PMLLLB tem como metas de médio prazo:

I - A instituição do Sistema Municipal de Bibliotecas de Nova Iguaçu (SMBNI);

II – A instituição da Rede Municipal de Leitura;

III – A criação de um Selo Municipal da Leitura;

IV – A promoção de programas e projetos de leitura como contra partida pelas empresas privadas;

V – O levantamento de dados dos pontos de vendas de livros e livrarias.

Art. 6º O PMLLLB tem como metas de longo prazo:

I – A implantação de no mínimo uma biblioteca pública em cada URG;

II – A implantação de programas de acessibilidade nas bibliotecas do SMBNI;

III – O estímulo à ampliação do número de livrarias;

IV – A criação de uma gráfica pública.

Art 7º Ficam designados como órgãos executores desta Lei a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu.

Art.8º A Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu e a Secretaria de Cultura envolvidas na execução deste Plano destinarão respectivamente pelo menos 2% de seus orçamentos contemplados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA

Prefeito

GLOSSÁRIO³⁹

ESCLEROSE TUBEROSA

Síndrome neurocutânea autossômica dominante classicamente caracterizada por deficiência intelectual, epilepsia e lesões de pele (ex.: adenoma sebáceo e máculas hipomelanóticas). Há, no entanto, heterogeneidade considerável nas manifestações neurológicas. Também está associada com a formação de tubérculos corticais e hamartoma por todo o corpo, especialmente do coração, rins e olhos. Mutações em dois loci TSC1 e TSC2 que codificam, respectivamente, a hamartina e a tuberina estão associados com a doença.

SÍNDROME DE ANGELMAN

Síndrome caracterizada por anormalidades múltiplas, retardo mental e transtornos do movimento. Normalmente estão presentes o cérebro e outras anormalidades, espasmos infantis frequentes (espasmos infantis), paroxismos de riso prolongados e facilmente provocado (expressão "feliz"), movimentos bobos (tipo "boneca"), protrusão contínua da língua, retardo motor, ataxia, hipotonia muscular e facies peculiares. Está associada com deleções maternas do cromossomo 15q11-13 e outras anormalidades genéticas.

SÍNDROME DE APERT

É uma doença de etiologia genética, de herança autossômica dominante, extremamente rara. Craniostenose congênita com sindactilia.

SÍNDROME DE CORNÉLIA DE LANGE

Síndrome caracterizada por retardo do crescimento, retardo mental severo, baixa estatura, um choro tipo rosar baixo, branquicefalia, orelhas pequenas, pescoço em cadeia, boca de carpa, ponte nasal diminuída, sobrelhas atrofiadas se encontrando no meio, hirsutismo e malformações das mãos. Esta afecção pode ocorrer esporadicamente ou estar associada com um padrão de herança autossômica dominante ou duplicação do braço do cromossomo 3.

SÍNDROME DE DOWN

Transtorno cromossômico associado com um cromossomo 21 adicional ou com trissomia parcial do cromossomo 21. As manifestações clínicas estão hipotonia, baixa estatura, branquicefalia, fissuras oblíquas na pálpebra, epicanto, manchas de Brushfield na íris, língua protrusa, orelhas pequenas, mãos pequenas e largas, clinodactilia do quinto dedo, ruga dos símios e deficiência intelectual moderada a grave. Malformações gastrointestinais e cardíacas, aumento marcante na incidência de leucemia e o início precoce de doença de Alzheimer também estão associados com este estado.

SÍNDROME DE KLINEFELTER

Afecção resultante de funções gonadais deficientes, como gametogênese e produção de hormônios esteróides gonadais. É caracterizado por atraso no crescimento, na maturação de

³⁹ Descritores em Ciências da Saúde do portal: <http://decs.bvs.br/> da Biblioteca Virtual em Saúde. Base de dados: Biblioteca Regional de Medicina - BIREME.

células germinativas e no desenvolvimento de características sexuais secundárias. Apresentam uma evidente diminuição do nível Intelectual, sendo esta tanto mais profunda quanto maior for o grau da polissomia.

SÍNDROME DE PRADER-WILLI

Transtorno autossômico dominante causado por deleção do braço longo proximal do cromossomo 15 paterno (15q11-q13) ou por herança de ambos os pares dos cromossomos 15 materno (dissomia uniparental) que é impressa (impressão genômica) e silenciosamente herdada. Entre as manifestações clínicas estão retardo mental, hipotonia muscular, hiperfagia, obesidade, baixa estatura, hipogonadismo, estrabismo e hipersonolência.

SÍNDROME DE RUBINSTEIN-TAYBI

Doença cromossômica caracterizada por RETARDO MENTAL, polegares largos, ligamento membranoso dos dedos dos pés e mãos, nariz em forma de bico, lábio superior curto, lábio inferior espichado, agenesia do corpo caloso, grande forame magno, formação de quelóide, estenose pulmonar, anomalias vertebrais, anomalias da parede torácica, apneia do sono e megacolo. A doença tem um padrão hereditário, autossômico e dominante e está associada com deleções do braço curto do cromossomo 16.

SÍNDROME DE STURGE-WEBER

Afecção congênita não hereditária, com anormalidades vasculares e neurológicas. Caracteriza-se por um nevo facial vascular (mancha vinho do Porto), e angiomatose capilar das membranas intracranianas (meninges, coróide). Entre as características neurológicas estão epilepsia, déficits cognitivos, glaucoma, e deficiências visuais.

SÍNDROME DO ÁLCOOL FETAL (TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO ALCOOLISMO FETAL)

Termo abrangente usado para descrever um padrão de incapacidades e anomalias que resultam da exposição fetal ao Etanol durante a gestação. Compreende um espectro fenotípico que pode variar enormemente entre indivíduos, mas que com certeza inclui um ou mais dos seguintes fenótipos: dimorfismo facial característico, retardo do crescimento fetal, anomalias do sistema nervoso central, disfunção cognitiva ou decomportamento, anormalidades congênicas. O nível do consumo de álcool pela mãe não necessariamente se correlaciona diretamente com a gravidade da doença.

SÍNDROME DO X-FRÁGIL

Afecção caracterizada genotipicamente por mutação de terminação distal do braço longo do cromossomo X (no local do gene FRAXA ou FRAXE) e fenotipicamente por deficiência cognitiva, hiperatividade, ataques, atraso da linguagem e ampliação das orelhas, cabeça e testículos. A deficiência intelectual ocorre em quase todos os homens e aproximadamente 50 por cento das mulheres com a mutação completa do gene FRAXA.